

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**EM BUSCA DE SOBERANIA ALIMENTAR:
REORGANIZAÇÕES DA AGROECOLOGIA NA BAIXADA
FLUMINENSE (RJ) NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE
COVID-19**

MARIANE DO ROSÁRIO SILVA

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**EM BUSCA DE SOBERANIA ALIMENTAR: REORGANIZAÇÕES DA
AGROECOLOGIA NA BAIXADA FLUMINENSE (RJ) NO CONTEXTO
DA PANDEMIA DE COVID-19**

MARIANE DO ROSÁRIO SILVA

Sob a Orientação da Professora
Dra. Roberta Carvalho Arruzzo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Território, Ambiente e Ensino de Geografia.

**Seropédica, RJ
Dezembro de 2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586b

Silva, Mariane do Rosário , 1969-
Em Busca De Soberania Alimentar: Reorganizações Da
Agroecologia Na Baixada Fluminense (RJ) No Contexto
Da Pandemia De Covid-19 / Mariane do Rosário Silva.
Nova Iguaçu, 2022.
80 f.: il.

Orientadora: Roberta Carvalho Arruzzo.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, 2022.

1. Baixada Fluminense. 2. Soberania Alimentar. 3.
Agroecologia. 4. Lugar. 5. Pandemia de Covid-19. I.
Arruzzo, Roberta Carvalho , 1980-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 21 / 2023 - PPGGEO
(12.28.01.00.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.018624/2023-19

Seropédica-RJ, 28 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIANE DO ROSÁRIO SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 13/12/2022

ROBERTA CARVALHO ARRUZZO. Doutora. UFRRJ (Orientadora)

IGOR SIMONI HOMEM CARVALHO. Doutor. UFRRJ

TIMO BARTHOLL. Doutor. UF

(Assinado digitalmente em 29/03/2023 09:37)

IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 1054069

(Assinado digitalmente em 10/04/2023 13:27)

ROBERTA CARVALHO ARRUZZO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)
Matricula: 1946744

(Assinado digitalmente em 28/03/2023 12:19)

TIMO BARTHOLL
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: C1MWY9JJ

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **21**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **28/03/2023** e o código de verificação: **b039d21efd**

Dedico este trabalho aos brasileiros que foram vítimas da pandemia de Covid-19 e aos que hoje ainda sofrem com a fome e a Insegurança Alimentar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Joana e Aguinaldo, por todo apoio, sacrifício, debates e investimento que me trouxeram até aqui. Sem eles eu não conseguiria chegar tão longe. Agradeço à minha irmã, Marina, por ser quem ela é, a pessoa que resolve tudo por nós de bom grado. Ao meu cunhado Eder, por toda companhia e por entrar no projeto da FAF quando precisamos de apoio nas entregas dos produtores.

Aos meus amigos da Universidade, dos Coletivos Terra Periférica, Colher Urbano e a Coletiva Vandana Shiva por toda troca nos últimos anos, desde a graduação e até os dias de hoje. Aos meus amigos da graduação Amanda, André, Lais, Luana, Odilon, Nathália, Sabrina que me acompanharam desde os primeiros meses no curso de Licenciatura em Geografia até aqui, vibrando de alegria a cada conquista junto a mim.

Aos meus amigos do Mestrado, em especial Douglas, Guilherme e Rayane, que se dispuseram a me ajudar neste processo que por muitas vezes é solitário para o pós-graduando, porém, nos apoiamos nesta fase desafiadora para todos.

Aos meus amigos do trabalho, em especial Livia, Luciana, Vinícius, Bruno, Wellington, Carlos, Mariana e Thallys que me ajudaram e me escutaram toda vez que eu sentia que não conseguiria conciliar o final da escrita com as demandas do trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Roberta Carvalho Arruzzo, por toda parceria e força nos últimos anos apesar dos percalços que enfrentamos em nossas vidas. Agradeço igualmente à professora Edileuza Dias de Queiroz por continuar me apoiando desde a graduação como sua filha acadêmica

Gostaria de agradecer à minha psicóloga, Cristiana Cruz de Lima, por todo trabalho que viemos desempenhando em busca do equilíbrio da minha saúde mental e na prevenção do burnout devido à pressão sobre o desempenho de uma pesquisa e a conciliação com o trabalho.

Aos meus amigos e verdadeiros protagonistas deste trabalho, os agricultores e agricultoras da Baixada Fluminense, os quais são os responsáveis em alimentar grande parte da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Agradeço por toda troca de conhecimentos e afetos desde os projetos na graduação até o momento da pesquisa em campo no Mestrado em especial ao Amaro, Bia, Daniel, Mariana, Cosme, Thiago, Mirian, Marlon e Marilza, que me receberam de braços abertos no Coletivo Terra em Duque de Caxias; ao Elias, Eliane, Deborah, Pedro, Renato, Genildo, Deborah, Lucia e Pedro, amigos da Feira da Roça de Nova

Iguaçu e da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ por todo ensinamento e pela disposição em contribuir com suas vivências em registro nesta pesquisa.

Agradeço a todos os técnicos, servidores e professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em especial aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e aos técnicos do PPGGEO por todo trabalho desempenhado na construção de um polo de referência em Geografia na periferia.

Agradeço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo investimento em seus primeiros mandatos na expansão dos polos universitários através do REUNI pois, através dele pude ingressar à Universidade Pública de referência na Baixada Fluminense, a periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a qual fui nascida e criada e hoje sou mestre no meu lugar.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelos 12 meses de financiamento da minha pesquisa através da bolsa de Mestrado do PPGGEO. Esta remuneração foi essencial para a minha sobrevivência material dentro da Universidade enquanto mulher periférica e em me manter segura até 2021 sem precisar escolher entre o mercado de trabalho e a realização do sonho da minha pesquisa.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001". "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

SILVA, Mariane do Rosário. **Em busca de soberania alimentar: Reorganizações da agroecologia na baixada fluminense (RJ) no contexto da pandemia de Covid-19.** 2022. 80f (Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2022.

A Agricultura desempenha um destaque na formação socioespacial da Baixada Fluminense, área periférica da parte do oeste e norte da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Seropédica, Japeri, Queimados, Magé e Itaguaí. Sem limitações a nomes da sua localidade, a Baixada foi construída pelas ações cotidianas dos agricultores em seu espaço vivido. A construção desta agricultura baseia-se nas relações de estratégias e táticas estabelecidas pelos agricultores na Agroecologia, ciência, prática e movimento, ao qual os agricultores da Baixada se identificam como ponto em comum entre as diferentes identidades rurais que pertencem e, através da compreensão das diversidades, compreende-se que a Agroecologia enquanto uma proposta de rompimento do sistema-mundo moderno-colonial. Entretanto, a Pandemia de Covid-19 a partir de 2020 impactou as sociedades de modo que promoveu a Insegurança Alimentar (IA), quando o indivíduo não possui a garantia das refeições diárias necessárias para sua Segurança Alimentar e Nutricional, em diversos países. O Brasil foi impactado com o total de 33 milhões de pessoas em IA no ano de 2020. No entanto, as relações cotidianas permitem que o ciclo da IA se rompa através das estratégias e táticas estabelecidas no espaço vivido, promovendo a luta pela Soberania Alimentar, promoção da Segurança Alimentar através da compreensão das relações políticas em torno da alimentação, principalmente através das ações cotidianas dos agricultores e agricultoras. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa de dissertação é compreender as ações dos agricultores agroecológicos da Baixada Fluminense e as possíveis relações estabelecidas no contexto da pandemia de Coronavírus e os objetivos da Soberania Alimentar. Já os objetivos específicos consistem em investigar a produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ), estimar os impactos da pandemia nas relações da produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ) e documentar as estratégias e táticas estabelecidas pelos agricultores e movimentos sociais da Baixada durante a pandemia de Covid-19 em prol da luta pela Soberania Alimentar. A metodologia escolhida para embasar a pesquisa e seus respectivos processos inspira-se na metodologia de pesquisa militante de Bartholl (2018), pesquisa construída através do diálogo de saberes de forma horizontal com os movimentos sociais junto aos quais se milita. Este caminho promoveu a compreensão da existência das táticas e estratégias de organização no cotidiano dos agricultores na Baixada Fluminense, sendo designadas ao movimento do estabelecimento de uma luta pela Soberania Alimentar, articuladas de forma multiescalar.

Palavras-Chave: Baixada Fluminense; Soberania Alimentar; Agroecologia; Lugar; Pandemia de Covid-19.

ABSTRACT

SILVA, Mariane do Rosário. 2022. **In search of food sovereignty: Reorganizations of agroecology in the Baixada Fluminense (RJ) in the context of the Covid-19 pandemic.** 80p. (Master's Dissertation in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2022.

Agriculture plays a prominent role in the socio-spatial formation of the Baixada Fluminense, a peripheral area of the western and northern part of the current Metropolitan Region of Rio de Janeiro made up of the municipalities of Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Seropédica, Japeri, Queimados, Magé and Itaguaí. Without limitations to names of its locality, the Baixada was built by the daily actions of farmers in their living space. The construction of this agriculture is based on the strategic and tactical relationships established by the farmers in Agroecology, science, practice and movement, to which the Baixada farmers identify as a common point between the different rural identities to which they belong and, through the understanding of the diversities, it is understood that Agroecology as a proposal for breaking the modern-colonial world-system. However, the Covid-19 Pandemic from 2020 has impacted societies in a way that has promoted Food Insecurity (FI), when the individual does not have the guarantee of the daily meals necessary for their Food and Nutritional Security, in several countries. Brazil was impacted with a total of 33 million people on FI in the year 2020. However, everyday relationships allow the FI cycle to be broken through the strategies and tactics established in the lived space, promoting the struggle for Food Sovereignty, promotion of Food Security through the understanding of political relations around food, mainly through the daily actions of male and female farmers. In this way, the general objective of the dissertation research is to understand the actions of agroecological farmers in the Baixada Fluminense and the possible relationships established in the context of the Coronavirus pandemic and the objectives of Food Sovereignty. The specific objectives consist of investigating agroecological production in Baixada Fluminense (RJ), estimating the impacts of the pandemic on the relations of agroecological production in Baixada Fluminense (RJ) and documenting the strategies and tactics established by farmers and social movements in Baixada during the pandemic. of Covid-19 in support of the fight for Food Sovereignty. The methodology chosen to base the research and its respective processes is inspired by Bartholl's (2018) militant research methodology, research built through the horizontal dialogue of knowledge with the social movements with which it militates. This path promoted the understanding of the existence of organizational tactics and strategies in the daily life of farmers in the Baixada Fluminense, being assigned to the movement of establishing a struggle for Food Sovereignty, articulated in a multiscale way.

Keywords: Baixada Fluminense; Food Sovereignty; Agroecology; Place; Covid-19 pandemic.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANA - Associação Nacional de Agroecologia
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
CF 1988 – Constituição Federal de 1988
Clades - Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento
Consea - Conselho de Segurança Alimentar
CTUR - Colégio Técnico da UFRRJ
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EA - Escolinha de Agroecologia
EMATER-Rio - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro;
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAF - Feira da Agricultura Familiar
FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária
IA - Insegurança Alimentar
INCRA - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
INEA - Instituto Estadual do Ambiente.
ITERJ Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro.
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
Maela - Movimento Agroecológico Latino-Americano
MAPA –Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP - Movimento Camponês Popular
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e do Combate contra a Fome
MP - Medida Provisória
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MST - Movimento dos Sem Terra
ODHIM Observatório de Direitos Humanos do Instituto Multidisciplinar
ONGs - Organizações Não Governamentais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PBF – Programa Bolsa Família
Pesagro - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PNAE – Programa nacional de Alimentação Escolar
PoU - *Prevalence of Undernourishment*
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SA - Soberania Alimentar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
Sepe-Duque de Caxias Sindicato Estadual dos
Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da
Covid-19 no Brasil

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Espaços de Agroecologia na Baixada Fluminense	23
Imagem 2: Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destacando-se a capital, o Leste Metropolitano e Baixada Fluminense, subdividida, além da Baixada “Histórica-Iguaçuana”, em “Transição Baixada- Leste Metropolitano” e Extremo Oeste Metropolitano.	28
Imagem 3: Casos confirmados de Covid-19 entre março de 2020 e março de 2022.	29
Imagem 4: Pirâmide etária do percentual de óbitos por COVID-19, por sexo e cor ou raça. Brasil – 2020.	30
Imagem 5: Variação trimestral do PIB (%) do Brasil	32
Imagem 6: Variação trimestral do Desemprego (%) do Brasil.	32
Imagem 7: Logomarca do Programa Fome Zero.	34
Imagem 8: Festa do Dia do Agricultor.	55
Imagem 9: Lago formado por extração de areais.	56
Imagem 10: Colheita de feijão secando na sede do Coletivo Terra Periférica.	63
Imagem 11: Produtos do Coletivo Terra Periférica.	64
Imagem 12: Plataforma do Site Faz a feira - Coletivo Terra.	65
Imagem 13: Site da Feira da Agricultura Familiar.	65
Imagem 14: Mística da Festa do Agricultor.	67
Imagem 15: Intervenção cultural do Coletivo Terra.	68
Imagem 16: Leitura da Carta do Coletivo Terra pelas mulheres agricultoras.	69
Imagem 17: Audiência Pública no Assentamento Terra Prometida.	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I A BAIXADA FLUMINENSE: TERRA PARA BROTAR PERSEVERANÇA	5
1.1 A Baixada Fluminense: A Agricultura na Baixada Fluminense	6
1.2 Agroecologia: de onde vem este saber?	14
1.3 Espaço, estratégias e táticas do lugar	18
2 CAPÍTULO II O DESENVOLVIMENTO DE UMA “PRAGA”: O CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE	25
2.1 A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense	26
2.2 A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense	27
2.3 Pandemia e alimentação: a questão alimentar brasileira nas periferias urbanas	31
2.4 A Pandemia, alimentação e a agricultura na Baixada Fluminense	40
3 CAPÍTULO III FLORESCER DA RESISTÊNCIA: OS MOVIMENTOS EM PROL DA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS DA AGROECOLOGIA NA BAIXADA FLUMINENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	45
3.1 Segurança Alimentar x Soberania Alimentar	46
3.2 Segurança x Soberania Alimentar na Pandemia	51
3.3 Estratégias e táticas dos agricultores no contexto de pandemia: a organização dos agricultores sobre a questão alimentar na Baixada Fluminense	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
6 ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

A Agricultura está intrinsecamente ligada à formação socioespacial da Baixada Fluminense. Compreende-se a Baixada Fluminense como a área periférica da parte do oeste e norte da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Seropédica, Japeri, Queimados, Magé e Itaguaí (RUFINO SILVA, 2020; TEIXEIRA, 2018). Ela não se limita a nomes da sua localidade, mas ao espaço vivido daqueles que construíram e foram construídos por ela, assim como eu, que sou nascida e criada na Baixada. Portanto, a produção do espaço da Baixada perpassa a produção da minha vida e dos caminhos para chegar até a presente pesquisa.

A aproximação com o tema me instigou enquanto pesquisadora, porém, igualmente como moradora da Baixada Fluminense por toda minha vida. Nasci em Duque de Caxias e moro em Mesquita desde os três anos de idade na área urbana da Baixada. Vinda de família de migrantes da Região Norte e Nordeste do Brasil, me recordo das histórias que meus pais e avós contavam sobre as dificuldades para alimentar todos os filhos, onde minhas avós recorriam à criação de animais nos fundos do quintal de suas casas em São João de Meriti e plantação de alguns alimentos como banana e batata doce para assegurar o alimento da família. Quando não haviam produção no quintal, recorriam à feira municipal para pegar a “xepa” ou pedir sobras em peixarias e aviários para alimentar os animais. Minha infância foi distante desta realidade de dificuldade alimentar: minha mãe professora do ensino público e meu pai como representante de venda de alimentos procuraram através dos seus trabalhos suprir as necessidades que eles passaram em suas infâncias para mim e minha irmã. Após uma juventude de incertezas do que faria do futuro me encontrei no curso de Licenciatura em Geografia na UFRRJ – Instituto Multidisciplinar, mesmo dizendo até o momento que não seria professora pois assistia às dificuldades que minha mãe vivenciava na docência. Ao estudar Geografia Agrária na graduação com a Roberta, hoje minha orientadora desta dissertação, meu entendimento sobre a relação com os alimentos mudou completamente, principalmente após nosso trabalho de campo em visita à Univerde, associação de agricultores do bairro Geneciano em Nova Iguaçu, e descobri lugares e histórias que, mesmo morando a vida toda na Baixada, não conhecia e da Semana Acadêmica de Geografia com o tema da Soberania Alimentar em discussão. Desde então o tema não saiu da minha cabeça.

Me envolvimento com a agricultura começa de fato com a minha participação como bolsista de extensão da Feira da Agricultura Familiar do Instituto Multidisciplinar, convidada pela professora Edileuza Queiroz para integrar ao projeto. A minha convivência com os agricultores e técnicos Rosangela, Bete, Deborah, Pedro, Luzia, Genildo, Renato, Lúcia, Rodrigo, Sr. Carlos, Edinho, Elias, Eliane e Renata todas às terças no Hall do Restaurante Universitário foram recheadas de aprendizados, risadas, apoio, afeto, sabores e saberes que trocávamos. Hoje atuo nos coletivos da Universidade Colher Urbano e Terra Periférica, projetos paralelos sobre pesquisa, horta experimental e de divulgação da agricultura na Baixada, atuando junto aos agricultores da FAF-IM em diálogo. Nosso convívio na feira era igualmente embasado na resistência para manter o funcionamento do projeto no ambiente universitário e permitir que os agricultores aumentassem o escoamento dos seus produtos e que a comunidade acadêmica pudessem conhecer a história que produziu o espaço da Baixada Fluminense, onde se localiza a nossa Universidade.

No passado, os referidos municípios da Baixada passaram por intensas modificações do seu espaço por meio das atividades agrícolas e de recursos naturais, sendo considerada uma área de vocação para estas funções, o que incentivou os projetos de modificações deste espaço. Dentre estas ações verifica-se as interações dos sistemas de ações e objetos (SANTOS, 2017)

ao longo da história da ocupação da Baixada que impactaram e impactam no seu perfil espacial até os dias de hoje. O tempo marcou no espaço ações do passado, como o loteamento das terras e a grilagem que resultaram na acelerada urbanização da área nas décadas passadas, porém, apesar dos intensos conflitos que marcaram o espaço vivido, os agricultores não desapareceram com este avanço.

Em locais distintos, com demandas e lutas distintas, os agricultores permaneceram produzindo e resistindo pela sua vivência e sobrevivência na Baixada Fluminense. A forma de produção agrícola promovida pelos mesmos se constitui através do diálogo de saberes, entre gerações, vizinhos, agricultores, companheiros de luta e técnicos agrícolas. Propomo-nos, ao longo deste texto dissertativo, a entender que a presença destes agricultores pode ser considerada uma outra forma de resistência, distinta das ações de luta pela terra das décadas anteriores, que se estabelece por meio das táticas e estratégias (CERTEAU, 1998) que são tecidas pelo cotidiano. A diversidade das práticas agrícolas existentes na Baixada Fluminense na atualidade será voltada às ações de resistência da agricultura vinculada às práticas agroecológicas.

A Agroecologia enquanto ciência e prática e movimento (ALTIERI, 2012; PRÉVOST, 2019) tem como preceito sua execução de forma integrada ao conhecimento sobre o local, saberes herdados e assimilados através dos diálogos de saberes entre os diferentes agentes: agricultores, cientistas, população. Assim como, ao lidar com a roça, os agricultores se organizam e elaboram táticas e estratégias para sobreviver aos diferentes problemas nas lavouras, também o fazem no enfrentamento de conflitos cotidianos e no escoamento e venda de seus produtos. A presença das práticas agroecológicas na Baixada Fluminense promovida pelos agricultores fortalece as relações de resistência cotidiana no seu espaço, que se fazem presentes também em momentos de crise, como ocorreu no Brasil a partir de março de 2022 com a eclosão da pandemia de Covid-19.

Causada pela nova variante de coronavírus, Covid-19, o vírus se disseminou rapidamente no início do ano de dois mil e vinte e desestabilizou as relações do mundo, potencializando problemas sociais e ambientais já existentes. No contexto geral, as periferias urbanas brasileiras, já acometidas pela concentração das mazelas sociais, como acesso à alimentos saudáveis e seguros, saneamento básico, habitação regular, direitos e necessidades básicas para a vida sofreram com o agravamento dos problemas de ordem social, econômica e salutar. Sendo os habitantes das periferias urbanas os mais expostos aos riscos desta nova doença, nós, os habitantes da Baixada Fluminense, fomos incluídos no radar das mazelas da pandemia e, os agricultores que aqui residem também foram amplamente afetados pela crise que se instaurou.

A crise de abastecimento e acesso aos alimentos no Brasil, neste período pandêmico, teve como uma das principais causas as estratégias do Estado na priorização do abastecimento do mercado externo, o que impactou as reservas estratégicas de alimentos, desregulou seus preços, encarecendo-os devido à alta demanda interna (SILVA, 2020). Associadas às ações do Estado, as desigualdades sociais se aprofundaram neste período, por conta dos impactos econômicos da pandemia como o aumento do desemprego, a consequente diminuição do poder de compra e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, com 33,1 milhões de brasileiros em Situação de Insegurança Alimentar, tendo sido o aumento significativo de 2020 para 2021 em famílias negras e chefiadas por mulheres (REDE PENSSAN, 2021; 2022). Ainda que tenha sido implementada a estratégia do fornecimento do Auxílio Emergencial pelo Estado como suporte às pessoas de baixa ou sem renda neste período e manter o mínimo dos custos necessários do cotidiano, não foi o suficiente para conter a crise da Insegurança Alimentar, da fome no Brasil.

Porém, as atividades agrícolas de pequenos agricultores continuaram neste período, abastecendo suas próprias famílias, vizinhos e consumidores. O provimento de alimentos para

estas pessoas foi possível através das reestruturações estabelecidas por meio de táticas cotidianas de resistência das próprias famílias agricultoras no seu espaço cotidiano.

Estas táticas estabelecidas pelos agricultores, a fim de superar os problemas na pandemia, se relacionam também com o combate à fome e com a preocupação do escoamento das produções agroecológicas da Baixada Fluminense. Estas movimentações dos agricultores podem indicar movimentações que remontam aos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar no cotidiano periférico. A Segurança Alimentar, altamente utilizada pelos órgãos institucionais como conceito orientador das ações de combate à fome, tem como objetivo estabelecer estratégias de fornecimento de alimentos seguros na lógica nutricional e sanitária (CAMPOS, 2014; SILVA, 2020). Entretanto, os movimentos camponeses e outros pensadores críticos às limitações deste conceito, defendem que sua preocupação foca no abastecimento de alimentos independente das relações sócio-econômica-ambiental dos modos de produção, distribuição e consumo (CAMPOS, 2014; FABRINI, 2017; PINTON e YANNICK, 2018) e defendem outra proposta: a Soberania Alimentar. A Soberania Alimentar tem sua origem a partir das discussões dos movimentos sociais camponeses, principalmente da articulação internacional da Via Campesina na década de 1990 em contraposição às ações neoliberais sobre a agricultura, e seu foco na questão política em torno das estruturas de produção e acesso à alimentação (CAMPOS, 2014; FABRINI, 2017) algo de relevância para a discussão sobre as mesmas no contexto da Pandemia de Covid-19.

A resistência dos agricultores agroecológicos da Baixada Fluminense se desenhou através da história deste espaço produzido pelos mesmos. As táticas estabelecidas no seu cotidiano possibilitam a sua permanência ativa nestes espaços em oposição às estratégias impostas verticalmente, sobrevivendo às diversas tentativas de desapropriações, pressão da especulação imobiliária com o avanço da urbanização, a tentativa de imposição de pacotes agrícolas desenvolvimentistas, as violências sociais de gênero, sexualidade, classe, racial e étnica, ou seja, perduraram sobre seu espaço apesar das imposições do sistema-mundo moderno-colonial (CUNHA, 2017) sobre o mesmo.

Estas táticas manifestam a importância dos seus saberes, conferindo aos agricultores a sua notoriedade na formação do saber agroecológico, científico e prático. As táticas e saberes se destacam na sua reprodução através das mobilizações sociais e, com isto, na construção das suas pautas políticas em comum com os interesses das diferentes identidades que compõem os grupos sociais rurais e urbanos responsáveis pela produção justa de alimentos, ambiental e socialmente. Neste segmento, a presença das estratégias e táticas dos agricultores da Baixada Fluminense no contexto da pandemia e a relação com as suas articulações para escoamento e acesso aos alimentos agroecológicos que se estabeleceram no cotidiano de distanciamento social físico são destaques para a pesquisa.

Deste modo, o objetivo geral desta dissertação é compreender as ações dos agricultores agroecológicos da Baixada Fluminense e as possíveis relações estabelecidas no contexto da pandemia de Coronavírus e os objetivos da Soberania Alimentar. Já os objetivos específicos consistem em investigar a produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ), estimar os impactos da pandemia nas relações da produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ) e documentar as estratégias e táticas estabelecidas pelos agricultores e movimentos sociais da Baixada durante a pandemia de Covid-19 em prol da luta pela Soberania Alimentar.

A metodologia escolhida para embasar a pesquisa e seus respectivos processos consiste na busca de referências sobre os conceitos atribuídos, busca em *sites* e jornais sobre a Baixada Fluminense e seus movimentos de agroecológicos, na identificação e mapeamento de movimentos e projetos agroecológicos através de pesquisas, acompanhamento e diálogos com os agricultores, inspirada na metodologia de pesquisa militante de Bartholl (2018). A pesquisa militante consiste na pesquisa através do diálogo de saberes de forma horizontal com os movimentos sociais junto aos quais se milita. Este caminho auxiliará na compreensão da

existência das táticas e estratégias de organização no cotidiano dos agricultores na Baixada Fluminense, sendo designadas ao movimento do estabelecimento de uma luta pela Soberania Alimentar, articuladas de forma multiescalar.

A estrutura da dissertação irá apresentar e três capítulos: o primeiro, *A Baixada Fluminense: terra para brotar perseverança*, subdividido em três subcapítulos, *A agricultura na Baixada Fluminense*, *Agroecologia: de onde vem este saber?* e *Espaço, estratégias e táticas*, onde estabelecemos a relação geográfica e histórica da produção agrícola na Baixada Fluminense, sua relação com a Agroecologia e a produção do espaço através das estratégias e táticas com foco nos agricultores.

O segundo capítulo, *O desenvolvimento de uma “praga”: o contexto da pandemia de Coronavírus e seus impactos na agricultura e alimentação da Baixada Fluminense*, é subdividido em três subcapítulos, *Pandemia e Baixada Fluminense*, *Questão alimentar brasileira* e *Questão Alimentar brasileira nas periferias e Baixada Fluminense*, e trabalhará os impactos da pandemia no encadeamento da produção, escoamento e consumo de alimentos, em um balanço do padrão das periferias urbanas brasileiras e, especificamente, desta relação na Baixada Fluminense sobre como alterou esta tríade sobre sua produção de alimentos agroecológicos.

No terceiro capítulo, *A Segurança e a Soberania Alimentar nos movimentos da Agroecologia na Baixada Fluminense no contexto de pandemia de Coronavírus*, estruturado em três subcapítulos: *Segurança Alimentar versus Soberania Alimentar*, *Segurança Alimentar versus Soberania Alimentar na pandemia de Coronavírus* e *Estratégias e táticas dos agricultores no contexto de pandemia: a organização dos agricultores sobre a questão alimentar na Baixada Fluminense*. Neles serão trabalhados os conceitos e práticas de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, as suas principais confluências e divergências e como elas foram aplicadas na pandemia de Coronavírus no Brasil e, por fim, as táticas e movimentos de Soberania Alimentar dos agricultores da Baixada no período da pandemia de Coronavírus, de março de dois mil e vinte a março de dois mil e vinte e dois.

1 CAPÍTULO I

A BAIXADA FLUMINENSE: TERRA PARA BROTAR PERSEVERANÇA

A conjuntura dos processos geográficos e históricos para a centralidade política, cultural e econômica nacional na capital do estado do Rio de Janeiro, capital homônima de seu estado, irradia sua influência à margem, sob a perspectiva de centro-periferia, o que influi na produção espacial galgada em relações assimétricas de poder entre os municípios. Esta centralidade influiu em diversas modificações no espaço fluminense em função de mover as atividades econômicas em torno do abastecimento de recursos para a cidade do Rio de Janeiro, onde a agricultura se manteve na atualidade. Nesta lógica, o Rio de Janeiro, ao se tornar metrópole, passa a ser o centro da Região Metropolitana do estado, em que nela se encontra outra categoria espacial: a Baixada Fluminense.

No contexto Geomorfológico, a Baixada Fluminense compreende toda a Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, planícies costeiras entre o litoral atlântico e a Serra do Mar que se estende do Norte do estado ao Sul em direção à região Sul brasileira (CEPERJ). Entretanto, no contexto geográfico compreende-se a Baixada Fluminense como a vertente Oeste e Norte da atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta por municípios que no passado tiveram seu espaço modificado por atividades desenvolvidas em função do abastecimento da capital (início do século XX), principalmente de água e de alimentos, em que esta foi por um longo período dita como vocacional à área, o que incentivou projetos de modificações nos cursos d'água para saneamento e de colonização agrícola, com o intuito da criação de um cinturão verde de abastecimento para a cidade, como foi afirmado anteriormente, e para o mercado externo.

O impacto da Segunda Guerra Mundial nas lavouras de laranja e a infestação de doenças e pragas levou à debanda da área por parte dos agricultores. Entretanto, veremos no decorrer deste capítulo que, mesmo com o abandono da citricultura e o loteamento de seus terrenos, em outras vertentes se estabeleceram práticas agrícolas e organizações de ligas camponesas de luta pela terra na Baixada, que terão diversos embates no cotidiano com a problemática da grilagem e do loteamento. Estas práticas levaram à urbanização da área de forma acelerada nas décadas seguintes, porém, tivemos a perpetuação da agricultura na área, com locais distintos, demandas e lutas de agricultores e técnicas agrícolas ainda ligadas aos saberes antepassados e que, atualmente, têm sido integradas aos estudos científicos com diferentes nomenclaturas, como a Agroecologia.

Essas práticas agrícolas são executadas de formas integradas ao conhecimento sobre o local, saberes herdados e assimilados através dos diálogos de saberes com outros agricultores e em cursos de capacitação, o que permitiu a resistência da atividade na Baixada Fluminense, atrelado também aos movimentos de resistência camponesa na área. Assim como ao lidar com a terra se elabora estratégias, ao enfrentar os conflitos no campo e ao comercializar seus produtos, os agricultores se organizam, elaboram táticas cotidianas para sobreviver aos diferentes obstáculos sobre a sua realidade periférica agrícola na lógica urbana construída ao longo dos anos para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O presente capítulo abordará como os agricultores da baixada fluminense se reinventaram ao longo dos eventos históricos, das disputas territoriais e da resistência no lugar, o entendimento da Agroecologia com a produção que agrega estas questões sociais e como produção do seu saber é baseada na diversidade de quem a pratica; e as táticas e estratégias que incidem e produzem o espaço, de formas distintas, com enfoque nas táticas como produtora do espaço enquanto lugar.

1.1 A Baixada Fluminense: A Agricultura na Baixada Fluminense

A concepção do espaço da Baixada Fluminense se configura a partir da feição geomorfológica do seu terreno. Entretanto, o presente trabalho abordará não apenas a configuração da paisagem física do relevo, mas a sua apropriação no entendimento da regionalização a partir da construção política cotidiana que reformulou esta compreensão na perspectiva social, o que criou a compreensão sobre o que seria a baixada neste contexto. No presente texto será abordada a relação da configuração agrícola em um contexto histórico, em busca de explicitar a obstinada presença da agricultura na Baixada Fluminense ao longo da história e sua relação espacial de constantes reapropriações espaciais sem que houvesse seu abandono de fato.

Na apreensão geomorfológica, de acordo com Mendes (1948, p.21), a Baixada Fluminense compreende a área de terras baixas (planícies litorâneas) entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, de extensão em torno de 17.000 km², desde o litoral Nordeste do estado do Rio de Janeiro até a planície de Itaguaí. De acordo com o mesmo autor, as planícies da Baixada podem ser classificadas entre a planície do Recôncavo da Guanabara, entre as “meias-laranjas” e os maciços desta planície; a planície Campista, localizada entre a margem direita do Paraíba do Sul e da Lagoa Feia e o delta deste rio, entre a mesma lagoa e o Cabo de São Tomé; e as planícies litorâneas, destacada pela sua extensão pelo litoral fluminense, desde a Restinga da Marambaia à região dos Campos dos Goytacazes (MENDES, 1950, pp.23-26).

Dentre estas classificações, o foco será direcionado à planície do Recôncavo da Guanabara, devido às atividades econômicas ao longo da história que se desenvolvem nesta área em detrimento do abastecimento das áreas centrais, seja ele o abastecimento da própria cidade do Rio de Janeiro como da balança econômica para as metrópoles no período colonial brasileiro. A área da planície do Recôncavo da Guanabara compartilha a semelhança com as planícies que também integram a Baixada Fluminense de deposição de sedimentos oriundos de relevos de maiores altitudes através dos rios e das dinâmicas dos manguezais e, com isso, aliado à alta pluviosidade do clima local, temos a problemática da drenagem do terreno, o que naturalmente formam pantanais que irão interferir nas atividades econômicas desempenhadas neste terreno (*ibid*, p. 26).

As atividades econômicas brasileiras, desde o início da exploração colonizadora europeia sobre o território, se voltaram às explorações extrativistas e agrícolas com finalidade de abastecimento das metrópoles. A atividade agrícola que consolida aqui a colonização é a produção de cana de açúcar, com foco na produção na região do Nordeste brasileiro. Entretanto, a agricultura de fato se desenvolve primeiramente através das produções de subsistência ainda no início do ciclo extrativista sobre a exploração do pau-brasil. Segundo Pereira (1977, p.12), as capitânicas deste período pré-colonial brasileiro, viviam da subsistência obtida dos indígenas, com culturas produzidas na nossa alimentação até os dias de hoje, como o milho, amendoim, banana, mandioca, carnes e peixes (de caça). Como o recôncavo da Guanabara também explorou seu espaço para a reprodução desta cultura, houve da mesma forma a produção da agricultura de subsistência, porém, introduzida através do domínio da Igreja, com foco principal sobre as atividades dos engenhos de açúcar. Nesta área, data o início da atividade econômica de Iguazu, onde forma-se o atual município de Nova Iguazu e outros que se emanciparam no futuro, em 1611 na Fazenda Iguazu nas imediações do rio Iguazu, fundada por Cristóvão Monteiro e vendida posteriormente por sua viúva, D. Marquesa Ferreira, deixando então sob a responsabilidade do Mosteiro de São Bento (*ibid*, pp. 16-18). Assim como no período anterior, continua aqui as atividades de agricultura de subsistência, entretanto, sempre de destaque secundário, o que causam dificuldades para a população local.

A dinâmica da Geografia Física da região terá grande destaque para os infortúnios dos empreendimentos agrícolas daqui em diante. Como afirmado anteriormente, as principais

características de relevo de altitudes baixas na Baixada Fluminense prejudicam a drenagem deste terreno. No caso do recôncavo da Baixada da Guanabara temos a particularidade do cerceamento desta área pela Serra do Mar e morros e maciços os quais, aliada à alta pluviosidade típica do clima local, aumentam a velocidade da descida das águas em direção à planície, tornando os seus solos argilosos avermelhados encharcados em brejos, os quais influenciaram na disseminação de doenças e na frustração das atividades sucroalcooleiras (MENDES, 1950; PEREIRA, 1977). Esses problemas datam desde a chegada dos frades beneditinos na Fazenda Iguaçu, com as constantes febres causadas por doenças tropicais, influenciadas por esses mesmos terrenos alagados, denominados como infrutíferos para a atividade canavieira (PEREIRA, *ibid*, p. 19-20). A construção dos engenhos de cana se estendem por toda Baixada da Guanabara entre os séculos XVII e XIX, através do estabelecimento das fazendas por famílias renomadas da época, as quais ainda influenciam nas toponímias da região, como o caso do bairro de Vilar dos Teles no município de São João de Meriti, onde era estabelecida a fazenda de Pedro Antonio Teles de Menezes e o município de Mesquita, em referência ao Barão de Mesquita que detinha terras da denominada Fazenda da Cachoeira¹ (PEREIRA, *ibid*, pp.26-27).

O estabelecimento dos engenhos na Baixada Fluminense como um todo domina a paisagem até cerca do século XVIII, porém, isto não significa a uniformidade da mesma. A dinâmica dos espaços do mesmo relevo de planície se diferenciam através das questões locais em que o cotidiano, o espaço físico e a geopolítica da época produzem de forma diferente cada sub-região. A partir do início da exploração das Minas Gerais no ciclo do ouro, o Rio de Janeiro inicia sua consolidação como centralidade da exploração econômica colonial, o que resulta na transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763. Esta trouxe consigo a modificação da comunicação, através do escoamento da? exploração aurífera, entre o centro do Rio com o arredor através da construção dos portos fluviais, tendo como principais o Porto Estrela, situado no rio Inhomirim no atual município de Magé e o porto Iguaçu, situado no Rio Iguaçu, no bairro de Tinguá, região da antiga Vila de Iguassú; além de integrar com a abertura de estradas que integravam a Estrada Real. Mesmo com a significativa utilização dos portos para escoamento da exploração de ouro para os portos do Rio de Janeiro, este meio de transporte também absorveu o escoamento das produções agrícolas da Baixada da Guanabara em direção aos mesmos portos e, com o esgotamento do ouro nas Minas Gerais, torna-se o principal meio de transporte na Baixada até meados do século XIX, comparado por Mendes (*ibid*, p. 68) a um arquipélago, devido à predominância do transporte fluvial com aglomerados próximos sempre aos portos e as evidências da inexistência de pousos de tropas tais quais existiam nos planaltos nas hinterlândias.

A produção da Baixada da Guanabara, ao longo da virada para o século XIX, perde em relevância de produção para a região da Baixada de Campos por dois fatores: a morfologia e uso dos terrenos, que favorecia a eficiência da produção em Campos, e o investimento em tecnologias nos engenhos de Campos que aumentaram sua produtividade. A Baixada de Campos, ao contrário da Baixada da Guanabara, possuía maior extensão de solos aluviais férteis, pouco explorados e sem interrupções de relevos e morros, o que facilitou a cultura da cana (MENDES, 1949, p.58). Já a aplicação da técnica e maquinários em Campos coincidem com o processo de abertura dos portos com a chegada da Corte ao Brasil em 1808 (o que permitiu a importação destas tecnologias) e com o sucessivo desgaste desta cultura na Baixada da Guanabara, com solos menos férteis e esgotados, devido também às técnicas rudimentares utilizadas desde seu início, atado ao pacto colonial, com a proibição da fabricação de

¹ As ruínas do antigo casarão da fazenda encontram-se hoje anexadas ao terreno do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

equipamentos para os engenhos (PEREIRA, 1977, p. 28). Mendes salienta também em sua pesquisa as mudanças que este processo acarretou na Baixada Fluminense como um todo

Nos meados do século XIX a indústria açucareira na Baixada Fluminense passou por importantes modificações acarretando uma verdadeira revolução na estrutura econômica regional. A implantação e rápida expansão dos engenhos à vapor [a vapor] determinou a decadência e o quase [quase] total aniquilamento dos antigos engenhos coloniais propulsionados à tração animal ou à força hidráulica.

Uma das mais importantes conseqüências [consequências] dessa revolução industrial foi o deslocamento quase que completo da lavoura canavieira para a Planície Campista, ou melhor, nos famosos Campos dos Goitacazes. Tal fato se processou em virtude de que as terras cansadas da região da Guanabara não podiam competir em produtividade com os ubérrimos aluviões campistas. (MENDES, 1950, pp.69-70).

É importante enfatizar que a alta eficiência dos engenhos em Campos também foram representados sobre a alta exploração da mão de obra negra escravizada, onde a produção, agora a vapor, era movida por extensas horas pelos escravizados, objetificados pelo próprio sistema escravocrata, que sofreram pela inexperiência sobre as novas tecnologias, o que resultou em diversas explosões de caldeiras, com elas acidentes, mortes e punições sobre os mesmos pelos seus senhores, que se enriqueceram e construíram seu prestígio e luxo na Baixada de Campos (MENDES, *ibid*, pp.32-33).

Apesar do destaque da cultura canavieira ao longo do século XIX na Baixada Fluminense, entre suas plantações estavam presente a agricultura de subsistência ou de mantimentos, para consumo da própria fazenda, trabalhadores, principalmente de arroz, feijão, mandioca oriunda de tradição indígena, e animais, com o milho, e algodão para consumo local, sendo plantadas nas várzeas dos rios, ao meio das plantações de cana, nas regiões próximas ao Rio de Janeiro, e em Campos estas áreas eram destinadas apenas para o plantio de cana e a agricultura de subsistência era feita no planalto (MENDES, *ibid*, p.60). Com esta gradual consolidação dos engenhos de açúcar na região da Baixada de Campos, a cana de açúcar na Baixada da Guanabara se defronta com a pífia e breve introdução da cafeicultura na sua região e o desenvolvimento de olarias. É importante salientar que os canaviais não são extintos ao longo do século XIX, pois o principal fator que beneficiava sua permanência era a proximidade da cidade do Rio de Janeiro (*ibid*, p.70), assim, a cultura que antes competia no exterior com o açúcar de melhor refino de outras colônias, em que estas passam a abastecer suas metrópoles, agora passam a abastecer com maior foco a própria cidade. Esta mudança também tem sua origem e influência na chegada da Corte ao Rio, como aponta Mendes

A vinda da família portuguesa [portuguesa] ao Brasil em 1808, acarretando um grande aumento da população da cidade do Rio de Janeiro tornou mais agudo o problema permanente nos tempos coloniais do abastecimento alimentar dos núcleos urbanos. Decorre desse fato o desenvolvimento das plantações de hortaliças e de árvores frutíferas nas imediações da cidade do Rio, mórmente [mormente] na margem oriental da Guanabara na região da Praia Grande (Niterói) e de São Gonçalo, onde a antiga paisagem dos engenhos e dos canaviais estava aos poucos sendo substituída pela policultura (MENDES, 1950, p.62).

O referido evento modifica a dinâmica espacial, antes focada totalmente para a exportação dos seus produtos, se volta para as transformações internas da produção do espaço. Assim, ao passo que na vertente oriental da Guanabara há um crescimento de plantações de subsistência para o Rio de Janeiro, na vertente ocidental, em boa parte na bacia do Rio Iguaçu, temos o desenvolvimento das olarias também voltadas para o abastecimento da capital, porém, também à agricultura local. Enquanto a sua produção de telhas que abasteceram principalmente o aumento de construções urbanas, no Rio, e rurais, nas suas hinterlândias, tinham como

principais consumidores os engenhos locais, os quais se abasteciam de formas de barro para os “pães de açúcar” que ainda produziam (MENDES, 19508, p. 64).

Ainda que a introdução de novas atividades econômicas na Baixada da Guanabara tenha diversificado minimamente as fontes monetárias na sub-região, a agricultura se manteve em destaque na mesma. A perseverante cultura canavieira se manteve ao longo da segunda metade do século XIX no município de Iguazu, elevado à tal em 1833 (PEREIRA, *ibid*, p.108) devido sua importância econômica de produção agrícola e pelo escoamento do ouro, porém, também foi introduzida na Baixada da Guanabara e neste município o novo motor econômico do país: a cafeicultura. Segundo Pereira (*ibid*, p. 49) São Gonçalo foi um dos primeiros locais a se implantar a cultura do café que depois se espalha em direção ao Vale do Paraíba, Minas Gerais e se consolida em São Paulo. O autor ressalta

a expansão do café fluminense acompanhou os caminhos que do Rio de Janeiro levavam às províncias de São Paulo e Minas Gerais. As terras altas da Serra do Mar foram as mais propícias à cafeicultura. Entretanto, também nos vales se cuidou desta lavoura com bons resultados, usando-se como adubo apenas a casca e o resto da polpa do próprio café.

Como no caso da cana-de-açúcar [cana de açúcar] não houve (pelo menos até o início deste século) nenhuma preocupação com o emprego de fertilizantes do solo. Estrume de gado, existente em algumas fazendas, era utilizado ocasionalmente na lavoura de frutas e legumes. (PEREIRA,1977, p.50)

Nestes caminhos de ligação entre a capital e as referidas províncias tivemos a abertura de estradas de ferro para o escoamento dos produtos para a capital e os portos. Estes novos caminhos impactaram a economia das hinterlândias da Baixada da Guanabara de modos distintos: enquanto a abertura da primeira estrada de ferro em 1854 pelo Barão de Mauá, interligava a atual Praça Mauá até Vila Estrela (atual Magé), declinou o uso do Porto Estrela, o que aumentou a disseminação de cólera e malária pelo consequente baixo manejo dos recursos hídricos, a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1858, atual Central do Brasil, ligava a estação D. Pedro II até Iguazu, na área em que hoje é o município de Queimados (*Ibid*, p. 53), mudou ao longo das décadas seguintes o eixo de produção econômica da Vila Iguazu, bairro de Tinguá, para Maxambomba, atual Centro do município de Nova Iguazu. O mesmo autor evidencia esta reestruturação espacial no seguinte trecho

As estradas de ferro foram lançadas para facilitar o transporte de café, acompanhando sua expansão desde o Rio de Janeiro até as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Em consequência [consequência], estimulavam o aumento da cultura cafeeira, o surgimento de “fazendas”, ao mesmo tempo que deslocavam o eixo comercial dos rios, fazendo parecer regiões que, até então, viviam em função de seus portos fluviais. Foi o que aconteceu, entre outros locais, com Estrela e Iguazu. (PEREIRA, 1977, p. 55)

Dessa forma, o escoamento da produção cafeeira reestruturou também o espaço da Baixada da Guanabara, em questão dos modos de deslocamento e comunicação da capital com as hinterlândias e dos gêneros agrícolas nela produzidos. Embora o café não tenha se estruturado como um ciclo econômico no município de Iguazu (integrante desta sub-região), este foi cultivado amplamente em suas terras, sendo as principais regiões de cultivos a do Tinguá e Estrela pois, com o deslocamento da produção de Minas Gerais até a capital eram deixadas sementes nos entrepostos, porém, sem perder o protagonismo para a produção canavieira. O declínio da produção cafeeira em Iguazu se dá pela transferência da sede para Maxambomba e a predominância dos trens de ferro, que levam a Estrada do Comércio e os portos que escovam suas produções à decadência (*Ibid*, p. 85-86). O breve ciclo do café na Província do Rio de Janeiro mostra sua busca de melhores condições do solo e do clima até

encontrá-las em São Paulo e Minas Gerais, sendo que, em Iguazu o café se aproveitou das terras altas, mais próximas à Serra do Mar, às quais a produção canavieira não se adaptou (*Ibid*, p.104-108).

Cabe ressaltar que a estrutura social brasileira, principalmente a fluminense, altamente dependente da mão de obra escravizada, sofreu um abalo significativo em sua economia com a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888. Com a agricultura da Baixada da Guanabara não foi diferente: a mão de obra escravizada em Iguazu era o que mantinha sua base econômica sólida além das estruturas de poder dos coronéis que se beneficiavam com os títulos nobiliárquicos que os lucros de suas fazendas lhes rendiam, exercendo poder e influência. A Abolição trouxe consigo, de acordo com Pereira (1977, p. 109) qualquer possibilidade de evolução da produção cafeeira em Iguazu, junto com as doenças tropicais em que nela se espalhavam.

Outro aspecto importante de salientar, algo que o buscamos fazer com mais destaque nesta pesquisa, é a questão da produção de subsistência na Baixada da Guanabara. Como foi colocado anteriormente, ao longo do século XIX este tipo de agricultura foi negligenciado em ordens prioritárias em comparação aos gêneros agrícolas de maior interesse econômico da época. Como a demanda de abastecimento de alimentos para a capital e para a Corte aumentou neste século com o crescimento urbano da primeira, a pressão de suas hinterlândias também aumentou, sem que houvesse de fato grandes investimentos para tal demanda de produção de alimentos, faltando de fato para boa parte da população. O historiador Waldick Pereira evidencia esta situação nos seguintes trechos

Os governos imperial e das províncias satisfaziam-se com a arrecadação da quota sobre os produtos agrícolas: cana, café, algodão e fumo. Não viam necessidade de um planejamento racional para ampliação da agricultura, visando outros produtos que vinham escasseando desde o ciclo econômico da cana-de-açúcar [cana de açúcar]. O que muitos municípios produziam além do café não atendia de forma adequada às necessidades da população. Os preços dos gêneros alimentícios subiam numa espiral assustadora, justamente pela escassez da produção, notadamente do feijão, da farinha de mandioca, do milho, do arroz, das verduras e legumes, estes últimos ausentes da mesa da maioria do povo (PEREIRA, 1970, p.78)

Na virada para o século XX temos o início da mudança da ótica sobre a produção de alimentos no Rio de Janeiro, não apenas pela necessidade do abastecimento da capital, mas em vista da decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba, devido ao impróprio manejo das plantações e dos solos e a sua consolidação em São Paulo que se aproveitou dos solos ricos do tipo Terra Roxa. O mesmo autor salienta o governo do presidente Nilo Peçanha como o precursor da preocupação sobre a questão da produção agrícola no Rio de Janeiro nas seguintes colocações

Era a campanha de diversificação de atividades agrícolas. Era o governo, finalmente, convencido de que o ciclo econômico do café já agonizava no estado do Rio, de que a alta do custo de vida, que solapava a economia pública e privada, tinha sua origem na falta de um programa racional de aproveitamento da terra. Ou o estado do Rio cultivava outras lavouras, ou se tornaria uma região faminta, deficitária, importando os gêneros alimentícios mais indispensáveis. É verdade que alguns municípios, como Nova Iguazu, produziam boa safra de arroz, feijão, milho e mandioca. Mas esta produção não chegava sequer para as necessidades locais, já que parte da terra cultivada ainda estava entregue à cana e ao café. (PEREIRA, 1970. p. 98)

Esta preocupação e incentivo à policultura são difundidas na Baixada Fluminense, o que até aqui vimos como Baixada da Guanabara à qual absorve os municípios do entorno da capital Rio de Janeiro, que compõe a sua hinterlândia, onde será posto em prática o projeto desta como

produtora de alimentos, com intervenções no saneamento da mesma e o desenvolvimento da citricultura no município de Nova Iguaçu.

O ciclo da laranja foi introduzido na Baixada da Guanabara em 1926 com o intuito de abastecer principalmente o mercado europeu (MENDES, *ibid*, p.99), porém, a sua consolidação como principal atividade econômica só foi possível após as obras de saneamento impulsionadas pelo Estado. Envolvendo drenagem dos pântanos, retificação de rios, abertura de canais, levantamento geográfico da região (PEREIRA, *ibid*, p. 106), o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNSOB) interviu na reestruturação espacial com o principal intuito desta região retomar a agricultura comercial e, assim, consolidar sua “vocação” agrícola como um Cinturão Verde de abastecimento da capital do Rio de Janeiro. Adaptando-se bem ao terreno da Baixada, os laranjais dominaram o município de Nova Iguaçu, estendendo-se largamente em seu território como uma monocultura, não se plantando outros alimentos entre as  rvores (MENDES, *ibid*, 106), como eram comuns na cultura da cana. As infraestruturas financiadas pelo Estado levaram a economia do município aos patamares elevados na década de 1930, impulsionando também o crescimento da sua área urbana e o aumento da sua população, atraídas pelo desenvolvimento da “Cidade perfume” (MENDES, 1948; PEREIRA,1970). Contudo, a decadência dos laranjais veio na década seguinte devido às pragas de moscas sobre as monoculturas e o impacto econômico da Segunda Guerra Mundial, com o declínio do mercado europeu e sem a absorção necessária do mercado interno (MENDES, *ibid*, p.108). Com o conseqüente abandono das terras iguaçuanas, os líderes locais pressionaram nos anos seguintes o retorno por parte do Estado dos incentivos agrícolas para o município, porém, os loteamentos das terras, anteriormente tomadas pelo perfume dos pomares de laranjas, já eram anexados para o incremento da mancha urbana iguaçuana (PEREIRA, *ibid*, p. 150).

No município de Magé, as intervenções do DNSOB também estiveram presentes com o objetivo de liberar o terreno para a agricultura, sendo transformadas em pastagens ou extensas plantações de banana e laranja. Na construção da Baixada Fluminense como “cinturão verde do estado do Rio de Janeiro” houve o projeto da colonização agrícola oficial, com a presenç a dos núcleos coloniais de São Bento², Tinguá, Santa Cruz³ - Baixada de Sepetiba - Duque de Caxias e Santa Alice (MENDES, *ibid*, pp. 109-116; MAIA, 2018, p.101).

Com o crescimento dos incentivos   industrialização nas décadas de 1930 e 1940 e, conseqüentemente das áreas urbanas, estes núcleos coloniais foram criados com o objetivo de abastecer as cidades e as indústrias que ali, na Baixada Fluminense, também se instalavam. Porém, o conseqüente abandono do projeto de indústrias nacionais estratégicas levou e com ele o prosseguimento dos núcleos coloniais na Baixada Fluminense, que passaram a se urbanizar sobre terrenos antes destinados às lavouras. Porém, a continuação da agricultura não desaparece com o gradual desamparo do Estado sobre a atividade agrícola fluminense. A partir da década de 1930, de acordo com Maia (2018, p.104), com a modificação do espaço rural na Baixada Fluminense, temos a chegada de conflitos entre diferentes agentes deste espaço de acordo com seus respectivos interesses. São, principalmente, nas disputas entre grileiros e posseiros, no final dos anos 1950, que o conflito no território fluminense se intensifica sobre o direito e ocupação da terra na Baixada Fluminense.

No projeto da Fábrica Nacional de Motores (FNM) instalada na década de 1940 em Xerém, no município de Duque de Caxias, ainda em consonância com a autora supracitada (MAIA, *ibid*, p.107-108), foram estabelecidas áreas destinadas para agricultura e abastecimento dos trabalhadores da FNM, das áreas vizinhas e dos próprios lavradores, instalados como

²Sede do atual Museu Vivo de São Bento, anteriormente citado;

³ Esta entendeu sua plantação para verduras e legumes, sediando a construção da antiga Escola Nacional de Agronomia (MENDES, *op cit*, p.116), no atual município de Seropédica, que constitui atualmente a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela qual a presente pesquisa se desenvolveu.

posseiros de terras da União. A perda de força da FNM desestabilizou a segurança da agricultura das fazendas em Xerém, o que influenciou na organização dos posseiros, com a criação da Comissão de Lavradores de Xerém em 1947, liderado por José Pureza, tornando-se posteriormente a Associação dos Lavradores Fluminenses. A autora salienta a pressão sobre a posse das terras da FNM no trecho

Partimos da hipótese de que esta mobilização estava intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. Não custa lembrar que todo este quadro conflitivo tinha como pano de fundo as dinâmicas populacionais e territoriais decorrentes da criação dos núcleos de colonização, em especial os de Tinguá e São Bento, e dos demais efeitos de periferização que se abateram de maneira irradiativa por toda a região. (MAIA, 2018, p.109)

A valorização dos terrenos da Baixada Fluminense neste período se deve ao crescimento urbano e migratório para o estado, sendo destinadas como propriedade para especulação imobiliária e para o estabelecimento da população pobre próxima à capital. É importante salientar a intensa ligação da luta camponesa com a operária, onde as associações e sindicatos de trabalhadores urbanos, partidos políticos como o Partido Comunista do Brasil (PCB), apoiavam as organizações da luta dos posseiros, sendo muitos destes trabalhadores urbanos oriundos de trajetórias rurais, migrantes vindos de áreas rurais de outras áreas do Brasil (MAIA, *Ibid*, p.110-113).

As desapropriações e despejos em Duque de Caxias tornam-se mais intensos a partir de 1952, derrubando as agriculturas de banana, feijão, milho e mandioca ali plantadas, quebra de acordos entre arrendatários e posseiros. As notificações judiciais falsificadas pelos grileiros foi um dos estopins para a organização do movimento de resistência armada dos posseiros a fim de evitar novos despejos e a entrada pelas principais vias de acesso à fazenda (MAIA, *ibid*, pp. 114-116). Estas organizações de lavradores apresentam-se como os primórdios da estruturação do movimento de luta pela terra em território fluminense, através de estratégias e táticas, as quais iremos dissertar posteriormente neste capítulo.

Em Nova Iguaçu, no distrito de Japeri, hoje município, os conflitos entre posseiros e grileiros na região de Pedra Lisa, área da desapropriação de 1960 da antiga Fazenda São Pedro, se instalaram com a valorização das terras para especulação. De acordo com Bastos (2018), os lavradores ocuparam e organizaram a região, o que resultou na fundação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, criada em 1948, responsável por esta organização da produção das lavouras e distribuição para as 140 famílias que ali se instalaram. Com a pressão da expulsão destes pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia, a ocupação reivindicada em 1946 ao governo a garantia de permanência da ocupação na área, concedida pelo mesmo, o que levou à constituição da Sociedade. Porém, os conflitos com grileiros perpetuaram ao longo das décadas, o que decorreu no assassinato do seu líder Zé Matias, desencadeia diversas tentativas de desapropriação da área, além da aproximação com outras resistências organizadas como forma de se fortalecerem. São os casos da conexão com o Núcleo Colonial Santa Alice de Itaguaí, em 1961, e com Xerém, formando uma coalizão de resistência camponesa da violência sofrida pelo ataque de grileiros e aparato da polícia e pela luta pelo direito à terra na Baixada Fluminense (BASTOS, *ibid*, pp.135-144).

O Golpe Militar de 1964 e o período da Ditadura Militar surtiram efeitos ainda mais violentos sobre os posseiros, lideranças e apoiadores da luta pela terra na Baixada Fluminense. Quase que de imediato à derrubada do Presidente João Goulart do poder, os aparatos militares seguem em direção às ocupações de posseiros na Baixada, derrubam lavouras, casas, sedes de organizações e perseguem as principais lideranças para prendê-los a fim de sufocar as

mobilizações de luta pela Reforma Agrária. A Fazenda Santa Alice foi desapropriada um ano antes do Golpe, pelo próprio João Goulart (BASTOS, *ibid*, p.145). Bráulio Rodrigues, liderança na luta pela terra na Baixada Fluminense e participante da organização da ocupação de Pedra Lisa, relata em suas memórias, organizadas por Medeiros (2008), sua trajetória de vida e detalhes da sua sobrevivência à perseguição sofrida durante a Ditadura Militar: ficou foragido em uma caverna, se alimentando por coleta de frutas de um vizinho, foi encontrado e levado para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) diversas vezes, preso e torturado por meses. Outras lideranças passaram por situações parecidas, como José Pureza, liderança de São Lourenço (MAIA, *ibid*), e sua esposa, Josefa Pureza. Em Magé, a repressão no campo se inicia a partir do Golpe, com os despejos repentinos, assim como nos municípios citados, maior pressão dos grileiros da América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí, que objetivavam tirar os posseiros presentes nestas ocupações, os quais abandonam as ocupações pelas ameaças de morte recebida pelos grileiros (TEIXEIRA, 2018, pp. 196-198).

Apesar do bradar das Ligas Camponesas “Reforma Agrária na lei ou na marra” (MEDEIROS, 2008, p. 80), a reestruturação do campo no período da Ditadura Militar ocorreu com a aprovação do Estatuto da Terra em 30 de novembro em 1964, sem seguir as demandas da luta pela terra e em detrimento da violência e da vida de diversos camponeses. As perseguições e prisões de integrantes de movimentos sociais, na cidade e no campo durante o período da Ditadura Militar, causou certa desarticulação e o sufocamento dos movimentos sociais agrários na Baixada Fluminense, seguidas do êxodo rural em direção às áreas urbanas devido às reestruturações políticas iniciadas pelos governos militares.

No período da redemocratização, a reorganização dos movimentos sociais e os conflitos por terra retornam no rearranjo da Baixada Fluminense, com o retorno de antigos líderes e surgimento de novos articuladores. Com a influência da Comissão Pastoral da Terra, incentivada pelo Bispo Dom Adriano Hypólito, as mobilizações pela retomada da luta pela terra em Nova Iguaçu e nos municípios de responsabilidade da Diocese⁴, organizados por Bráulio Rodrigues (MEDEIROS, 2008, pp. 51-57) novos focos de ocupação surgem em Nova Iguaçu. É o caso das ocupações articuladas pelo Núcleo Agrícola Fluminense em 1979, liderado por Laerte Bastos, do Parque Estoril em Nova Iguaçu, Morro Grande em Caxias e a ocupação pelo Mutirão de Campo Alegre, na divisa entre Nova Iguaçu e Queimados, em 1984, formado principalmente por uma nova geração de posseiros de origem urbana, à procura de habitação e áreas de produção mais acessíveis comparadas à cidade. Outros movimentos urbano-rurais se destacam igualmente na busca pelos direitos ao espaço na Baixada Fluminense, como o Movimento dos Amigos do Bairro (MAB) em Nova Iguaçu, novamente sobre a liderança de Bráulio Rodrigues, Movimento de União de Bairros (MUB) em Duque de Caxias e a Associação de Bairros e Moradores (ABM) em São João de Meriti. A reapropriação de Pedra Lisa retornou também na década de 1980, porém, os conflitos não sumiram, com atentado de mortes de Fernando Moura da CPT, a constante violência do Estado sobre os lavradores, a manutenção do clientelismo na Baixada, manteve a característica violência pelas disputas territoriais da Baixada Fluminense, que marca a área até hoje como algo inerente de seu espaço (TEIXEIRA, *ibid*, pp.152-160).

Atualmente, a agricultura na Baixada Fluminense se volta para, primeiramente, a agricultura de subsistência. Vimos no decorrer da história da Baixada como, mesmo com início e fim dos ciclos econômicos, as intervenções no espaço para empreendimentos urbano e rurais, sendo estes, posteriormente, “engolidos” por aqueles, a agricultura resistiu, muito às custas da exploração da mão de obra escravizada e, atualmente, por lavradores que lutaram pelo acesso à

⁴ “Em 1980, a Diocese de Nova Iguaçu compreendia os municípios de Nilópolis, Paracambi, Nova Iguaçu e o distrito de Conrado.” (BASTOS, 2018, p.154)

terra, pequenos agricultores e povos tradicionais que aqui se instalaram e permaneceram, retomando suas práticas agrícolas. Deste modo, abordaremos no subcapítulo seguinte a importância da resistência destes grupos sociais, como origem de saberes que vão constituir a ciência e fazer que os agricultores hoje defendem como síntese da defesa pela continuidade da vida: a Agroecologia.

1.2 Agroecologia: de onde vem este saber?

A agricultura é uma das expressões da aplicação da capacidade de abstração e da construção de técnicas da humanidade, o que desenvolve diferentes culturas em diferentes lugares. Entretanto, as técnicas modernas têm avançado sobre a agricultura de forma hegemônica, como única possibilidade de produção agrícola, o que evidencia tal qual uma imposição de saberes. Esta imposição se apresenta até os dias de hoje sobre povos e territórios colonizados, que ainda passam por esta imposição e reproduzem espontaneamente a colonialidade de saberes. Mesmo que esta pressione sobre seus “subalternos”, a insurgência de oposição e outras formas de concepção de saberes se apresentam contra esta hegemonia.

A Agroecologia se apresenta como uma produção científica e prática na agricultura nesta perspectiva anti-hegemônica sobre o espaço, pautada em práticas solidárias e respeito à natureza. Para que a prática agroecológica se torne de fato de(s)colonial é preciso que a sua produção de conhecimento e saberes respeite e evidencie os próprios saberes desses sujeitos e sujeitas que originaram estas práticas e produzem as mesmas. Neste sentido, trabalharemos aqui a importância da Genealogia do saber da Agroecologia no segmento da necessidade do rompimento da colonialidade do saber igualmente na sua produção científica, com a necessidade da quebra de vícios epistemológicos reproduzidos na mesma. Segundo Altieri (2012, p. 105), no campo científico, a Agroecologia surge

[...] como uma disciplina que disponibiliza os princípios agroecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam adaptados e social e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012, p. 105).

Os agroecossistemas são o que o autor denomina comunidades de animais e plantas em interação complexa e não reducionista, que englobam os elementos ambientais e humanos, e que produzem alimentos, fibras e combustíveis para nosso consumo. Para que os cultivos se desenvolvam adequadamente, os agroecossistemas devem ser diversos, em espécies no tempo e espaço produzidos, com cuidados sobre o solo, o aproveitamento das condições climáticas, do aumento da ciclagem de biomassa, imitando os processos ecológicos da natureza, de forma que aumente a eficiência biológica geral dos cultivos. Deste modo, os policultivos proporcionam igualmente a otimização dos fluxos de energia, conservação das águas e dos solos, equilíbrio das pragas e inimigos naturais nas disposições durante o tempo e o espaço (ALTIERI, *ibid*, pp.105-109).

A diversidade de estratégias que compõe as técnicas agroecológicas de restauração da diversidade de culturas demonstra que a Agroecologia dispõe de conhecimentos e metodologias que proporcionem agriculturas ecológicas, produtivas, socialmente equitativa e economicamente viável (ALTIERI, *ibid*, p.110-113). Seguindo o aspecto social, de acordo com Nóbrega e Lima (2017, p.170), na busca de enfrentamento das crises sobre as unidades de produção camponesas, devido ao aumento da concentração de terras, recursos, infraestrutura em função dos latifundiários para a reprodução da agricultura convencional, a Agroecologia surge para os diversos grupos rurais camponeses como o contraponto deste avanço agrícola sobre os mesmos. As autoras evidenciam a aproximação destes grupos sociais com a

Agroecologia como uma constante reconstrução do entendimento sobre os sistemas agrícolas complexos de povos e comunidades tradicionais para a mesma (ibid, p. 170). Sendo assim, a Agroecologia enquanto ciência, depende intensamente da perduração dos saberes da Agroecologia enquanto prática.

A história da Agroecologia no Brasil, no campo científico, entra em evidência na década de 1990, oriundo das mobilizações em defesa das agriculturas alternativas das décadas anteriores. Se constitui como Agroecologia a partir da constituição da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), agrupando o quadro técnico da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais, conectados em consonância com os movimentos latino-americanos em prol da agroecologia, Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (Clades) e o Movimento Agroecológico Latino-Americano (Maela) (COSTA, 2017, pp.80-81). Estas mobilizações, na América Latina e Brasil, alinham-se às lutas de continuidade da reprodução da vida dos trabalhadores rurais e povos tradicionais, que se mantêm através de práticas solidárias e de respeito à natureza, com seus modos de vida e culturas próprias (NÓBREGA e LIMA, *ibid*, p. 167). Porém, assim como as autoras apontam (ibid, pp.167-168), seus conhecimentos e experiências são historicamente negados pelo saber ocidental moderno. Cunha (2017, p.173) explicita a marginalização dos saberes locais pela ciência ocidental como a expressão da colonialidade através da racionalidade moderna no seguinte trecho

A negação de direitos – como a da própria identidade humana – e a subalternização de saberes de populações autóctones e de origem africana trazidas para as Américas foram corroboradas nos discursos científicos predominantes. As ideias de civilização, progresso e desenvolvimento se construíram para encobrir, nos discursos hegemônicos, as teorias e práticas racistas envolvidas na exploração ilimitada dos bens naturais, do trabalho e da acumulação do lucro. (CUNHA, 2017, p.173)

Esta prática de negação do outro, de acordo com a autora, é inseparável do funcionamento do nosso sistema-mundo moderno-colonial, destacando a colonialidade como característica notável deste sistema-mundo moderno marcado pelo seu início com a globalização. Isto ocorre pois, dependendo do lugar que este sistema, referenciado no homem branco europeu, incide sobre, haverá outras relações além das econômicas, expressando, simultaneamente, as relações de hierarquia de classe, gênero, espirituais, sexuais, linguísticas, geográficas e raciais. Estas relações de colonialidade de poder se expressam igualmente nos dualismos da racionalidade europeia, sociedade/natureza, homem/mulher, europeu/não-europeu, como formas de controle social sobre as antigas regiões colonizadas, sendo perpetuado como o mito da modernidade europeia, de almejado alcance das antigas colônias independentes, o que resultou na colonialidade do saber e na consequente desvalorização dos saberes e experiências locais (CUNHA, 2017, p. 174-176).

Neste sentido, o resgate dos saberes das práticas agrícolas dos povos tradicionais e grupos rurais na construção do pensamento agroecológico é indissociável à quebra do paradigma da reprodução da colonialidade do sistema-mundo moderno-colonial. A Agroecologia como prática anti-hegemônica produtiva e de conhecimentos (NÓBREGA e LIMA, *ibid*, P.170) possui em sua premissa as diversidades que não são encontradas nas práticas impostas por este sistema. A compreensão de Cunha (2017) sobre os agroecossistemas complementa o entendimento técnico da prática anteriormente referenciado (ALTIERI, 2012), onde a geógrafa defende não apenas a sua abordagem sistêmica dos elementos ambientais, mas enfatiza as inter-relações sociais, políticas, culturais e econômicas em sincronia e enfatiza

Este ponto é fundamental, uma vez que a visão sistêmica que propõem não se restringe aos fatores ambientais, mas sua integração como sistema social. Assim, questões

como a valorização e o conhecimento tradicional dos camponeses, as condições de acesso e permanência na terra, as relações de gênero e de não-exploração do trabalho permeiam o pensamento agroecológico (CUNHA, 2017, pp.185-186)

A valorização dos saberes e conhecimentos e a ruptura com as relações hierárquicas de poder sobre estes e os espaços propõe, através da interpretação agroecossistêmica, a importância da modificação das dissimetrias de poder (CUNHA, *ibid*, p. 186) nas relações que produzem o espaço e na Agroecologia, enquanto ciência e prática. A ruptura hegemônica do saber referenciado sobre o sistema-mundo moderno-colonial na Agroecologia é necessária, portanto, também na ruptura das hierarquias de poder na perspectiva interseccional, como é apresentada no seguinte trecho

Entende-se que os debates da agroecologia se aproximam das perspectivas de descolonização do saber e do poder, que envolvem a luta pela desconstrução dos cenários intensificados no sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (a destruição da natureza, dos modos de vida, das cosmovisões indígenas, negras, quilombolas e camponesas, a opressão dos pobres, das mulheres, entre outros grupos). (CUNHA, 2017, pp. 186)

A importância dos diferentes saberes perpassa pela valorização da própria genealogia da Agroecologia, ou seja, de onde ela se origina. Como vimos anteriormente, os saberes e conhecimentos de diferentes cosmovisões, perpassadas pelos diferentes grupos sociais rurais, como camponeses, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, caiçaras, igualmente pelas relações de gênero, racial, classe, sexual, são imprescindíveis para a constituição da Agroecologia enquanto ciência, pois, a diversidade expressa no agroecossistema através do manejo ambiental pautado na diversidade das espécies deve englobar do mesmo modo a diversidade cultural e social, de onde originam as práticas e saberes que denominamos na ciência agroecológica.

Entretanto, é necessário pensarmos também na relação da produção do conhecimento científico agroecológico, nas relações com estes grupos sociais que praticam suas agriculturas pautadas nos preceitos agroecológicos e sobre os teóricos da Agroecologia. Será que suas teorias reproduzem a diversidade de gêneros e espécies que tanto prezam nos agroecossistemas ao referenciar a origem do saber que constroem? Trouxemos a principal referência sobre a produção científica da Agroecologia, o agrônomo Miguel Altieri, referenciado anteriormente, a fim de explicitar o contraponto de Héloïse Prévost (2019) sobre o androcentrismo na produção de seus textos, com a prevalência de homens como referências.

A análise de Prévost (2019) destrincha as principais referências sobre a Agroecologia enquanto ciência os quais, mesmo que defendam a importância das diferentes perspectivas, como o pensamento feminista, para o pensamento agroecológico, os mesmos não o praticam nas suas produções ou a equidade nas sociedades de organização agroecológica. A preponderância de bases científicas produzidas por homens em suas obras e indicadas como referências é explicitada pela autora através de uma esquematização em quadro⁵ (QUADRO 1) onde as mulheres aparecem apenas com co-autoria de outro homem-referência (*ibid*, p. 32). A mesma frisa que “esta comparação salienta que não se trata de uma ausência de trabalho realizado pelas mulheres cientistas na agroecologia ou a ausência de mulheres na agroecologia, mas sim práticas que levam à invisibilidade delas” (*ibid*, p. 32), realizando uma crítica direta à reprodução das hegemonias de origem do sistema-mundo moderno-colonial reproduzidas na Academia. Nesta tabela a autora evidencia igualmente a escolha de Altieri como indicação de referência na Agroecologia em detrimento de autoras que ficaram de fora, como Clara Nicholls, citada diversas vezes por este, e Ana Primavesi, pioneira da Agroecologia no Brasil (*ibid*, p.33).

⁵ Ver Prévost (2019, p. 32);

Quadro: Representação feminina em trabalhos que propõem uma apresentação da "História" da agroecologia científica

Referência estudada	1) Gliessman, 1998	2) Francis et al., 2003	3) Gliessman, 2007	4) Wezel et al., 2009	5) Gliessman, 2014
Período abrangido	1928-1984 (56 anos)	1928-2002 (74 anos)	1928-2004 (76 anos)	1928-2007 (79 anos)	1928-2013 (85 anos)
Ano em que as contribuições das mulheres apareceram	/	1990	2004	2003	1999
- Número de referências com participação de mulheres/ número total de referências - Referências com a participação das mulheres	0/18	3/29 *Allen, Dussen, Lundy & Gliessman, 1990 *Altieri & Hecht, 1990 *Flora, 2001	1/24 *Rickerl & Francis, 2004	1/31 *Francis et al., 2014	5/37 *Guzmán-Casado, González de Molina, Sevilla- Guzmán, 1999 *Francis et al., 2003 *Rickerl et Francis, 2004 *Wezel et al., 2009 *Mendez et al, 2013
Número de co-autoras mulher entre as referências citadas e nomes	0	4 *Patricia Allen *Debra Van Dusen *Jackelyn Lundy *Susan Hecht	1 *Diane Rickerl	4 *Cornelia Flora *Mary Wiedenhoft *Nancy Creamer *Diane Rickerl	7 *Gloria I. Guzmán-Casado *Cornelia Flora *Mary Wiedenhoft *Nancy Creamer *Diane Rickerl *Dominique Vallod *Roseann Cohen
Número de autoras (unicas) e nomes	0 /	1 *Cornelia Flora	0 /	0 /	0 /
Número de mulheres entre tod*s os autor*s citad*s ⁶	0/20	5/35	1/25	4/42	7/56
Porcentagem de menções de mulheres em relação ao total de autor*s citad*os	0 %	14 %	4 %	9,5 %	12,5 %
Número total de mulheres que aparecem nas diferentes fontes					11

Fonte: PRÉVOST, 2019, P.32. Elaboração: PRÉVOST, Heloise.

Como foi que chegamos então à seleção de Altieri como base científica da Agroecologia invés destas autoras? Prévost evidencia que a contínua autocitação de autores homens, em maior frequência comparada às mulheres, nos encaminha para o que ela evidencia com “efeito Mateus” no campo científico, como uma acumulação de prestígio do saber, mediante à invisibilidade e subestimação das produções de mulheres na ciência, denominado como efeito Matilda⁶ (*ibid*, p.35). Vemos aqui então que, por muitas vezes, a Agroecologia repete os vícios do sistema-mundo moderno-colonial, reproduzindo a colonialidade do saber em uma ciência que defende a prática anti-hegemônica, a diversidade cultural e à aproximação à luta descolonial (ALTIERI, 2012; NÓBREGA e LIMA, 2017; CUNHA, 2017). Estas repetições são explicitadas por Prévost no trecho

[...] a invisibilização ocorre devido à generalização do masculino, que se pensa neutro. As mulheres são pressupostas a serem incluídas na universalidade que a escrita ao masculino supostamente representa.

[...]A utilização deste masculino provoca um simples desaparecimento das mulheres como agentes agroecológicas. (PRÉVOST, 2019, p. 42)

Estas repetições colocam a produção científica da Agroecologia no sentido oposto do que se propõe: ao invés de seguir a linha defendida por Cunha (2017), de valorização das diversidades agroecossistêmicas sociais, a utilização do pressuposto do masculino neutro universal demonstra também a colonialidade do saber sobre a proposta anti-hegemônica. Dessa forma, a relação estabelecida dos cientistas agroecológicos com os diferentes grupos rurais, originários do saber agroecológico, se estabelece de forma hegemônica, ao não entender os mesmos como agentes do saber e não passivos a recebê-los. Prévost (2019, pp. 44-45) retrata esta ação sobre as mulheres rurais como agentes não sabidas, que provocam preconceitos de identidades negativos, como o ainda perpetuado sobre os papéis de gênero designado

⁶ Em referência à cientista Matilda Joslyn Gage, a fim de explicar o não reconhecimento de mulheres cientistas por suas produções acadêmicas.

socialmente, onde as mulheres rurais se voltam apenas para as relações reprodutivas, de cuidado da família, o que existe como motivações porém não é a única. Ao afirmar que “a ausência de representação conduz a uma falta de crença no que é possível, a uma sensação de incapacidade e um não poder” (PRÉVOST, *ibid*, p.47), esta falta de crença incide sobre estes grupos que foram e ainda tem seus direitos e saberes negados pelo sistema-mundo moderno-colonial da mesma forma, sem alcançar então a tão almejada quebra de paradigma hegemônico das agriculturas convencionais.

Assim sendo, a Agroecologia se estabelece enquanto ciência e prática agrícola anti-hegemônica, porém, é necessária a atenção na não reprodução das hegemonias em suas produções, visto que, dessa forma não se rompe com algo que procura ser alternativo, e sim reproduz práticas impositivas sobre os grupos sociais rurais. Estas imposições, como já se estabelecem na sociedade, resultará igualmente na reação sobre elas, de modos distintos, porém, importantes para a produção do espaço. Estas reações, vistas como táticas cotidianas, produzem o espaço a partir das relações estabelecidas nos lugares, sendo a prevalência da comunicação entre os agentes de dentro do lugar, os grupos sociais rurais, que produzem os saberes na Agroecologia, tornam-se um destes caminhos vantajosos. Essa associação será cultivada no subcapítulo seguinte.

1.3 Espaço, estratégias e táticas do lugar

O espaço geográfico se apresenta na Geografia como seu objeto de investigação científica, se configurando em conceitos-chave distintos de acordo com a ótica da análise da constituição deste. O espaço é formado através da sua produção alicerçada na interação da sociedade com o mesmo, de formas diferentes, inferindo sua marca igualmente de modos diferentes. As diferentes ações que interagem com os objetos, em um sistema de fixos e fluxos (SANTOS, 2017), são responsáveis por esta produção espacial, onde este resultado das ações dependerá dos agentes e da escala geográfica que eles têm de alcance. Deste modo, trabalharemos neste subcapítulo a produção do espaço através das táticas e estratégias (CERTEAU, 1990) impressas sobre o mesmo no cotidiano dos agricultores agroecológicos da Baixada Fluminense.

O espaço, segundo o geógrafo Milton Santos (2017, p.63), “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro o único no qual a história se dá”. Sendo o sistema de objetos formado pelas relações sociais de produção, sem sentido filosófico separado das ações que os criam e realizam sobre os mesmos, esta relação com as ações expressa a dinamização e transformação do espaço. A essência e existência dos objetos, ainda que independente dos sujeitos, não é independente da história e da sociedade pois são frutos da técnica de uma sociedade em certo tempo histórico e, desta forma, incidem sobre o indivíduo, porém se relaciona de modo distinto de acordo com as funções que podem ser atribuídas pelos indivíduos.

A introdução de novos objetos, escolhidos e localizados, podem em conjunto renovar um sistema local de relações e o meio que os acolhe, porém, perdem rapidamente seu valor e são substituídos (SANTOS, *ibid*, 2017, pp.63-71). Santos expressa a síntese destas relações no seguinte trecho

A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica (SANTOS, 2017, pp.71-72)

Pudemos explorar a relação entre os lugares, através das atividades agrícolas, na Baixada Fluminense no primeiro subcapítulo, a partir das buscas geográficas e históricas da sua dinâmica espacial pelos meios de transportes implantados nesta área, conectando os lugares através do escoamento das produções agrícolas das vilas para os portos. Igualmente ocorreu a conexão entre os lugares através dos movimentos de agricultores em torno da defesa da terra, interligando lugares ditos distintos na lógica dicotômica entre campo e cidade e ainda atual produção de saberes e alimentos para outros lugares. Esta acepção ampla da produção da Geografia deve compreender a visão sistêmica destas relações quando pensamos a produção do espaço geográfico:

O espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Sem isso, aliás, cada objeto não faz sentido. [...] O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada ou futura vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente é também funcional. (SANTOS, 2017, p.73)

Ao seguirmos neste enfoque geográfico, nos deparamos com a questão das diferentes relações destes objetos de acordo com o tempo e os espaços em que são reproduzidos. A noção da essência dos objetos e suas relações se distinguem de acordo com o uso atribuído através deste foco temporal, produzindo igualmente no espaço estas noções simbólicas e de funcionalidade dos objetos, expressando desta forma a cultura e como as próprias reapropriações dos objetos é também cultural.

Ao analisar as relações cotidianas na produção cultural, Certeau (1998, p.76) evidencia o que vimos com Milton Santos (*ibid*) sobre as relações sistêmicas entre os objetos e ações produzindo o espaço a partir das relações distintas⁷. O autor aponta que esta expressão não revela a aceitação de tal ordenamento, mas em um protesto ético contra a fatalidade, o que resulta na coexistência da utopia com a “experiência sem ilusões”, como uma forma de resistência sobre a ordem desigual estabelecida (CERTEAU, *ibid*, pp.78-79). Sobre esta resistência, o autor a explicita no seguinte trecho

Falando de modo mais geral, uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifestaria a opacidade da cultura “popular” - a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nesses estratagemas de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade. (CERTEAU, 1998, p.79)

⁷ O espaço para Santos (2017) se autodivide em espaço socioeconômico, expressão da vitória dos ricos sobre a luta imemorial entre pobres e poderosos, denominando-o assim como espaço do “reinado da mentira”; e o espaço utópico, que apresenta-se através da perspicácia dos pobres em justificar o resultado dos conflitos por definições religiosas.

Esta trampolinagem do cotidiano, efetuada pelas pessoas e suas relações sociais, em oposição às forças estabelecidas, estabelece uma diferente relação da produção do espaço onde temos de um lado as táticas e de outro as estratégias, cada uma com atuações diferentes neste cotidiano. Para o mesmo, este “fazer com” tem relação com o aproveitamento das relações que se estabelecem no cotidiano, produzindo a arte da “sucata”, como uma “arte do fazer” diferente dos modelos hegemônicos e se constituem em lugares próprios de saber, igualmente a ressurgência das práticas populares e a constituição de um saber-fazer pessoal não precisamente dependente do lucro, mas em resposta às solidariedades operárias ou familiares (CERTEAU, *v*, pp. 87-88).

Nesta relação das solidariedades no cotidiano, Santos (*ibid*, p.318) aponta a importância da proximidade para a Geografia, não sobre a proximidade das coisas, mas sobre as suas inter-relações com as pessoas e a sua intensidade e por isso “não apenas a análise econômica deve ser apreendida numa análise de situação de vizinhança mas a totalidade das relações”, que produzem assim estas solidariedades, laços culturais e, desse modo, a identidade. Portanto, podemos afirmar que as relações cotidianas, com práticas populares culturais de “fazer-com” produzem também as identidades dos agentes destas práticas com o espaço, como exemplo as relações dos lavradores da Baixada Fluminense na luta cotidianas pela terra.

As práticas populares expressas na modernidade têm enquanto táticas a “economia do dom” (de generosidades como revanche), uma estética de “golpes” (de operações de artistas” e uma ética da “tenacidade” (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade)” (CERTEAU, *ibid*, pp.88-89). Sendo estas a constituição de fato da cultura popular, as quais suas práticas desviacionistas são uma resposta de reação de “uma ética sócio-política (sic) a um sistema político”. As práticas desviacionistas estabelecem diferentes formas deste “fazer com” de acordo com seus usos e táticas.

Ao tratar sobre os usos e táticas, Certeau apresenta práticas desviacionistas como táticas de revanche do poder através da “vulgarização” da cultura e conhecimentos impostos, ou seja, os usos são estabelecidos em um contexto, onde se apoia em circunstâncias relacionais de forças, que expressam “combates e jogos entre o forte e o fraco, e das “ações” que o fraco pode empreender” (*ibid*, p.97). Sobre estas reações, Santos explicita a sua compreensão sobre forma que a cultura popular e sua reação às hegemonias culturais se expressam na produção do espaço no trecho

Sob aspectos, a cultura popular assume uma revanche sobre a cultura popular de massas, constitucionalmente destinada a sufocá-la. Cria-se uma cultura popular de massa, alimentada com a crítica alimentada com a crítica espontânea de um cotidiano repetitivo e, também não raro, com a pregação de mudanças, mesmo que esse discurso não venha com uma proposta sistematizada. “A cultura de massas ‘permissiva’ do século XX extraiu uma nova liberdade de um sistema cultural anteriormente repressivo e hierárquico.” (FUNTOWICK e RAVETZ, 1993 *apud* SANTOS, 2017)

Ou seja, nestas relações de diferenças hierárquicas de poder, na relação campo-cidade, urbanização versus ruralidade, lavradores versus grileiros, a oposição mais fraca, na dita cultura popular, expressa a partir das tenacidades cotidianas de práticas desviacionistas e da “arte da sucata”, imprime igualmente uma força, entretanto de modos distintos, chegando à diferenciação entre estratégias e táticas. O espaço, produzido pelas ações das forças hegemônicas, relacionam-se com os objetos de modo calculado, calcados em racionalidades funcionalistas, porém, não premeditam ações “desprovidas de sentido” em sua lógica de espaço, isto pois a forma de atuação das culturas populares e desta hegemônica cultura popular de massa são distintas em seu cerne. De acordo com Certeau, a cultura de massa hegemônica atua através de cálculos de consumo divididas e

[...] essa capacidade analítica [de se dividir] suprime a possibilidade de representar as trajetórias táticas que, segundo critérios próprios, selecionam fragmentos tomados nos vastos conjuntos da produção para a partir deles compor histórias originais. Contabiliza-se aquilo que é usado, não as maneiras de utilizá-lo. Paradoxalmente, estas se tornam invisíveis no universo da codificação e da transparência generalizadas. (CERTEAU, 1998, p.98)

Estes cálculos irão se exprimir numa gestão funcionalista do espaço, derivando em estratégias. Segundo o mesmo autor, estratégia seria este “[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”, onde enxerga um lugar a ser circunscrito sobre a gestão de ameaças exteriores, gravando o gesto cartesiano de poderes como a modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, *ibid*, p.99).

Podemos inferir aqui um exemplo de estratégia na produção do espaço da Baixada Fluminense, as obras de saneamento na década de 1930, o loteamento de terras, a instalação dos Núcleos Coloniais Agrícolas e indústrias. Estas movimentações produziram depois, com o avanço da pressão urbana metropolização, tensões resultantes da resistência de lavradores na luta pelo uso da terra, fugindo a regra deste ordenamento espacial, articulados de maneira distinta comparada às forças hegemônicas representadas nos governantes, polícia e grileiros. Esta distinção de articulação é baseada nas táticas cotidianas, estas definidas por Certeau no seguinte trecho

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. CERTEAU, 1998, p.100)

O autor enfatiza o aproveitamento das ocasiões que se dão para o êxito da tática, “a arte do fraco” geradas pela astúcia do fraco, segundo o mesmo, como “último recurso” por vezes, ou seja, “[...] ‘quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia’. Traduzindo: tanto mais se torna tática.” (CERTEAU, *ibid*, p. 101). Determinada pela ausência de poder, enquanto a estratégia se dá pela existência dele, vemos no espaço a manifestação das táticas no cotidiano, produzindo o espaço, o lugar. Segundo Milton Santos, o lugar

[...] é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2017, p. 322).

No lugar, se manifestam, portanto, as estratégias e táticas, a “arte da sucata” e os “Fazer-com”, pois estas derivam igualmente desta espontaneidade e criatividade do cotidiano. Possibilitando deste modo a adaptação do trabalho em múltiplas combinações, algo que Certeau também trabalhou com a noção da inserção do lazer no ofício, Santos a denomina como “flexibilidade tropical”, alicerçada também sobre as solidariedades dos próprios e das suas culturas populares, ao contrário da solidariedade de fora, que incide sobre o meio social (SANTOS, *ibid*, p.324).

O poder do cotidiano é tido pelo autor como a força dos “lentos”, pois estes determinam seu tempo no lugar e não o desperdiça com as fabulações sobre os mesmos e, assim “[...] eles

escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias” (SANTOS, *ibid*, p.325), o que torna os espaços opacos os de criatividade, e os luminosos, espaços de exatidão. É através desta opacidade que as táticas, descritas por Certeau, se desenvolvem pois, como já vimos, elas se estabelecem na ausência do poder, produzindo assim o lugar. Podemos exemplificar esta relação na auto-organização cotidiana dos agricultores da Baixada Fluminense, que se articulam em solidariedade como forma de sobrevivência coletiva.

Entre as relações de auto-organização cotidiana, através das estratégias e táticas dos agricultores da Baixada, o Coletivo Colher Urbano e o Coletivo Terra Periférica, aos quais faço parte, realizaram um mapeamento dos espaços de Agroecologia presentes na Baixada Fluminense (IMAGEM 1) com a identificação da presença de espaços de produção, comercialização, formação e organização de escoamento de cestas agroecológicas. O Coletivo Colher Urbano surgiu a partir da proposta entres os estudantes de Licenciatura em Geografia da UFRRJ-IM e da professora Roberta Carvalho Arruzo de uma experiência prática da associação dos estudos da Geografia Agrária com a prática agroecológica na horta urbana comunitária e pedagógica no referente instituto de ensino. O Coletivo Terra Periférica se originou igualmente de uma proposta da disciplina da graduação de Tópicos Especiais em Geografia em 2019, ministrada pela mesma professora e a qual estagiei como pós-graduanda, ao qual a proposta era estudar as relações entre os estudos da Geografia e da Alimentação na Baixada Fluminense e, da disciplina, nasceu o projeto de divulgação científica da Agricultura Agroecológica na Baixada Fluminense. Com a necessidade do afastamento físico condicionado pela pandemia de Coronavírus e a interrupção das atividades presenciais na Universidade, nos organizamos enquanto coletivo no projeto do Terra Periférica para aprofundar as pesquisas, que resultou na articulação com outros coletivos e grupos de pesquisa e na ação de cartografar para divulgação das existências da Agroecologia na Baixada.

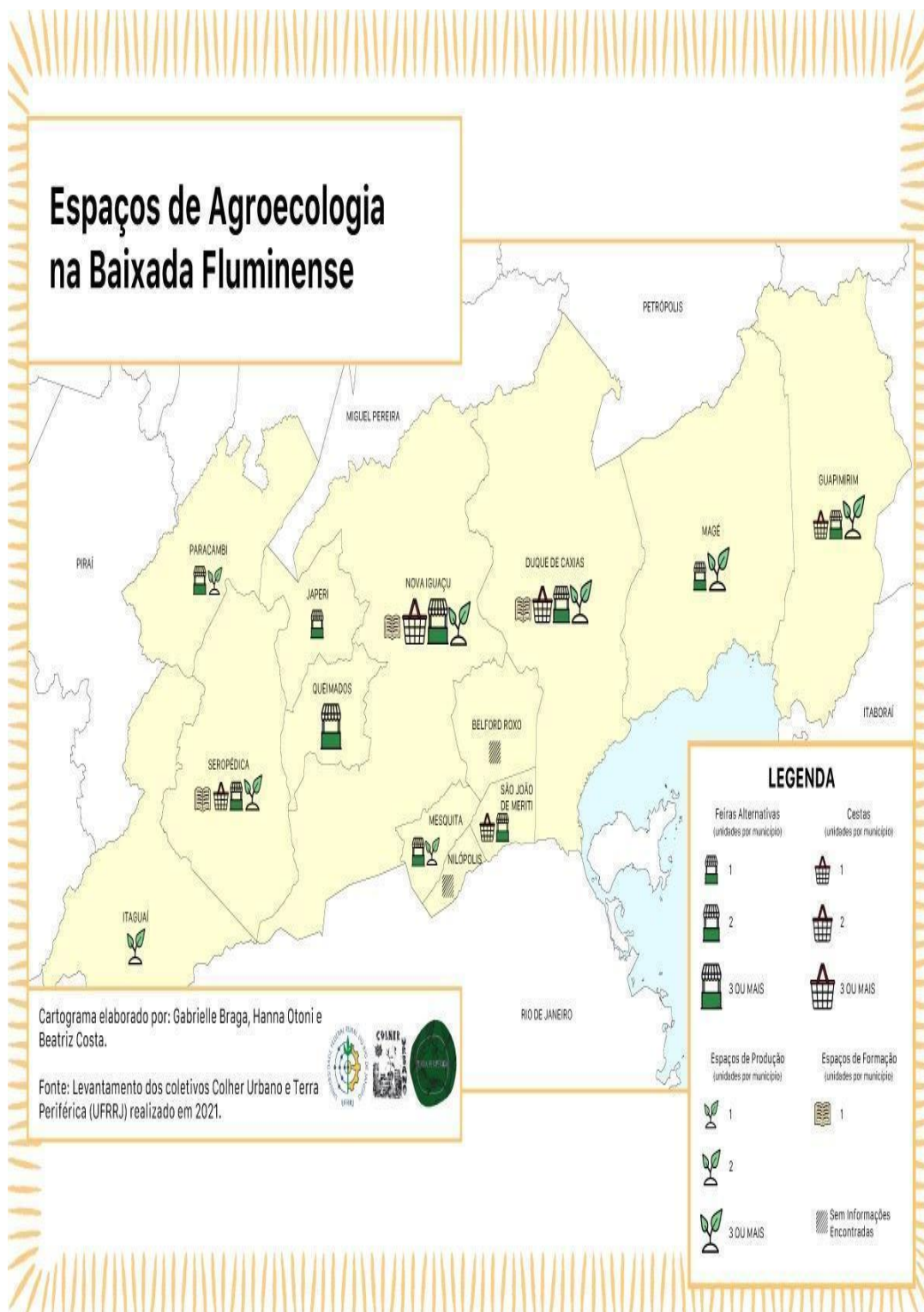


Imagem 1: Espaços de Agroecologia na Baixada Fluminense

Data: 2021. Fonte: Levantamento dos coletivos Colher Urbano e Terra Periférica (UFRRJ). Elaboração: Gabrielle Braga, Hanna Otoni e Beatriz Costa

A partir deste mapeamento é possível identificar a existência de Feiras Alternativas em quase todos os municípios da Baixada Fluminense, com exceção de Itaguaí, Belford Roxo e Nilópolis. Os espaços de produção, como sítios, assentamentos, agriculturas urbanas, foram identificadas novamente em quase todos os municípios com exceção dos citados acima e do município de Japeri. A organização das cestas agroecológicas, estratégias atuais dos

agricultores para facilitar o escoamento dos seus produtos, foram identificadas apenas nos municípios de Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Seropédica. E a presença de espaços institucionais de formação agroecológica está apenas nos municípios de Seropédica, representado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR), e a Escolinha de Agroecologia em Nova Iguaçu. Este mapeamento sintetiza algumas das estratégias e táticas tecidas no lugar, principalmente após o impacto da pandemia de Coronavírus na Baixada Fluminense.

Nesta perspectiva, seguindo a trajetória do lugar, da dinamicidade do cotidiano, das trampolinagens da ocasião para fugir das ações hegemônicas culturais sobre o si, sobre seu espaço, iremos tratar no próximo capítulo a relação do atual cotidiano: a pandemia de Coronavírus. Estabeleceremos as relações em torno do seu desenvolvimento na Baixada Fluminense, às questões sócio históricas em relação à alimentação no Brasil e como o atual contexto intensificou os problemas neste segmento, assim como na própria Baixada e nos pilares de produção, distribuição e consumo.

2 CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO DE UMA “PRAGA”: O CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

A pandemia de Covid-19 desestabilizou as relações espaciais do mundo, provocando a intensificação de problemas sociais e ambientais já existentes da globalização. A potência dos impactos sobre as periferias urbanas se mostrou mais profunda nestas áreas, já acometidas pelas mazelas sociais reproduzidas nestes espaços, o que explicita as formas desiguais que a disseminação do Covid-19 atingiu sobre a sociedade.

A Baixada Fluminense, como foi apontado no primeiro capítulo, se configura como área periférica urbano-rural da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com a expressão da produção do seu espaço calcada nas desigualdades de acesso à terra, saneamento básico, conflitos de terra e reprodução da violência. Porém, ela se configura igualmente baseada nas organizações sociais, estratégias e táticas cotidianas de cooperação, vínculos afetivos e complexos com a terra. A sua constituição, no viés que engloba a produção do seu espaço e da sua história sobre a agricultura, liga a sua relação intrínseca à questão alimentar. Mesmo sendo anexada por diversos planejamentos institucionais como áreas de produção agrícola para abastecimento das áreas centrais, nacional e internacionalmente, a alimentação da população local em si foi negligenciada como prioridade para as políticas públicas, o que tem consequências ainda atuais para a Baixada. Neste seguimento, o presente capítulo busca alcançar o objetivo da pesquisa em precisar os impactos da pandemia nas relações da produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ), dividido em três partes: *A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense, Pandemia e alimentação: a questão alimentar brasileira nas periferias urbanas* e *A Pandemia, alimentação e a agricultura na Baixada Fluminense*.

A primeira parte, *A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense*, busca apresentar um breve histórico do seu desenvolvimento na Baixada Fluminense e seus impactos econômicos, salutar, e sociais, principalmente na questão da produção, distribuição e consumo de alimentos. A segunda parte, *Pandemia e alimentação: a questão alimentar brasileira nas periferias urbanas*, apresentará a questão histórica sobre a alimentação nas periferias urbanas no Brasil, com foco no contexto político em torno da produção, distribuição e consumo de alimentos desde o início da Pandemia, onde tivemos consequências para o agravamento da fome da população brasileira, a partir da coleta de dados secundários de estatísticas de pessoas em situação de Insegurança Alimentar no Brasil neste período e das estratégias governamentais de combate e reprodução da mesma.

Já na terceira parte *A Pandemia, alimentação e a agricultura na Baixada Fluminense*, situará as relações da alimentação e produção agroecológica de alimentos na Baixada Fluminense, com o objetivo de compreender as relações políticas desenhadas no Brasil e na Baixada que agravaram os problemas da Fome da Baixada Fluminense e nas áreas periféricas, já acometidas por este problema anterior ao início da pandemia, e como as mesmas periferias desenharam novas táticas de combate à Fome e de escoamento de produções agroecológicas, com foco sobre estas ações dos agricultores da Baixada Fluminense.

2.1 A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense

A pandemia⁸ de Covid-19 foi definida como tal no mundo no dia onze de março de dois mil e vinte pela Organização Mundial da Saúde (OPAS,2022), quando vírus do Sars-Cov-2, ou Covid-19, já se apresentava como casos de infecção na maioria dos países do mundo, o que gerou mobilizações intergovernamentais e supranacionais de combate e tentativa de frear a contaminação. O Sars-Cov-2 é um vírus que teve seus primeiros casos diagnosticados de infecção em humanos na cidade de Wuhan, na China, no final de dois mil e vinte e nove e, com a atual velocidade da integração dos lugares através dos transportes e da importância econômica deste país no mundo, o vírus se espalhou rapidamente pelo mundo, sendo levado pelas pessoas que transitavam nas conexões de transportes. No Brasil, o primeiro caso confirmado oficialmente foi no dia vinte e cinco de fevereiro de 2022 (UNASUS, 2020) em São Paulo e, duas semanas após, mais casos foram confirmados em outros estados decidiram instituir barreiras sanitárias para viagens e quarentena de prevenção e controle de novas infecções à população.

A pandemia de Covid-19 desestabilizou as relações espaciais do mundo, provocando a intensificação de problemas sociais e ambientais já existentes da globalização. A potência dos impactos sobre as periferias urbanas se mostrou mais profunda nestas áreas, já acometidas pelas mazelas sociais reproduzidas nestes espaços, o que explicita as formas desiguais que a disseminação do Covid-19 atingiu sobre a sociedade.

A Baixada Fluminense, como foi apontado no primeiro capítulo, se configura como área periférica urbano-rural da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com a expressão da produção do seu espaço calcada nas desigualdades de acesso à terra, saneamento básico, conflitos de terra e reprodução da violência. Porém, ela se configura igualmente baseada nas organizações sociais, estratégias e táticas cotidianas de cooperação, vínculos afetivos e complexos com a terra. A sua constituição, no viés que engloba a produção do seu espaço e da sua história sobre a agricultura, liga a sua relação intrínseca à questão alimentar. Mesmo sendo anexada por diversos planejamentos institucionais como áreas de produção agrícola para abastecimento das áreas centrais, nacional e internacionalmente, a alimentação da população local em si foi negligenciada como prioridade para as políticas públicas, o que tem consequências ainda atuais para a Baixada. Neste seguimento, o presente capítulo busca alcançar o objetivo da pesquisa em precisar os impactos da pandemia nas relações da produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ), dividido em três partes: *A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense, Pandemia e alimentação: a questão alimentar brasileira nas periferias urbanas* e *A Pandemia, alimentação e a agricultura na Baixada Fluminense*.

A primeira parte, *A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense*, busca apresentar um breve histórico do seu desenvolvimento na Baixada Fluminense e seus impactos econômicos, salutar, e sociais, principalmente na questão da produção, distribuição e consumo de alimentos. A segunda parte, *Pandemia e alimentação: a questão alimentar brasileira nas periferias urbanas*, apresentará a questão histórica sobre a alimentação nas periferias urbanas no Brasil, com foco no contexto político em torno da produção, distribuição e consumo de alimentos desde o início da Pandemia, onde tivemos consequências para o agravamento da Fome da população brasileira, a partir da coleta de dados secundários de estatísticas de pessoas em situação de Fome no Brasil neste período e das estratégias governamentais de combate e reprodução da mesma. Já na terceira parte *A Pandemia, alimentação e a agricultura na Baixada Fluminense*, situará as relações da alimentação e produção agroecológica de alimentos na Baixada Fluminense, com o objetivo de compreender as relações políticas desenhadas no Brasil e na Baixada, que agravaram os problemas da Fome da Baixada Fluminense e nas áreas periféricas, já acometidas por este problema anterior ao início da pandemia, e como as mesmas

⁸ “O termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade” (OPAS, 2022). O termo se refere à propagação geográfica em que o vírus conseguiu se espalhar.

periferias desenharam novas táticas de combate à Fome e de escoamento de produções agroecológicas, com foco sobre estas ações dos agricultores da Baixada Fluminense.

2.2 A Pandemia de Covid-19 na Baixada Fluminense

A pandemia⁹ de Covid-19 foi definida como tal no dia onze de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OPAS,2022), quando vírus do Sars-Cov-2, ou Covid-19, já se apresentava como casos de infecção na maioria dos países do mundo, o que gerou mobilizações intergovernamentais e supranacionais de combate e tentativa de frear a contaminação. O Sars-Cov-2 é um vírus que teve seus primeiros casos diagnosticados de infecção em humanos na cidade de Wuhan, na China, no final de dois mil e dezenove e, com a atual velocidade da integração dos lugares através dos transportes e da importância econômica deste país no mundo, o vírus se espalhou rapidamente pelo mundo, sendo levado pelas pessoas que transitavam através das conexões de transportes.

No Brasil, o primeiro caso confirmado oficialmente foi no dia vinte e cinco de fevereiro 2020 (UNASUS, 2020) em São Paulo e, no estado do Rio de Janeiro, o primeiro caso foi confirmado no dia cinco de março de dois mil e vinte, uma mulher da cidade de Barra Mansa, Sul do estado, que acabara de voltar de uma viagem internacional (SAÚDE RJ, 2020). Duas semanas após o primeiro caso confirmado no Brasil, mais casos foram confirmados em outros estados e foram instituídas barreiras sanitárias para viagens e quarentena de prevenção e controle de novas infecções à população.

Ao longo dos meses seguintes, o contágio do vírus se espalhou rapidamente pelo Brasil, assim como pela Baixada Fluminense. Sendo parte integrante da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro¹⁰, a Baixada se enquadra em uma subdivisão da Região Metropolitana, exemplificada no mapa (IMAGEM 2) a seguir.

⁹ “O termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade” (OPAS, 2022). O termo se refere à proporção geográfica em que o vírus conseguiu se espalhar.

¹⁰ A delimitação da Baixada Fluminense aparece também no *shape* de base do mapa presente no primeiro capítulo.



Imagem 2: Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destacando-se a capital, o Leste Metropolitano e Baixada Fluminense, subdividida, além da Baixada “Histórica-Iguaçuana”, em “Transição Baixada- Leste Metropolitano” e Extremo Oeste Metropolitano.
 Fonte: RUFINO et al, 2020.

A tentativa de (sub) regionalização da RMRJ por Rufino et al (2020) apresenta uma divisão estabelecida como um dos critérios de destaque para tal a formação histórica da Baixada Fluminense. Relacionada à antiga Iguassú agrícola e aos municípios circundantes, a agricultura, como foi trabalhado no capítulo anterior, apresenta relevância ainda hoje para a produção das relações com o espaço. Integrados aos intensos fluxos da RMRJ, os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Itaguaí, Japeri, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Seropédica, Queimados, Magé, Paracambi e São João de Meriti¹¹, que compõem a divisão da Baixada Fluminense, foram igualmente impactados pela rápida difusão do vírus também pelas áreas de intenso fluxo. De acordo com Rocha *et al* (2021), no período de abril a maio de 2020, a incidência de casos na Baixada Fluminense, como foi apontado acima, teve como principais áreas as mais próximas das vias de transporte que cortam a Baixada: a Rodovia Presidente Dutra, rodovia Washington Luiz, a ferrovia Supervia e o Arco Metropolitano. No entanto, a pandemia impactou na Baixada Fluminense de forma desigual devido aos problemas sociais, que atingem a população que ali mora igualmente de modos distintos. Segundo os dados oficiais do Sistema de Saúde do estado do Rio de Janeiro (2022) os municípios da Baixada Fluminense foram afetados com o total com 212.646 de contágios de Covid-19 confirmados entre os anos de março de 2020 a março de 2022 como vemos detalhados no gráfico (IMAGEM 3) a seguir.

¹¹ A compreensão dos referidos municípios como Baixada Fluminense foi explicitada no capítulo anterior, através de uma análise geográfica e histórica da formação da configuração espacial por meio das atividades agrícolas presentes na ótica analisada. Ver o primeiro capítulo.

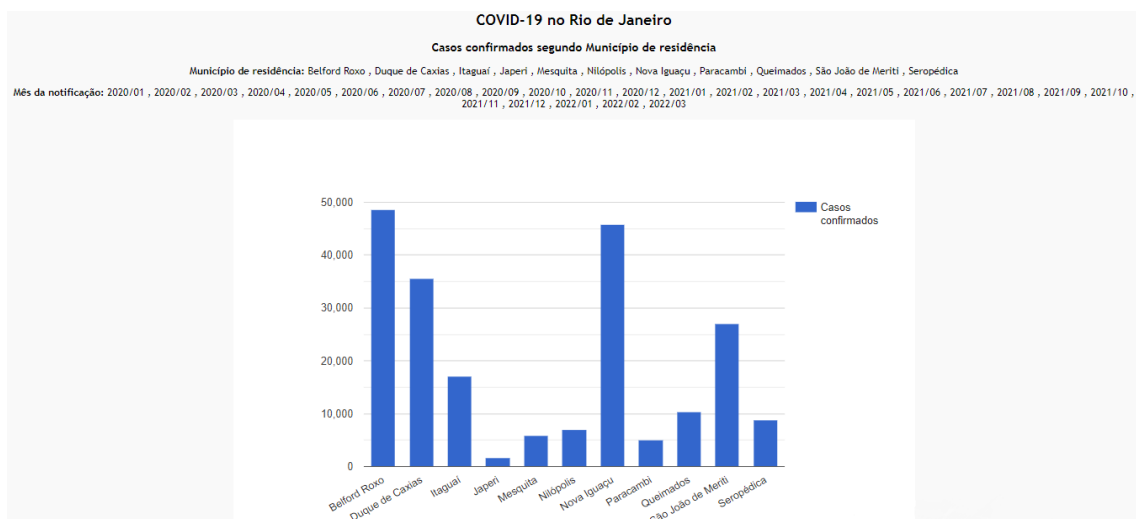


Imagem 3: Casos confirmados de Covid-19 entre março de 2020 e março de 2022.

Fonte: Sistema de Saúde do estado do Rio de Janeiro. 2022

Entretanto, estes números em absoluto escondem detalhes sobre as desigualdades sociais que atingem a Baixada Fluminense, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os paliativos para evitar o contágio do Covid-19 se resumem, principalmente, em isolamento físico social e medidas de saneamento básico, portanto, o acesso a bens materiais básicos como água potável, esgoto, produtos de higiene, máscaras e acesso aos serviços de saúde. A área da Baixada Fluminense marca em seu espaço as desigualdades sociais e, igualmente, no acesso aos meios de garantia de saúde. De acordo com o ranking de Saneamento Básico do Instituto Trata Brasil (2021), apesar de Nova Iguaçu ter saído do Ranking dos piores municípios em Saneamento Básico no país, depois de seis anos consecutivos e a partir de 2021 apresentar bons indicadores em relação à coleta e atendimento urbano de esgoto, investimentos sobre arrecadação, os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti apareceram entre os 20 piores do país no Ranking de 2021¹². Sendo estes municípios vizinhos de NI na Baixada, os presentes dados apontam a dificuldade de acesso à saúde da população absoluta da região, ou seja, a Baixada apresenta questões estruturais que dificultam a realização destas medidas paliativas.

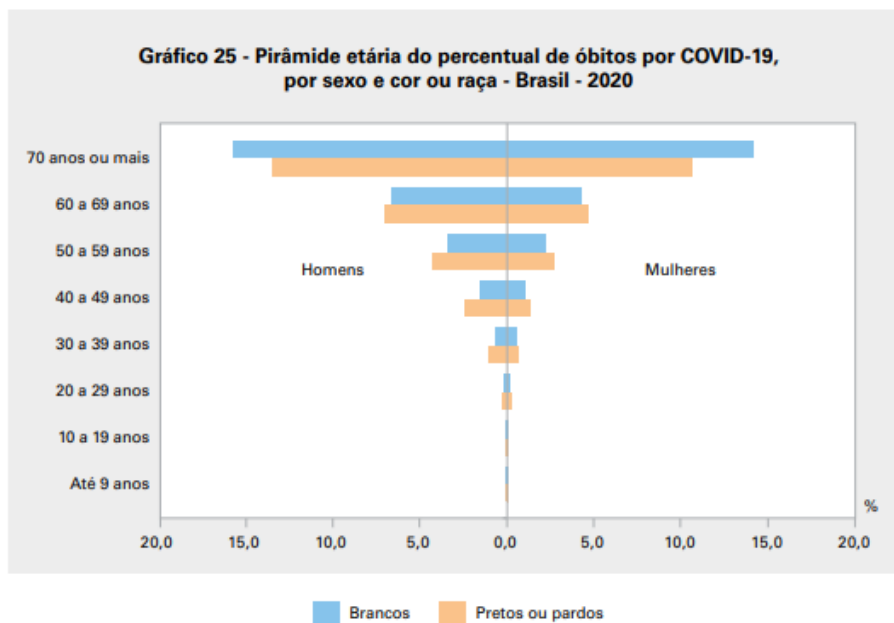
Apesar destes dados absolutos em certos municípios da Baixada como um todo, as desigualdades socioespaciais são evidentes dentro dos respectivos municípios, em questão de acesso às infraestruturas básicas, onde áreas como os centros apresentam concentração de serviços e infraestruturas, como as necessárias para a prevenção do contágio do novo Coronavírus. Compreendendo a relação em que as populações mais vulneráveis na sociedade são as primeiras a sofrer os impactos de uma crise, Rocha et al (2020) apontam que houve, no início da pandemia, um apagão de dados espaciais de localização por bairro, gênero, raça, ou seja, o perfil da população e a área mais atingida pelo vírus devido à velocidade do contágio.

Atualmente, após dois anos desde o início da pandemia, a capacidade da precisão destes dados é relativamente mais alcançável, visto que as desigualdades sociais no Brasil se expressam diretamente sobre as questões de classe, raça e gênero, as quais se manifestam na espacialidade, e nos permitem compreender as populações mais vulneráveis deste período. Segundo o IBGE (2021, p.157-158), o percentual de óbitos por Covid-19 em 2020 apareceu maior entre a população branca idosa, acima de 70 anos, cerca de 30,1%, entretanto, nas demais

¹² Ver página 105 do Relatório. Disponível em:

https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2021_v2.pdf

faixas de idade, pretos e pardos autodeclarados registraram um percentual de 24,9% comparado à população branca, com 20,7%. O grupo de homens pretos e pardos é o que demonstra o maior percentual de óbitos comparado ao total de homens brancos e mulheres, pretas e pardas e brancas, como é possível de ser analisado no gráfico abaixo (IMAGEM 4).



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10.

Imagem 4: Pirâmide etária do percentual de óbitos por COVID-19, por sexo e cor ou raça. Brasil – 2020.

Fonte: SIS IBGE, 2021

É fundamental destacar aqui as questões políticas que impactam no agravamento da crise sanitária vivida nos últimos anos. O insuficiente número de testagens, o que impactou nas subnotificações de casos de Covid-19¹³, as desavenças entre os poderes federais, estaduais e municipais sobre os investimentos e logística para as medidas profiláticas e de imunização da população¹⁴ e as *fake news* entorno da origem do vírus e “curas” através de remédios sem comprovação de efetivo combate ao vírus no organismo¹⁵, largamente disseminadas através das plataformas digitais da *internet*, foram empecilhos ao combate da pandemia no Brasil. Estas dificuldades sociais, políticas e espaciais de combate ao Covid-19, foram responsáveis pelo total de 30.688.390 números de casos no Brasil e de 664.918 óbitos, entre março 2020 e maio

¹³ O acesso às estruturas de saúde, como destacadas anteriormente, são eficientes para a demanda da alta densidade populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁴ As vacinas foram alvos de discussão e *fake news* no mundo todo e no Brasil. O tardio investimento do governo federal nas parcerias para produção e compra de vacinas e insumos para produção de vacinas deixou o Brasil relativamente atrasado na campanha de vacinação, comparado ao restante do mundo.

¹⁵ Os remédios que se destacaram como meios de profilaxia da Covid-19 foram a cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina, indicados, respectivamente, para tratamento de malária, doenças autoimunes e infestações de parasitas. De acordo com a OPAS (2022), a posologia destes medicamentos em ensaios clínicos não houve evidências suficientes, sendo consideradas inconclusivas, portanto, não indicada para tratamento. Ver em: < https://www.paho.org/pt/covid19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw06OTBhC_ARIsAAU1yOUM7dWPH_6xCVQAB-o00qwDVpE7kQKpO2NclE2jD5OWbRNIM4KbTL4aAoQ4EALw_wcB>. Acesso em: abril de 2022

2022 (BRASIL, 2022)¹⁶, tendo os sobreviventes da infecção por Covid-19 que lidar ainda com sequelas da doença.

Com o avançar dos meses, o desenvolvimento das vacinas em tempo recorde, através de uma rede internacional de cooperação científica, permitiu a imunização de grande parte da população mundial, porém, com obstáculos no caminho. No Brasil, as questões citadas acima, das *fake news* e a demora da negociação e pouco investimento em desenvolvimento de vacinas nacionais, retardaram o urgente combate da disseminação do vírus e das suas variantes. Entretanto, até a última atualização de abril de 2022, 64,5% da população brasileira foi imunizada através das vacinas contra a Covid-19 (OUR WORLD IN DATA, 2022)¹⁷ por meio da coordenação do SUS, o que permitiu a flexibilização do uso obrigatório de máscaras no início de 2022 em espaços públicos.

Ainda que o quadro de uma tentativa ao retorno de uma “normalidade” pré-pandemia seja esperançoso, os impactos do novo vírus ultrapassaram as questões salútares diretamente relacionadas à Covid-19. A perda irreparável de vidas, a mudança de costumes cotidianos, entre outras questões têm conexão com os impactos e consequências da pandemia nas relações econômicas, do comércio internacional ao agravamento da crise econômica interna, com acelerado desemprego e subemprego, que impactaram igualmente no acesso à produção e à aquisição de alimentos para uma alimentação digna.

2.3 Pandemia e alimentação: a questão alimentar brasileira nas periferias urbanas

A pandemia de Covid-19 desencadeou na reestruturação social, econômica e política em escala global, com impactos diversos nos países. No Brasil não foi diferente. O país, alguns anos antes do início da pandemia, já vinha enfrentando uma severa desaceleração do crescimento econômico e da alta taxa de desempregos, o que mostrou igual agravamento nestes quesitos e retrocessos em questões sociais, como o impacto no acesso aos alimentos por parte das populações mais vulneráveis.

Com as medidas de prevenção estabelecidas com o modelo de *lockdown*¹⁸, a economia precisou se readaptar à modificação da dinâmica cotidiana, principalmente nos espaços urbanos, densamente populosos e com intensos sistemas de fluxos em seu espaço. As atividades urbanas, essencialmente nos setores com maior fluxo de pessoas, sofreram grandes impactos devido à necessidade do afastamento físico da população segundo o IBGE (2022), O Produto Interno Bruto sofreu uma diminuição de cerca 15% entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º trimestre de 2020, decorrente dos efeitos da pandemia no Brasil. Por consequência, isso gerou um aumento de cerca de 4% da taxa de desemprego no Brasil no mesmo período entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º trimestre de 2020, diminuindo apenas a partir do 1º trimestre de 2021 (IBGE, 2022), como apontam os gráficos abaixo (IMAGEM 5 e 6).

¹⁶ Para acompanhar as atualizações oficiais ver em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html;

¹⁷ Ver atualizações por estado em: <https://conselho.saude.gov.br/vacinometro>;

¹⁸ Medida de distanciamento físico em grande escala e de restrição de movimentos com o objetivo de reduzir a velocidade da transmissão de doenças infecciosas.

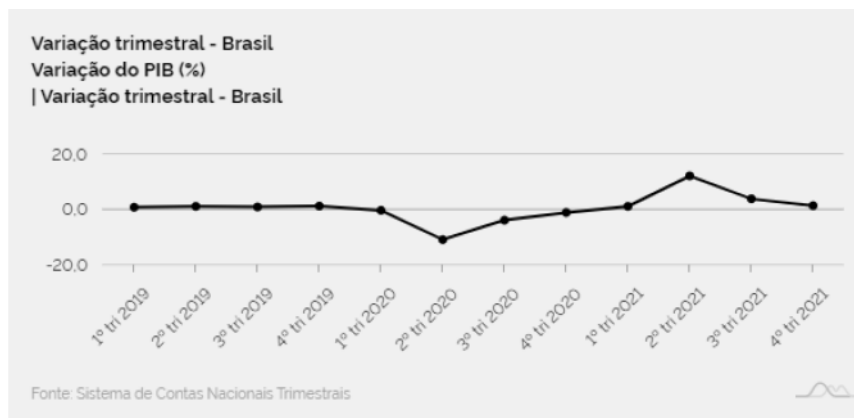


Imagem 5: Variação trimestral do PIB (%) do Brasil

Fonte: IBGE, 2022.

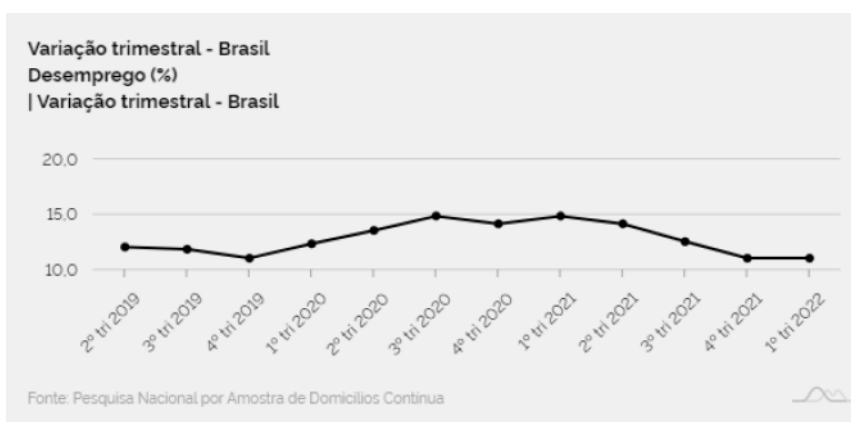


Imagem 6: Variação trimestral do Desemprego (%) do Brasil.

Fonte: IBGE, 2022.

Em parâmetros gerais, assim como aponta no gráfico, o desemprego e o subemprego nos últimos anos já vinha apresentando oscilações, entretanto, o impacto da pandemia a partir de 2020 e 2021, agravou o cenário econômico igualmente na capacidade de manutenção de empresas. Esta consequência está diretamente ligada aos baixos investimentos federais de apoio aos setores econômicos mais frágeis. O pífio apoio governamental impactou diretamente na empregabilidade neste período. O desemprego, catalisado pela crise pandêmica, fez com que a população brasileira buscasse outras formas de gerar renda, elevando as taxas de subemprego e trabalhos informais de 2020 e 2021. As ocupações por nível de instruções mais afetadas pelos efeitos da pandemia de Covid-19 foram as com menor escolaridade e em que grupos sociais mais vulneráveis da sociedade. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2021, p.25-26), mulheres e pretos e pardos foram os mais afetados pela redução de ocupações, -10,9% e -10,5%, respectivamente, em todos os níveis de instrução. Houve também o impacto desta redução sobre o crescimento das ocupações informais, como consequência direta da mesma.

De acordo com o mesmo Instituto, a proporção das ocupações em trabalhos informais no Brasil em 2020 ficou em torno de 38,8%, sendo 44,7%, quase metade dos trabalhadores informais, consistiu na população autodeclarada preta ou parda (IBGE, 2021, p.31-32), resultante de uma histórica desigualdade social brasileira. Apesar dos esforços, grande parcela da população não obteve êxito no provimento das condições necessárias para sustentar suas respectivas famílias, impactando diretamente no poder de compra familiar e no acesso aos alimentos, retornando ao cenário que o país vem há décadas enfrentando: a fome.

O acesso à comida no mundo é uma pauta antiga na história, sendo tabu por muitos anos no Brasil, passou a ser tema para diferentes políticas públicas e intergovernamentais para o combate à fome. Segundo o sociólogo Ricardo Abramovay (1983, pág.7), a fome se caracteriza como a subalimentação causada pela impossibilidade de comer e, dessa forma, satisfazer o instinto do apetite a qual, a associação desta subalimentação, está diretamente ligada às atividades econômicas, de produção e distribuição de alimentos, em diferentes contextos históricos.

Embora esta classificação seja abrangente, Josué de Castro (1984), em sua obra magistral *Geografia da Fome*, abordou a fome com a profundidade que seus impactos têm sobre os que sofrem com ela. De acordo com o mesmo, a fome pode ser caracterizada como endêmica, epidêmica ou subnutrição, considerando-se as áreas de fome “[...]aquelas em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (área de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome)” (CASTRO, 1984, p.51), onde o que é considerado é a extensão numérica da fome que incide sobre a população, e não o grau de especificidade de carência nutricional (*Ibidem*, p.51). Ou seja, a existência da carência nutricional, de proteínas, vitaminas ou minerais, já caracteriza a existência da fome. Portanto, as dietas, com suas características psíquicas, biológicas e culturais, se expressam no espaço, baseadas nos recursos que dispõe (*ibid*, p.50).

Estes tipos de fome, ao contrário da subnutrição que se caracteriza como completa inanição ou miséria, são mais comuns, pois referem-se à uma deficiência qualitativa permanente na alimentação, algo que a torna oculta (CASTRO, 1984; CASTRO, 2010), pois não são visíveis a “olho nu”. Ou seja, identificamos nitidamente quando pessoas estão em estágio de subnutrição, o que se manifesta no corpo, porém, identificar carências nutricionais endêmicas e epidêmicas requer o aprofundamento na investigação das causas sociais, políticas e salutaras para compreender os porquês destes fenômenos assola grande parte da população mundial. Sendo assim, o fenômeno da fome não se restringirá à uma questão médica ou nutricional, mas igualmente às questões sociais, diretamente relacionadas aos padrões culturais, ao contexto histórico e seu respectivo contexto político, que produzem o espaço com o qual estes fenômenos interagem, o que possibilita a sua compreensão geográfica.

No contexto internacional, a organização intergovernamental que estabelece medidas, políticas e discussões em torno do acesso e produção de alimentos e do combate à fome é a FAO¹⁹, organização interna das Nações Unidas O indicador estabelecido pela organização é o PoU (*Prevalence of Undernourishment*)²⁰, que indica uma estimativa, expressa em porcentagem, da população cujo consumo alimentar é insuficiente para fornecimento de energia dietética necessária para manter uma vida ativa e saudável normal, portanto, dependente também das formas de acesso aos alimentos (FAO, 2021).

Em consonância com as discussões internacionais sobre a fome, o Brasil apresenta em sua história políticas públicas como medidas de combate à fome com a preocupação sobre a Segurança Alimentar. De acordo com Rezende (2022, p.89), a Segurança Alimentar consiste no “[...]acesso por todas as pessoas e em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável”, que, através da mobilização conjunta de esforços do setor público e da sociedade civil, torna-se uma das prioridades do governo Federal, com o acompanhamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre a medição dos indicadores da fome e pobreza e, com elas aplicar medidas de combate em âmbito nacional (REZENDE, 2022, p.89;

¹⁹ Organização sobre Comida e Agricultura das Nações Unidas. Tradução livre de: *Food and Agriculture Organization of United Nations*.

²⁰ Prevalência de Desnutrição (FAO, 2021).

COSTA, 2021). A partir disso, o Mapa da Fome é elaborado e publicizado. Segundo Rezende (*ibid*, p. 89), o Mapa da Fome é responsável pelo dimensionamento da população que apresenta condições mais graves de insuficiência alimentar. Até o início dos anos 2000 o país se encontrava no Mapa da fome. A partir de medidas de políticas públicas e de pressões políticas de movimentos sociais e comunitários, o cenário brasileiro de alimentação começa a mudar. Pinton e Yannick (2019, p.30) apontam que com a chegada ao poder do ex-presidente Lula há uma nova experiência da população de representação e participação social na elaboração das políticas públicas, com a restituição do Consea, Conselho de Segurança Alimentar, que terá impacto no posterior programa do “Fome Zero”.

O “Fome Zero” foi um programa de governo do primeiro mandato do ex-presidente Lula de combate à fome no Brasil, gerido por Graziano da Silva na liderança do recém criado Ministério de Desenvolvimento Social e do Combate contra a Fome (MDS), onde a preocupação com a fome passa a ser um dos principais objetivos de política pública neste período. Este programa é resultado de uma longa trajetória de combate à fome no país, feito principalmente pelos movimentos sociais e organizações populares, que se articulavam primeiramente para o cotidiano e para pressionar e demandar políticas públicas necessárias ao combate à fome (CASTRO, 2010; PINTON e YANNICK, 2019).

É importante destacar que a modificação que existe a partir deste evento na história da política brasileira não está relacionada à preocupação com a alimentação na política. Como foi apontado acima, a política de organização em prol do combate à fome já se articulava anos antes, porém em diferentes espaços dos que são colocados como de “poder de decisão” em amplitude de nação. A diferença está na expressiva inserção da população nos “órgãos de poder” de decisão destacados, com mais representantes exercendo a cidadania que a Constituição Federal de 1988 passa a permitir (*Ibid*, 2010; 2019). Os movimentos sociais no Consea passam a agregar as reivindicações dos distintos grupos sociais, tendo como pauta a fome no seu centro de coalizão em busca da garantia por direitos (PINTON e YANNICK, 2019, p.31).



Imagem 7: Logomarca do Programa Fome Zero.

Fonte: Memorial da Democracia

A ilustração do Programa (IMAGEM 7) nos indica algumas direções que foram tomadas com o passar dos anos. A utilização das cores da bandeira brasileira como uma mesa preparada para receber comida anuncia a preocupação de assegurar a alimentação para a população, porém, não indica de que forma e qual tipo de alimentação receberá. A partir desta interpretação é válido o questionamento: qual tipo de produção de alimentos será priorizado para alimentar de fato a população brasileira? Vemos atualmente que, apesar do apoio às pautas e inserção dos

movimentos sociais nos espaços de decisão sobre a alimentação, concomitantemente, houve durante o governo Lula o apoio do mesmo ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro, o qual se apresenta na história brasileira como antagonista dos movimentos sociais.

O termo agronegócio vem da tradução do inglês *agribusiness*, que consiste na expressão das relações econômicas do setor agropecuário e na esfera industrial onde, no Brasil, busca ressaltar o processo de modernização e industrialização da agricultura no país (LEITE e MEDEIROS, 2012). Assim como os movimentos sociais, o agronegócio brasileiro é resultado de uma organização das frentes de uma agricultura patronal de empresa, que exercem pressão sobre o poder público para atender às suas demandas. Pinton e Yannick (2019, p.29) apontam que com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 houve o reconhecimento da agricultura familiar na participação da alimentação da população brasileira, porém, manteve um aspecto dualista de desenvolvimento agrário a partir do governo Lula, como resultado de um meio-termo “[...] entre a permanência de uma diretriz exportadora e das políticas redistributivas (de terras, de benefícios sociais, de meios de acesso ao mercado para os pequenos produtores) fundadas na soberania alimentar” (*ibid*, 2019). Com isto, temos o reconhecimento dos movimentos sociais e de sua relevância e participação na alimentação brasileira e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do agronegócio e sua ampliação de mercados e de poder interno, inseridos igualmente neste projeto nacional e a ampliação da capacidade de alimentação da população brasileira. Deste modo, a agricultura familiar e camponesa fornece alimentos à população junto ao agronegócio no Programa do Fome Zero (PINTON e YANNICK, 2019).

Durante os governos Lula obteve-se outra ação governamental que impactou positivamente na questão da alimentação popular brasileira: A instituição do programa de transferência de renda *Bolsa Família*. Através da Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, sua instituição teve como objetivos principais o combate à miséria e à exclusão social e a promoção da emancipação das famílias mais pobres, através da unificação dos benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) destinando às famílias em situação de pobreza, de renda mensal por pessoa de R\$ 60,00 a R\$ 120,00, e de extrema pobreza, com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00 (WIESSEHEIMER, 2006, p.25). A contemplação de acesso ao benefício estava vinculada à frequência regular às escolas de crianças até 15 anos de idade (KERTENETZKY, 2009, p. 55) e sua gestão era feita Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os estados e municípios (WIESSEHEIMER, 2006).

Posteriormente previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2022), este programa foi responsável pela complementação da renda brasileira, o que possibilitou e reforçou o acesso aos direitos, como o acesso à educação, saúde e assistência social, permitindo igualmente a ampliação do poder de compra para alimentos destas famílias. Porém, a crítica que se estabelece é a baixa efetividade em lidar diretamente com o cerne do problema da fome, baseada nas desigualdades das estruturas sociais brasileiras de acesso amplo aos direitos previstos pela CF 1988. Aqui cabe ressaltar a discordância de Wieseheimer (2006) do Bolsa Família como um programa de distribuição de renda, e sim como um programa de alívio da pobreza, como aponta Celia Lessa Kerstenetzky (2009), sem que promova estruturas que impeçam a reversão de estágios de pobreza. O programa se manteve durante os consecutivos governos federais até hoje, 2022, em vias de reestruturação pelo governo Bolsonaro (2018-2022).

Com a consolidação da popularidade dos dois mandatos, o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula consegue eleger Dilma Rousseff como presidenta em 2008 e sucessora dos planos desenvolvimentistas, entretanto, os contextos se modificam aqui. Embora ainda tenhamos a proximidade dos movimentos sociais às instâncias governamentais do Estado, durante os

governos do PT (2003-2015) o fortalecimento do agronegócio na agenda desenvolvimentista econômica se deu igualmente na política institucional, com a organização da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) a qual defende os interesses dos latifundiários e a alta exploração dos recursos do país, ainda que tenha se aproximado do discurso de “ecologização” da agricultura sobre a temática da segurança alimentar (PINTON e YANNICK, 2019. P.36-37). O engajamento das instituições com a alimentação sofre severas modificações a partir do Golpe Institucional de 2016²¹, como se evidencia no seguinte trecho

O compromisso institucional cedeu com a destituição da ex-presidente Dilma Rouseff e a chegada no poder de uma aliança de partidos ligados ao agronegócio. O governo interino que se instalou lançou diversas reformas e, entre elas, umas contra a corrente das políticas de SAN. A questão fundiária volta ao centro dos desafios. Trazida para nosso objeto, a segurança alimentar, tal como defendida pelos detentores do agronegócio, chama para uma “nova ordem rural”, propícia ao desenvolvimento de uma agricultura à grande escala, produtivista e de alta tecnologia, e que demanda sempre mais terra para satisfazer essa missão. A Bancada Ruralista é o ator dominante dessas propostas. Essa frente, cujos parlamentares cobrem completamente o xadrez político e todos os Estados, se tornou muito majoritária no Congresso. (PINTON e YANNICK, 2019, p.37)

Após as movimentações do impeachment da Presidenta Dilma em 2016, orquestrado por bases políticas de centro-direita ligadas às frentes parlamentares como a do agronegócio, tivemos a destituição da mesma de seu cargo, deixando-o a cargo do seu vice-presidente, Michel Temer. A partir deste evento político percebe-se que o fortalecimento do agronegócio, permitido e incentivado nos governos do PT, tiveram protagonismo no início do desmantelamento das ações e políticas institucionais de acesso à alimentação.

Estas ações objetivavam o enfraquecimento dos movimentos sociais que vão em sentido oposto aos interesses do próprio agronegócio, ou seja, desmontar as políticas públicas de Segurança Alimentar, o que impossibilitou o acesso a canais de distribuição de alimentos conquistado pelos movimentos sociais de Segurança Alimentar, atingindo diretamente os agricultores familiares e camponeses, os movimentos agroecológicos, os Sem Terra, as populações tradicionais brasileiras de ter acesso às políticas de alimentação e combate à fome. Como aponta o trecho, o reordenamento rural busca priorizar o desenvolvimento da agricultura nos moldes do agronegócio, através da decisão dos parlamentares que ocupam os espaços de decisão de política nacional.

Ainda no governo interino ex-vice presidente Michel Temer, 2016, temos o reforço do galgar de políticas de desmantelamento das conquistas dos movimentos sociais, como as reformas na legislação fundiária de conservação de recursos, direitos aos grupos rurais como o Movimento dos Sem Terras (MST) e aos indígenas, a supressão de Ministérios vinculadas às políticas de combate à Fome em secretarias e o bloqueio de fundos da agricultura familiar. Desta forma, o Brasil retornou ao movimento de insegurança sobre a alimentação e nutrição da sua população (PINTON e YANNICK, 2019, p.37-40).

A partir de 2019, durante o governo Bolsonaro, há o agravamento da situação da antiga estrutura de políticas públicas de Segurança Alimentar. Conforme aponta Inês Rugani Ribeiro de Castro (2019, p.3), a extinção do Consea no primeiro dia de mandato do presidente Jair Bolsonaro, via Medida Provisória nº 870 (MP 870), enfraquece o comprometimento do Estado com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e ressalta que

²¹Através do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em seu segundo mandato, sob acusações de pedaladas fiscais.

Isso é particularmente preocupante em um cenário de crise econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo estancamento ou piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida: recrudescimento da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, aumento do desemprego e da pobreza (com indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome), recrudescimento da violência no campo, entre outros. Além disso, a extinção do CONSEA representa uma afronta à democracia e um retrocesso social, uma vez que desmonta um espaço de participação, um dos pilares da democratização do Estado, conforme pactuado na Constituição Federal. (CASTRO, 2019, p.3).

Ainda que esforços pela revogação do veto de Bolsonaro tenham sido feitos por parlamentares nos meses seguintes do mesmo ano para o retorno das atividades do Consea, por voto vencido pela maioria dos parlamentares, deputados e senadores da base de apoio do governo Bolsonaro, apoiaram a manutenção do veto e, com isto, extinguem definitivamente o órgão (IDEC, 2019). Conforme a autora previu (CASTRO, 2019), o Brasil passou por um agravamento nas relações de garantia de acesso aos alimentos nos anos seguintes, porém, catalisado pelas consequências da pandemia de Covid-19.

É de suma importância destacar que tais consequências, que veremos a seguir, são resultantes antes de tudo das escolhas de projeto nacional adotado pelo Governo Federal, porém, a pandemia foi um fator agravante da Fome não apenas no Brasil, mas igualmente no mundo. De acordo com a FAO (2021), o percentual de pessoas em situação de fome no mundo aumentou entre 2019 e 2020 de 8,4% para 9,9%. As estimativas de 2020 para 2021 foram de uma variação entre 9,2 a 10,4%. Em números absolutos, a organização aponta a estimativa entre 720 a 811 milhões de pessoas que passaram fome no ano de 2020, decorrente não exclusivamente da pandemia, mas induzida pela crise de Covid-19, que dificultaram as condições de acessos a alimentos no mundo todo (FAO, 2021).

Ao resgatar as análises feitas acima acerca das relações econômicas e empregatícias no Brasil durante os anos de 2020 e 2022, desde o início da pandemia de Covid-19 às tentativas de recuperação salutar e, principalmente, econômica mais atuais, compreendemos a conexão das mesmas com o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Com o aumento do desemprego e, conseqüentemente, do trabalho informal durante o início de 2020, causada pela diminuição da produção principalmente nos setores que mais empregam no Brasil, o terciário (IBGE, 2021), o poder de compra das famílias brasileiras começou a ser impactado pelas reestruturações que a pandemia impôs à sociedade e à economia brasileira.

As articulações institucionais legislativas atuaram de forma essencial com medidas de mitigação de agravamento da pobreza durante a pandemia. Em 26 março de 2020 a Câmara dos Deputados Federais aprovou a criação de uma renda mínima emergencial e no dia 30 do mesmo mês foi aprovada no Senado, no valor de R\$600,00 (BRASIL DE FATO, 2020; SENADO, 2020). Aprovado como a Lei nº 13.982 de 02/04/2020 (SENADO, 2020), e sancionada em 07 de abril de 2020²² pelo presidente Jair Bolsonaro, os contemplados pelo auxílio precisariam atender a pré-requisitos, os quais se destacam: (1) não ter emprego formal; (2) não ser beneficiário do sistema previdenciário ou assistencial, como seguro desemprego, ou outro programa de transferência de renda que não seja o Bolsa Família; (3) ter renda familiar de até três salários mínimos (à época equivalente à R\$3.135,00)²³ (SENADO, 2020). Ou seja, o objetivo da instituição do Auxílio Emergencial buscou direcionar os recursos aos segmentos

²² Ver Lei . nº 13.982, de 2 de abril de 2020, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799> ;

²³ Para ver todos os pré-requisitos acessar o link: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141270> .

mais pobres da população brasileira e aqueles que fossem acometidos pelo desemprego ou pela queda da renda familiar durante o período de insegurança econômica e salutar de 2020.

Outro destaque a ser ressaltado foi a decisão sobre a destinação do auxílio para mães solo, que cuidam e provêm sozinhas o sustento de seus filhos. Em novembro de 2021 há a aprovação na Câmara Legislativa dos Deputados Federais pela Comissão dos Direitos das Mulheres do Projeto de Lei 2099/20, que institui auxílio permanente de R\$ 1.200 mensais às mulheres provedoras de famílias monoparentais, com pelo menos uma pessoa menor de 18 anos (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2021). O reconhecimento da necessidade de complementação de renda deste segmento de estrutura familiar prevê uma tentativa de diminuição das desigualdades sociais, expressas nas relações de gênero, diretamente afetadas pelas relações econômicas que incidem principalmente sobre as famílias de mães solo, que carecem muitas vezes de renda para manter a família ou de uma rede de apoio para a manutenção familiar.

O Auxílio Emergencial impactou diretamente em uma breve diminuição da desigualdade social, principalmente relacionada ao acesso aos alimentos. Outra vitória para as demandas pela alimentação foi a instituição do PL 786/2020²⁴, o qual teve como finalidade garantir a distribuição dos alimentos da merenda escolar a famílias de estudantes prejudicados pela suspensão das aulas na rede pública de educação básica em todo o Brasil por causa da pandemia do COVID-19 – novo Coronavírus (SENADO, 2020; FNDE, 2022). De acordo com esta instituição, o Governo Federal se responsabilizaria pela manutenção dos repasses do dinheiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos estados e municípios e, com esses recursos, a merenda escolar continuaria sendo adquirida, porém, devido ao fechamento das escolas, os alimentos serão destinados aos pais ou responsáveis pelos estudantes matriculados nas instituições.

Apesar dos objetivos é necessário destacar que as propostas institucionais governamentais surtiram pouco efeito para a resolução do problema da fome. Os indicadores da fome no Brasil aumentaram significativamente na última década, principalmente a partir de 2015, decorrente da recessão econômica e do desmantelamento das políticas públicas relacionadas à alimentação. Entretanto, nos anos da pandemia no Brasil, a população em situação de fome apresenta expressivo aumento desde o decreto no país. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, I VIGISAN (REDE PENSSAN, 2021), houve entre 2018 e 2020 o retorno da população em situação de Insegurança Alimentar (IA) nos patamares próximos aos vistos em 2004, ou seja, antes da efetividade das políticas públicas de Segurança Alimentar, chegando a 19,1 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar (IA). Já o Inquérito de 2022, II VIGISAN (REDE PENSSAN, 2022), referente ao ano anterior de 2021, expõe o aumento para 33,1 milhões de pessoas em situação de IA, portanto, 14 milhões de brasileiros, no espaço de um ano, foram detectados no país que não possuíam a segurança das três refeições diárias indicadas pelo DHAA.

Para além de números sem caracterização, ambos relatórios evidenciam o perfil da população brasileira que compõe estes dados, comprovando que a fome no Brasil possui gênero e raça. De 2020 para 2021, houve o aumento de 60% da população negra em situação de fome no Brasil, quase o dobro da população branca, com o aumento de 34%; já nas relações de gênero foi registrado que 19,3% das famílias chefiadas²⁵ por mulheres estão mais expostas à fome, comparadas aos 11,9% de famílias chefiadas por homens (REDE PENSSAN, 2022). Como vemos através destas análises, as consequências dos problemas econômicos agravados durante

²⁴ Ver em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141262>>

²⁵ Referente ao gênero da pessoa que provê a renda familiar.

a pandemia impactaram diretamente na intensificação das desigualdades sociais já existentes na sociedade brasileira.

Dentre as consequências citadas acima, os Inquéritos abordam o aumento do desemprego no primeiro ano de pandemia no país e a destruição das instituições públicas desde 2016, como foi abordado anteriormente, que impactaram diretamente as famílias que dependiam de políticas de voltadas à proteção social e no seu acesso aos alimentos (*ibid*, 2021; *ibid* 2022). Podemos destacar igualmente como ações e eventos que repercutiram diretamente no aumento da população mais vulnerável à situação de fome: (i) a dificuldade de recuperação do crescimento econômico nos anos consecutivos; (ii) as desigualdades de renda e acesso à propriedade; (iii) estratégias institucionais econômicas e de segurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022).

(i) O panorama econômico brasileiro, como foi abordado anteriormente, sofria com a estagnação de seu crescimento e, ao início da pandemia, agravou-se pelas consequências da Covid-19 na “saúde econômica”. Embora este cenário econômico tenha se apresentado em diversos países como uma dificuldade em comum entre os mesmos, o Brasil demonstrou algumas particularidades associadas às questões econômicas anteriores, vinculadas à década anterior de redução do crescimento econômico, crise política institucional associadas ao impeachment da presidente Dilma Rousseff e as reestruturações do governo Temer (2016-2018) de viés econômico liberal, com consequências de desmonte de setores essenciais para a população, como a saúde, educação e a reforma dos direitos trabalhistas.

(ii) As desigualdades sociais e históricas sobre a renda e o acesso à propriedade no Brasil repercutem diretamente na Segurança Alimentar. As limitações materiais da população brasileira impactam diretamente na possibilidade de obter as necessidades básicas para a reprodução da vida, aqui em foco sobre a alimentação e nutrição digna. O acesso ao trabalho formal reduzido anteriormente à pandemia e intensificado desde seu início gerou a diminuição do poder de compra das famílias brasileiras, as quais precisaram estabelecer estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) cotidianas de sobrevivência. Além da histórica concentração de terras no Brasil, que influenciou na redução das propriedades voltadas para a produção de alimentos para a subsistência popular, os conflitos por terra em torno dos interesses do uso da terra no Brasil e o êxodo rural, que provocou o inchaço da mancha urbana nas décadas passadas. Estes problemas, ainda contemporâneos no espaço brasileiro, associados aos impactos da pandemia refletem nas relações sobre a produção, escoamento e consumo de alimentos no país.²⁶

(iii) Quanto às estratégias institucionais econômicas e de Segurança Alimentar, o II VIGISAN (REDE PENSSAN, 2022) aponta que os domicílios que apresentaram elevadas prevalências de Insegurança Alimentar (IA), com renda per capita de até ½ salário mínimo²⁷, ainda que um dos integrantes do domicílio recebesse o extinto Bolsa Família, atual Auxílio Brasil²⁸, a transferência monetária não foi o suficiente para garantir o acesso pleno a alimentos no ano de 2021, podendo ter sido utilizados para outras necessidades básicas para além da alimentação, como aluguel, gás, custos sobre saúde e educação (*ibid*, pp.62-63). O Inquérito ressalta igualmente o impacto da deterioração do PNAE, um dos programas mais antigos sobre Segurança Alimentar, durante a pandemia, evidenciando que a falta de orientação sobre as estratégias para utilizar o PNAE durante 2020 e 2021 em atividades remotas e que, as crianças

²⁶ As relações sobre o acesso à terra e a Segurança Alimentar será abordada com mais detalhes no terceiro capítulo;

²⁷ Salário mínimo em 2022 equivalente à R\$1.212,00 (PORTAL DO SENADO, 2021);

²⁸ O Governo Jair Bolsonaro mudou no final de 2021 o Programa do Bolsa Família para Auxílio Brasil, unificando o antigo PBF com o Auxílio Emergencial criado durante a pandemia. Esta estratégia institucional coincide com uma possível preparação da imagem do seu governo para o ano eleitoral de 2022, o qual enfrenta como candidato à presidência do próximo quadriênio o criador do PBF, o ex-presidente Lula.

que obtiveram acesso às referidas estratégias eram aquelas em situação de maior prevalência de IA (*ibid*, pp.65-66).

A associação de uma política de Segurança Alimentar pautada no acesso de alimentos baseada nas relações de mercado implica igualmente nos pontos destrinchados acima, visto que, na lógica capitalista, a falta de capital e de propriedade privada limita a população de acesso às necessidades básicas, como a alimentação. Além dos pontos abordados pelos Inquéritos (REDE PENSSAN, 2020; *ibid*, 2022) é necessário destacar um aspecto político-econômico anterior que impacta de forma mais grave o período pandêmico no: a escolha da política econômica brasileira baseada na produção do agronegócio para exportação.

Segundo Baccarin e Oliveira (2021), o aumento da inflação sobre os alimentos, algo recorrente desde 2007 devido ao aumento da demanda por alimentos no país e, principalmente, nos preços internacionais das *commodities*, impactou severamente a população com menor renda durante a pandemia e, conseqüentemente, na qualidade nutricional decorrente dos problemas econômicos anteriormente citados. As escolhas sobre o destino destes alimentos, sendo vendidos para o mercado internacional, desequilibrou o seu valor para o mercado interno brasileiro que, associado ao desemprego, políticas públicas insuficientes de Segurança Alimentar insuficientes durante a pandemia, e a histórica desigualdade social geraram o aumento da Insegurança Alimentar brasileira, principalmente para a população pobre e miserável, pretos e pardos e domicílios com mulheres como provedoras da renda (REDE PENSSAN, 2021; REDE PENSSAN, 2022), minorias políticas e maioria em situação de fome.

Ainda que a conjuntura nacional se apresente de forma pungente e austera, como foi abordado no capítulo anterior, é nas ausências dos espaços opacos que a criatividade do lugar, através das tenacidades cotidianas e das solidariedades da flexibilidade tropical das culturas populares que entrará em foco para promover movimentos cotidianos relacionados à Segurança Alimentar. Enquanto espaço opaco da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense apresenta na produção do seu espaço vivido igualmente as solidariedades do cotidiano sobre os aspectos culturais da alimentação, que serão perpetuados durante o período pandêmico.

2.4 A Pandemia, alimentação e a agricultura na Baixada Fluminense

A agricultura na Baixada Fluminense, como foi abordado anteriormente, é uma atividade que se destaca na formação do que conhecemos hoje como Baixada Fluminense, a qual atualmente sofre as conseqüências do recente enfrentamento à pandemia de Coronavírus. A produção de alimentos na região, apesar da constante pressão de sufocamento cotidiano, principalmente em relação à expansão da mancha urbana, permaneceu na região, produzindo o espaço através de estratégias e táticas cotidianas (CERTEAU, 1998; SANTOS, 2017) em destaque das ações dos agricultores agroecológicos, essencial para entendermos as relações estabelecidas no novo contexto desenhado pela pandemia de Covid-19.

Antes de analisar o contexto desenhado da pandemia, é preciso apresentar o panorama de como a produção agroecológica se apresentava anterior a ela. A Agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento²⁹, está presente na Baixada Fluminense há muitos anos, através das articulações dos agricultores na própria área e fora da mesma, de organizações políticas e dos diferentes movimentos sociais. Como foi visto no capítulo anterior³⁰, as organizações camponesas nas décadas passadas, principalmente a partir da articulação das Ligas Camponesas na década de 1950, se interligam com a história da agricultura na Baixada nos dias de hoje, com

²⁹ Compreensão oriunda dos movimentos sociais;

³⁰ Ver o primeiro capítulo;

a Agroecologia como um eixo central de integração das diferentes identidades rurais e urbanas em defesa da vida nos territórios que compõe a Baixada. Segundo Maria Conceição Rosa³¹ (2020), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional da Baixada Fluminense, foi a responsável pela iniciativa da Escolinha de Agroecologia (EA) no ano de 2007, em uma parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu, a EMATER-Rio³², a Embrapa³³ CNPAgrobiologia, a Pesagro³⁴, o Instituto Logus – Solar de Pesquisas Holísticas, a UFRRJ, as Secretarias de Agricultura dos municípios de Japeri e Queimados e o MAPA³⁵, contribuindo com materiais, técnicos e infraestrutura necessárias para o desenvolvimento do projeto. Outro ponto a ser destacado é a importância dos diferentes saberes envolvidos na constituição da Agroecologia (ALTIERI, 2012; CUNHA, 2017; PRÉVOST, 2019), discutido anteriormente no primeiro capítulo, que estão presentes no cotidiano dos agricultores da Baixada Fluminense, com a participação ativa dos mesmos na gestão da EA (ROSA, 2020).

Além desta articulação, é importante destacar a organização dos agricultores de Nova Iguaçu pela garantia da construção da Feira da Roça de Nova Iguaçu no ano anterior, 2006, presente às quartas e sextas-feiras na Praça Rui Barbosa no Centro do município, espaço público de constantes negociações (MASSEY, 2007), principalmente com o poder público. Em outras vertentes da Baixada Fluminense, temos a articulação de associações de agricultores e de outras feiras, com o objetivo de aumentar os espaços de comercialização justa de alimentos produzidos por agricultores da Baixada Fluminense, em áreas rurais, periurbanas e urbanas com a inserção dos agricultores familiares nos espaços públicos de grandes fluxos de pessoas, como a Feira Popular da Agricultura Familiar de Duque de Caxias, às terças-feiras na Praça Roberto Silveira, a Feira da Roça de Queimados às terças e quintas-feiras, a Feira da Agricultura Familiar (FAF) da UFRRJ, na sede em Seropédica às quartas-feiras e no Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu³⁶, às terças-feiras. As FAFs fazem parte de um projeto de Extensão da UFRRJ com objetivo de

“[...]fortalecer a agricultura familiar local e regional, promovendo maior integração da universidade com a comunidade próxima, bem como expandir os espaços de discussões sobre temáticas que envolvem questões relacionadas às feiras, seus protagonistas e sua importante participação na dinâmica social” (OLIVEIRA et al, 2020, p.204).

Estas feiras se destacavam na articulação da agricultura agroecológica na Baixada Fluminense por dois pontos: são formas de escoar a produção de alimentos de formas justas, pois são os próprios agricultores que comercializam seus produtos ou das suas respectivas associações/vizinhos, sem necessitar de atravessadores³⁷ são uma forma de alimentar a periferia na própria periferia, com diversidade de alimentos agroecológicos, alimentando as redes de circuitos curtos de abastecimento de alimentos para população.

³¹ Engenheira agrônoma da EMATER-Rio, mais conhecida localmente por Mariella, ministrava formações em técnicas agroecológicas pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Em 2018 pude participar de um destes cursos ministrado pela mesma, com encontros semanais na sede do CENFOR (Centro Formação de Líderes), Curia Diocesana de Nova Iguaçu;

³² Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro;

³³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

³⁴ Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro;

³⁵ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

³⁶ No período de 2017 a 2018, participei enquanto bolsista de Extensão, durante a minha graduação em Licenciatura Plena em Geografia, do Projeto no Instituto Multidisciplinar, o qual acompanhei até o início de 2020, quando as atividades presenciais foram interrompidas devido à pandemia.

³⁷ Os atravessadores são comerciantes de produtos agrícolas intermediários, entre produtores e consumidores, nas cadeias produtivas de alimentação. Ver Mayorga e Oliveira (2005);

Outras formas de escoamento dos produtos também eram realizadas como a venda para outras feiras fora da Baixada Fluminense, como a Feira da Fiocruz, o Circuito de Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro, abastecimento de alimentos da Agricultura Familiar no Brasil via órgãos públicos como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE³⁸. O PAA foi instituído como uma política de promoção da segurança alimentar e geração de renda de agricultores (OLIVEIRA et al, 2020, p.207), o que permite aos órgãos públicos a compra de alimentos da agricultura familiar e os destinem [...] às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino.” (BRASIL, 2020). A UFRRJ, de acordo com Oliveira *et al* (2020), foi a primeira Universidade Pública do estado do Rio de Janeiro a aderir ao PAA, junto às instâncias internas da Universidade, interligada igualmente ao projeto de Fortalecimento da Agricultura Familiar³⁹. O PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, consiste na oferta “de alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública” (FNDE, 2022). De acordo com o relato dos agricultores, os mesmos já participaram, alguns ainda participam, do PNAE, fornecendo seus produtos às escolas municipais e estaduais, para serem consumidas pelos estudantes na merenda escolar⁴⁰.

Entretanto, como foi debatido de antemão neste capítulo, a pandemia impactou as cadeias produtivas de inúmeras formas, em diferentes escalas. Sendo assim, a agricultura agroecológica passou por diversas reestruturações durante o período de 2020, marco inicial da pandemia, até os dias atuais de 2022. Com as medidas de restrição nos espaços públicos, como forma de frear a propagação do vírus, as feiras livres e agroecológicas também foram impedidas de ser realizadas nos espaços públicos. Com isso, a renda dos agricultores que dependiam principalmente das feiras como forma de escoar os alimentos e complementar a renda foi altamente impactada, sofrendo igualmente com a perda de alimentos e com a falta de infraestrutura para o escoamento dos produtos.

O acesso aos alimentos nas áreas periféricas urbanas no Brasil relaciona-se aos processos de produção das desigualdades sociais no país, que se especializam através da concentração da pobreza nestas áreas. A Baixada, formada primeiramente enquanto uma periferia de produção de alimentos escoados para a cidade do Rio de Janeiro, hoje comporta sua população escoada como mão de obra para os centros urbanos, e redesenha suas dinâmicas espaciais na própria periferia. A rápida expansão da mancha urbana na Baixada, através de conflitos e da fragmentação de lotes de terras antes da agricultura, como foi abordado anteriormente no primeiro capítulo, teve como consequência a diminuição e sufocamento das atividades agrícolas na sub-região para as franjas dos municípios e, com isso, promove o direcionamento da população em ofícios urbanos, principalmente do setor terciário ou ao subemprego. A vida urbana, dinâmica e comprimida espacialmente pela velocidade das interações, limita e condiciona uma nova relação com o espaço em que se vive, onde este não provê mais de forma direta o alimento que o sustenta, e sim seu trabalho. O acesso à alimentação fica majoritariamente condicionado ao poder aquisitivo da população e da oferta do mercado.

Além da produção, a alimentação na Baixada Fluminense também obteve consequências negativas neste período. Como debatido anteriormente, os impactos da pandemia na economia brasileira resultaram em uma onda de desemprego e perda de poder de compra da população.

³⁸ Programa Nacional de Alimentação Escolar;

³⁹ Em 2018 pude participar, enquanto colaboradora voluntária da FAF Instituto Multidisciplinar, das reuniões da redação da chamada para oferta de alimentos via PAA para o Restaurante Universitário (RU) da UFRRJ, Instituto Multidisciplinar, coordenado pela nutricionista responsável pelo RU, Elaine Ibrahim Freitas, a professora Anelise Dias (IA) e o diretor de Campus da época, Geraldo Fernando Pinheiro Dias.

⁴⁰ Informações fornecidas a partir das entrevistas concedidas para a presente pesquisa.

Com a histórica concentração de terras no Brasil, vista igualmente na Baixada Fluminense⁴¹, encontra-se, no período analisado, com uma população majoritariamente urbana que, devido a limitação física da expansão da mancha urbana, limita igualmente a produção suficiente de alimentos para a própria subsistência. Ainda que haja a existência de quintais produtivos, produzindo diversidade, sabores e saberes na área urbana, a compra de alimentos em feiras, mercados e armazéns é o que dá base à alimentação da população urbana.

Entretanto, através das diferentes formas de relações de solidariedades do cotidiano (SANTOS, 2017), estabelecidas igualmente pelas práticas culturais do “fazer-com” (CERTEAU, 1998) se apresentam nas estratégias e táticas cotidianas estabelecidas no lugar, produzidas através dos sistemas de objetos e ações do espaço (SANTOS, 2017)⁴² com a eclosão pandêmica na Baixada Fluminense. Diferentes formas de assegurar e organizar o acesso à alimentação básica e ao combate da fome na Baixada Fluminense foram tecidas desde o início da pandemia, desde táticas de práticas desviacionistas às estratégias calculadas pela população. Algumas destas estratégias e táticas foram identificadas e catalogadas pelo ODHIM em 2020 e, naquele ano, já haviam organizações populares com o objetivo de angariar alimentos para o combate da fome para a população mais vulnerável socioeconomicamente.⁴³

Ainda que a identificação e catalogação destas práticas solidárias tenha relevância, é importante ressaltar que não houve o mapeamento da totalidade das relações cotidianas, visto que as relações de solidariedades que se tecem no espaço vivido são invisíveis em diversas coletas de dados e informações. Inclusive são invisíveis aos órgãos institucionais de coletas de informações demográficos, seja em âmbito municipal, estadual e federal⁴⁴. Desse modo, cabe relatar a dificuldade durante o processo de pesquisa de dados secundários por meio da *internet*, pois ela não abarca a realidade da agricultura na Baixada Fluminense, embora tenha sido utilizada igualmente como ferramenta de articulação cotidiana para ações táticas e estratégicas dos agricultores. Visto isso, o seguinte capítulo irá se dedicar a compreensão destas estratégias e táticas cotidianas da agricultura da Baixada Fluminense, sua relação e importância com a temática da alimentação das periferias e da Segurança e da Soberania Alimentar, de acordo com o relato daqueles que alimentam e nutrem a terra e a sociedade da Baixada: os agricultores.

⁴¹ Ver primeiro capítulo;

⁴² Discussão aprofundada no primeiro capítulo, subcapítulo “Espaço, estratégias e táticas do lugar”;

⁴³ Observatório de Direitos Humanos do Instituto Multidisciplinar. Ver em: <https://portal.ufrjr.br/wp-content/uploads/2020/07/Levantamento-ODHIM-junho-2020.pdf>.

⁴⁴ O caso do atraso do recenseamento do IBGE 2020 devido à pandemia e aos problemas em torno da estrutura da instituição no governo Bolsonaro também refletem no apagamento institucional das realidades da última década da sociedade brasileira.

3 CAPÍTULO III

FLORESCER DA RESISTÊNCIA: OS MOVIMENTOS EM PROL DA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS DA AGROECOLOGIA NA BAIXADA FLUMINENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

A questão alimentar brasileira perpassa pelas noções políticas que compõem a sua configuração política institucional e social. A preocupação com o acesso à alimentação no Brasil carrega consigo o estabelecimento de conceitos que definirão os caminhos que as ações, estratégicas e táticas, de combate à fome. Assimiladas em seu cerne de modo similar, as ações políticas que absorvem tais conceitos os distingue de acordo com os objetivos de cada ação. Visto isso, no presente capítulo trabalharemos os conceitos de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, desde suas convergências às distinções de origem e foco na defesa sobre acesso à alimentação, e a importância da discussão sobre as mesmas no contexto da Pandemia de Covid-19.

A resistência dos agricultores agroecológicos da Baixada Fluminense se desenha através da sua história e resistência neste espaço, onde suas táticas estabelecidas no cotidiano permitiram a sua perpetuação oposição às estratégias impostas verticalmente. A sobrevivência se deu sobre as diversas tentativas de desapropriações, pressão da especulação imobiliária com o avanço da urbanização, a tentativa de imposição de pacotes agrícolas desenvolvimentistas, as violências sociais de gênero, sexualidade, classe, racial e étnica, ou seja, perduraram sobre seu espaço apesar da imposição do sistema-mundo moderno-colonial sobre o mesmo. As estratégias e táticas manifestam a importância dos seus saberes, conferindo aos mesmos agricultores a sua notoriedade na formação do saber agroecológico, científico e prático. Estas ações e saberes têm destaque na sua reprodução através das mobilizações sociais e, com isto, na construção das suas pautas políticas em comum com os interesses das diferentes identidades que compõem os grupos sociais rurais e urbanos responsáveis pela produção justa de alimentos, ambiental e socialmente.

O presente capítulo será dissertado em três subcapítulos sobre as discussões de: Segurança Alimentar x Soberania Alimentar e Segurança x Soberania Alimentar na Pandemia, Estratégias e táticas dos agricultores no contexto de pandemia: a organização dos agricultores sobre a questão alimentar na Baixada Fluminense. No primeiro subcapítulo, traremos as discussões sobre as divergências entre os dois conceitos/pautas políticas, os problemas sobre a prevalência da Segurança Alimentar sobre a Soberania Alimentar nas políticas públicas institucionais e como, de modo geral, fortaleceram a reprodução das desigualdades e das diferentes formas que a fome se expressa. No segundo subcapítulo, Segurança e Soberania Alimentar na Pandemia, apresentaremos como as duas pautas políticas foram colocadas em prática no contexto brasileiro da pandemia, em âmbitos institucionais e de mobilizações sociais, para encaminhar para as desenvolvidas na Baixada Fluminense pelos agricultores. Através deste segmento, no último subcapítulo será abordado o último objetivo da dissertação ao apresentar as estratégias e táticas dos agricultores da Baixada Fluminense no contexto de pandemia e como suas articulações para escoamento e acesso aos alimentos agroecológicos foram estabelecidos no cotidiano de distanciamento social e no processo de flexibilização das atividades.

A metodologia, inspirada na metodologia militante (BARTHOLL, 2018), foi estabelecida através da coleta de dados primários e secundários, por meio de entrevistas com agricultores e representantes de movimentos e projetos agroecológicos na Baixada Fluminense,

de forma remota com agricultores que estão em Quarentena e presencial nas feiras agroecológicas da Baixada que retomaram suas atividades com a flexibilização dos protocolos de segurança sobre os serviços nas cidades; e de busca em sites e jornais sobre os movimentos de agroecológicos da Baixada. Este caminho possibilitará a identificação da existência das táticas e estratégias de organização no cotidiano dos agricultores na Baixada Fluminense, sendo designadas ao movimento do estabelecimento de uma luta pela Soberania Alimentar, articuladas ou não aos movimentos sociais que deram origem à mesma.

3.1 Segurança Alimentar x Soberania Alimentar

A discussão sobre a fome nunca será algo de sabor facilmente palatável para a maioria das pessoas por diversos motivos: sejam eles por envolver riscos econômicos e políticos para uns ou, para outros, por envolver o risco à sua própria sobrevivência quando a mesma maltrata seu próprio corpo. Discutir a fome é ter que enfrentar diversas pautas de âmbito pessoal e estrutural, social, espacial, econômico e político. Trazê-las à tona implica em quais escolhas serão feitas nestes âmbitos para enfrentá-las ou maquiá-las.

Dentre as escolhas para as ações em torno da fome temos igualmente os conceitos que serão abordados para isso. A partir disso nos deparamos com dois conceitos, já citados anteriormente, porém, serão aprofundados aqui: a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar. Embora sejam conceitos que se pareçam, as escolhas das palavras modificam os objetivos de cada uma enquanto os objetivos e ações acerca da fome e da alimentação. Suas origens se distinguem igualmente, o que nos explicita as diferenças daqueles que cunharam estes conceitos, principalmente dos objetivos e da visão de mundo que cada uma demanda.

A Segurança Alimentar, conceito abordado anteriormente nesta pesquisa⁴⁵, é comumente adotado pelos órgãos institucionais formais do país, para ações estratégicas do Estado em relação ao assunto da alimentação da sociedade brasileira. Visto como conceito orientador das ações de combate à fome, exposto no segundo capítulo, tem como objetivo estabelecer estratégias de fornecimento de alimentos seguros na lógica nutricional e sanitária, para uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável (CAMPOS, 2014; SILVA, 2020; COSTA, 2021; REZENDE, 2022, p.89). Mediante à mobilização conjunta de esforços do setor público e da sociedade civil, tornou-se durante o primeiro governo Lula uma das prioridades de âmbito federal, com o acompanhamento sobre a medição dos indicadores da fome e pobreza e, com estas informações, aplicar medidas de combate desses problemas em âmbito nacional.

O conceito de Segurança Alimentar remete a um histórico mais antigo comparado ao de Soberania Alimentar e que, no contexto histórico em que foi criado, faz sentido a preocupação sobre assegurar o fornecimento de alimentos. De acordo com Campos (2014, p.99), este conceito surge no contexto da Primeira Guerra Mundial, que impactou as condições de produção de alimentos nos países que sitiaram o conflito. A autora reitera igualmente a importância da discussão da Segurança Alimentar associada à segurança dos critérios sobre a quantidade, qualidade e a regularidade dos alimentos, sendo estes dois últimos imprescindíveis enquanto o acesso da população à alimentação digna, consistindo igualmente à dignidade alimentar o seu acesso em ambientes limpos e que sigam normas de higiene (*ibid*, 2014, p.99).

A preocupação quanto aos tipos de alimentos e a regularidade da alimentação responsáveis pela Segurança Alimentar e Nutricional se enquadra igualmente neste conceito segundo a mesma autora. Visto que o acesso a alimentos como transgênicos e preparos energéticos e rações que visam o combate à desnutrição não são considerados benéficos por

⁴⁵ Ver o segundo capítulo.

estudiosos e militantes ambientais de SA, pois não há a comprovação quanto à qualidade destes à nutrição e aos possíveis riscos à saúde pelo seu alto consumo, temos também a preocupação quanto à regularidade de acesso a alimentos, sendo o indicado ao menos três vezes ao dia (CAMPOS, 2014, pp.99-100), algo que se mostra um desafio para grande parcela da sociedade brasileira há décadas, mesmo com as iniciativas de combate à fome.

A Segurança Alimentar, enquanto um preceito de Direito Humano a uma existência digna, preconiza para sua execução de ações calculadas estrategicamente. Deste modo, a autora Campos (2014, p.100) associa portanto o direito a se alimentar como uma obrigação que deve ser garantido pelo Estado, representante da sociedade, não enquanto um produto de ações de caridade. No Brasil, a Segurança Alimentar, debate iniciado anteriormente, ganhou destaque enquanto objetivo de ações de Políticas Públicas principalmente a partir dos governos Lula (2002-2006; 2007-2010), com a Criação do Ministério de Desenvolvimento Social e do Combate contra a Fome (MDS) e do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), que foram responsáveis posteriormente pela gestão do Programa Fome Zero e da gestão do recém-criado Bolsa Família, como uma estratégia institucional de incrementar a renda de famílias de baixa renda para que, dessa forma, conseguissem ter acesso aos alimentos.

Outra estratégia institucional foi o investimento para assegurar a alimentação em instituições de educação de formação básica (de escolas e colégios municipais e estaduais, através de repasses de verbas, e federais) através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e de instituições de formação técnica e superior federais, o que permitiu a formação de inúmeros estudantes, em âmbito educacional, cidadão e corporal-cognitivo.

A associação das estratégias institucionais de Desenvolvimento Agrário para a Agricultura Familiar com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995 e a regulamentação daqueles que poderiam ter acesso ao crédito rural em 2006⁴⁶, se enquadram também em ações de Segurança Alimentar pois permitiram o aumento da produção de subsistência dos agricultores familiares e do abastecimento da sociedade através de canais institucionais formais e informais de escoamentos dos seus produtos. Estas ações permitiram tanto a melhoria da qualidade de vida destas famílias, através do consumo dos alimentos que produziram e da venda dos mesmos, como a Segurança Alimentar daqueles que consumiram destes alimentos, visto que a Agricultura Familiar brasileira tem se associado em grande maioria às produções agroecológicas, as quais preconizam uma produção de alimentos justa e segura, social e ambientalmente.

Embora as ações institucionais tenham trazido benesses aos agricultores no período mencionado, a demanda por ações que de fato abarcassem os objetivos dos agricultores é algo antigo no país, e surge principalmente a partir dos movimentos sociais organizados. Neste contexto de demanda popular surge o conceito de Soberania Alimentar e, como foi apresentado anteriormente, a escolha das palavras nos apresenta objetivos distintos em alguns quesitos. Segundo Fabrini (2017, p. 55) o conceito de Soberania se apresenta enquanto “[...] uma construção histórico-espacial e está relacionada ao poder, à autoridade e ao domínio sobre um determinado espaço exercido por uma pessoa, família, povo, classe, dentre outros, o que forma o território”, portanto a Soberania Alimentar será associada às relações diretas do povo do seu poder acerca da alimentação. De acordo com o mesmo (FABRINI, *ibid*, p.66), a Segurança Alimentar, embora altamente associadas às políticas públicas institucionais, sua concepção não possui uma concepção nacional como a Soberania Alimentar trabalha, visto que a Segurança Alimentar e Nutricional está associada principalmente ao abastecimento dos alimentos independente da origem nacional ou importada deles.

⁴⁶ Ver em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf> .

A concepção da Soberania Alimentar surge na década de 1990, precisamente na conferência da Via Campesina em 1996 no México, que a definiu como “[...]o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos em bases camponesas, respeitando a diversidade cultural e os métodos de produção” (FABRINI, *ibid*, p.63) e, associada a essa organização, movimentos como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MCP (Movimento Camponês Popular), ANA (Associação Nacional de Agroecologia), MPP (Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MST (Movimento dos Sem Terra), povos tradicionais, dentre outros movimentos sociais defendem esta compreensão como abrangente para a defesa da autonomia popular em relação à alimentação (FABRINI, *ibid*, pp.63-64), sendo feita em escala local, internacional, de ordem institucional ou não.

A Soberania Alimentar se forma enquanto uma contraposição dos movimentos sociais de dominação de órgãos internacionais sobre a alimentação. Segundo Campos (2014, pp.100-101), este conceito surge entre os movimentos sociais com o objetivo de direcionar os caminhos da produção de alimentos e da agricultura, em contraposição às políticas agrícolas neoliberais impostas aos governos do mundo inteiro pelos de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial.

Este posicionamento dos movimentos sociais entra em consonância com o que Fabrini (2017, p.57-58) aponta sobre o papel do Estado-Nação quanto a sua responsabilidade sobre a constituição de estruturas “econômicas, sociais e culturais compatíveis com valores democráticos da nação” e a emergência de “órgãos multilaterais e supranacionais de poder sobre a economia e territórios” como formas de ruir a capacidade de decisão do Estado-nacional. De acordo com o mesmo, a inserção do Brasil nas condições da globalização a partir da década de 1990 reverteu o país ao modelo colonial de exportação de matérias-primas. Sendo feitas através da centralização da decisão sobre o Estado-Nação, responsável pelo controle do território, desta forma, ele estabeleceu relações de poder entre a globalização neoliberal e atores institucionais e não institucionais do poder, onde corporações privadas transnacionais controlam as autoridades nacionais às margens através da mundialização do capital (*ibid*, p.2017, pp.57-60).

A adoção de políticas econômicas neoliberais no Brasil na década de 1990, como forma de se aproximar do mercado internacional, reestruturou a política econômica agrícola, visto que, como explicitado acima, o retorno do país quanto fornecedor de produtos primários neste período engloba principalmente o abastecimento mundial de alimentos, passado que remete ao período colonial brasileiro. Este período é retratado por Jank *et al* (2005), como a reestruturação do agronegócio brasileiro que, através da competitividade e investimentos financeiros externos no setor de *commodities*, apresentam o crescimento da sua produtividade através da incorporação da tecnologia e sua inserção nas negociações para o abastecimento do comércio internacional. Entretanto, a preocupação com o abastecimento interno de alimentos não aparece enquanto prioridade para este setor. Visto isso, é possível defender a produção do agronegócio enquanto fornecedor de alimentos para a população brasileira? Seus valores coincidem com os valores democráticos da nação? São questionamentos provocadores para retomar a discussão quanto à defesa de um pensamento voltado à Soberania Alimentar popular, proposto por movimentos sociais camponeses. Fabrini aponta que

Mas, para os movimentos camponeses, o agronegócio não é capaz de garantir a produção de alimentos para a nação e soberania alimentar nacional, pois sua principal preocupação é o lucro, a produção de mercadorias. A maior parte do que o agronegócio produz é para exportação e não necessariamente para o mercado interno, o que deixa a nação vulnerável. (FABRINI, 2017, p.63)

Ao propor a Soberania Alimentar nacional é preciso ter como pilar sobre a produção de alimentos o abastecimento da população interna, com alimentos produzidos em consonância com as diversas bases culturais e métodos de produção. Bartholl (2021, pp.98-99) aponta que, ao apresentar o documento “*Food sovereignty: world without hunger*” (“Soberania alimentar: um mundo sem fome”) na Cimeira Mundial de Alimentação de 1996, a Via Campesina destaca o papel central daqueles que produzem alimentos, pequenos agricultores e agricultoras camponesas/es, sua crítica à liberalização do comércio e, principalmente a defesa da agricultura quanto provedora primeiramente como fonte de alimentos e nutrição e em segunda instância como item de troca comercial. Em contraposição à forma de produção de alimentos estruturada pelo modelo do agronegócio brasileiro, a Soberania Alimentar frisa a importância da autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego dentro do mesmo, uma menor dependência das importações e dos preços do mercado internacional (CAMPOS, *ibid*, p. 101).

A preservação cultural e de hábitos alimentares de um país são atribuições presentes na concepção para o alcance da Soberania Alimentar. De acordo com a autora supracitada, quando se conceitua Soberania alimentar se associa junto a ela as relações em torno do direito dos povos sobre a autonomia de definir sua política agrária e alimentar, o abastecimento de suas populações e a preservação do meio ambiente (CAMPOS, *ibid*, p.101). A associação intrínseca entre cultura e alimentação neste conceito, baseada na preocupação sobre os modos de produção ecológicos destes, relaciona-a com outro conceito já abordado nesta pesquisa: a Agroecologia⁴⁷.

Como foi abordado anteriormente, a Agroecologia enquanto ciência, prática e movimento, defende a produção agrícola não apenas enquanto produção econômica ecologicamente correta, mas como práticas preocupadas com a alimentação das populações presentes e futuras, de forma sustentável em todas as relações vinculadas à agricultura e a alimentação. A compreensão da multidimensionalidade que a Soberania alimentar abrange é evidenciada no seguinte trecho de Fabrini

A soberania alimentar envolve também temas relacionados ao direito de atendimento das necessidades humanas básicas de alimentação e nutrição; produção e comercialização local dos alimentos, afastando-se da produção de alimentos controlados por corporações transnacionais; contraponto às monoculturas ao afirmar-se na diversidade da produção camponesa; preocupação ambiental e uso de venenos prejudiciais à saúde das pessoas; dentre outras. Portanto, a soberania alimentar possui uma perspectiva mais ampla, para além do sentido nacional, que envolve resistências à imposição aos padrões, hábitos, costumes e modelos alimentares controlados por corporações empresariais capitalistas nacionais e transnacionais. (FABRINI, 2017, p.67)

Dentre os temas os quais a Soberania Alimentar apreende, a concepção dos direitos humanos que atendam às necessidades básicas humanas se conecta nos alimentos. A importância da reforma agrária para a garantia da soberania alimentar e da defesa dos recursos naturais (BARTHOLL, *ibid*, p.99), se conecta à concepção do direito ao acesso à terra, pois a eficiência dos camponeses na produção de alimentos e matéria-prima está associado à necessidade da reforma agrária enquanto promotora da soberania nacional (FABRINI, *ibid*, p.62); o papel essencial das mulheres na luta pela soberania alimentar (BARTHOLL, *ibid*, p.99), sendo elas mobilizadoras importantes nos movimentos de perspectiva feminista⁴⁸ e camponeses na luta pela igualdade de gênero e consolidação com outros movimentos.

⁴⁷ Ver o primeiro capítulo.

⁴⁸ Abordado pela Via Campesina, porém, não é defendido explicitamente por algumas agricultoras devido a certos tabus associados às pautas feministas, embora a prática as pautas das mesmas entrem em concordância com pautas gerais dos movimentos feministas, como a redução das desigualdades de gênero.

A Soberania Alimentar enquanto luta política popular prescreve a factual autonomia alimentar do povo como meio de se alcançar e garantir a Soberania nacional. No entanto, desde sua origem conceitual, sua dimensão compreende uma escala de articulação não apenas dentro de territórios nacionais mas internacionais, o que Bartholl (*ibid*, p.100) evidencia como uma luta por justiça alimentar ou direito à produção como eficaz intervenção política nacional, mas igualmente em rede internacional, como ocorre através da própria Via Campesina. Sendo esta a articuladora do conceito, a Via Campesina⁴⁹ estrutura enquanto pautas incluídas, além das citadas anteriormente, neste conceito de mobilização e auto-organização a priorização da produção agrícola local, acessos aos recursos, preservação da água como bem público, o direito de decisão sobre a produção o consumo, à proteção das importações de alimentos a preços muito baixos, preços agrícolas vinculados aos custos de produção, reconhecimento do papel das mulheres como fundamentais na produção agrícola e na alimentação e a tomada de decisão da população sobre as escolhas de políticas agrícolas (BARTHOLL, *ibid*, pp.100-101).

Posta aqui as diferenças entre a SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) e a SA (Soberania Alimentar), visto que a última abrange diversas pautas importantes para a produção justa de alimentos e a garantia de acesso de alimentos internamente, cabe a reflexão sobre o porquê da predileção dos órgãos institucionais sobre a adoção da SAN enquanto conceito condutor de políticas públicas nacionais e internacionais. De acordo com Fabrini, a preferência engloba exatamente o viés ideológico da Soberania Alimentar, pois

[...] O conceito de segurança alimentar não possui um conteúdo nacional explícito se comparado com a soberania alimentar. Acrescenta-se que, enquanto a segurança alimentar possui um sentido menos ideologizado, defendido por governos, setores oficiais, organismos multilaterais diversos, inclusive perpassando interesses de empresas e corporações capitalistas, a soberania alimentar é defendida por movimentos camponeses e possui conteúdo nacional e classista bem definido. Está implícito no conceito de soberania alimentar um conteúdo político e ideológico vinculado aos movimentos e lutas dos camponeses, fazendo com que soberania alimentar se constitua numa concepção maior do que produzir alimentos e combater a fome. (FABRINI, 2017, p.66)

Ao não se associar a um compromisso de autonomia no abastecimento de alimentos nacional, a Segurança Alimentar e Nutricional se inclina na prática à necessidade eventual ou recorrente de garantir através da importação de alimentos, sendo estes adquiridos independentemente do seu modo de produção, inclusive sendo aceitos alimentos transgênicos e produzidos com agrotóxicos, apesar das críticas tecidas sobre eles. O menor sentido ideológico atribuído a SAN implica diretamente nos interesses de empresas internacionais pois, a partir da defesa das pautas estabelecidas pela SA, se defende igualmente a ideologia política que se dissocia dos interesses do capital privado, contesta as estruturas estabelecidas pelo mercado internacional, da propriedade privada no mundo, das desigualdades de gênero, raça e classe dos diferentes povos. Ou seja, a Soberania Alimentar contesta diretamente as estruturas socioeconômicas que produzem a fome, ao qual a Segurança Alimentar e Nutricional defende que combate, porém, não consegue, ainda que com esforços, a erradicação da mesma.

A partir destas reflexões podemos partir para uma análise mais contemporânea sobre a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar durante o período crítico da pandemia de Covid-19 no Brasil. Enquanto Segurança Alimentar se apresenta de forma internacional no panorama nacional brasileiro, a Soberania Alimentar se apresentou através de articulações locais e globais, como redes tecidas sobre o espaço em busca da construção de um povo assegurado do seu

⁴⁹ Ver mais em: <https://viacampesina.org/en/what-are-we-fighting-for/food-sovereignty-and-trade/> .

direito não restrito à sobrevivência, mas ao direito de existir em tempos de extermínio de vidas acometidas por epidemias e endemias: o Covid-19 e a fome.

3.2 Segurança x Soberania Alimentar na Pandemia

As políticas de Segurança Alimentar no Brasil sofreram reestruturações na última década e, a partir do período da pandemia de Covid-19, passou por modificações significativas que culminaram no desmantelamento e enfraquecimento de estratégias de órgãos institucionais que buscavam a promoção deste objetivo. Como foi abordado anteriormente, o governo Jair Bolsonaro (2018-2022) desmontou órgãos institucionais de combate à fome no país com a extinção do Consea no início do mandato por meio de uma MP, indicando a urgência do projeto político do mandatário em retirar do Estado a obrigação de elaborar estratégias de planejamento de SAN.⁵⁰

Catalisadas pelas consequências salutaras, sociais, políticas e econômicas da pandemia de Covid-19, o Brasil apresentou um agravamento de suas desigualdades sociais, sendo uma delas, a garantia de acesso aos alimentos. O aumento para 33,1 milhões de pessoas em situação de Insegurança Alimentar no país, de acordo com Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (REDE PENSSAN, 2022), expõe o Brasil novamente ao denominado Mapa da Fome. Deste modo, as estratégias institucionais de mitigação das condições materiais para sobrevivência na pandemia não se mostraram efetivas para conter a reprodução das desigualdades sociais. Um país ao qual sua economia é pautada na produção e comercialização de alimentos, com a capacidade de erradicar com a fome no próprio território nacional, apresenta simultaneamente o aumento de pessoas de Insegurança Alimentar e nutricional, que tem enquanto cotidiano a incerteza sobre a próxima refeição que terá.

A Insegurança Alimentar e nutricional se expressou durante a pandemia sobre a população não apenas em critérios de renda, visto que as desigualdades sociais não se limitam às relações materiais de renda. Como foi debatido anteriormente no segundo capítulo, as famílias que apresentaram o aumento da sua Insegurança Alimentar e nutricional foram aquelas de baixa renda, porém, simultaneamente, famílias chefiadas por mulheres e famílias negras apresentam os maiores índices de 2020 para 2021 (REDE PENSSAN, 2022). Esta realidade nos mostra que a pandemia impactou no agravamento das desigualdades já existentes da sociedade brasileira, entretanto, o Estado enquanto responsável pela garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania da sua nação tem enquanto culpabilidade a ineficiência da gestão nacional para a contenção destes danos.

Compreende-se que as decorrências da pandemia de Covid-19 se aparentam imprevisíveis e inevitáveis dado que não havia precedentes para o enfrentamento do novo vírus. Entretanto, as estratégias do governo federativo se mostraram ineficientes para o enfrentamento da doença e da contenção dos danos nas áreas subsequentes ao qual a mesma impactou, na medida em que a comunidade internacional demonstrava esforços e recomendações de gestão da pandemia e as mesmas não foram amplamente adotadas e difundidas pela gestão Bolsonaro, o que fragmentou as ações dentro do território brasileiro, com estados adotando estratégias e táticas próprias, institucionais ou não, de acordo com sua compreensão sobre a crise instaurada. Dentre estas ações podemos citar a desconexão de controle de barreiras sanitárias entre municípios e estados, a oferta de estruturas de hospitais de campanha, materiais, testagens e, principalmente, do acesso, produção e agendas de imunização da população, feitas de forma

⁵⁰ Ver o segundo capítulo.

independente pelos próprios municípios e estados, o que causou um atraso do país perante o mundo na campanha de imunização contra a Covid-19⁵¹.

Assim como aparentou-se como imprevisível as consequências da pandemia na economia, igualmente tentou ser mostrado os problemas relacionados ao acesso de alimentos. No entanto, como foi demonstrado no capítulo anterior a este, o desmonte dos órgãos institucionais e das estruturas políticas de combate à Insegurança Alimentar e nutricional antecede à pandemia. Iniciado no governo Michel Temer e intensificado no governo de Jair Bolsonaro, esse desmonte teve por objetivo atender às demandas políticas e econômicas do capital privado nacional e internacional, que passam a ter maior domínio das esferas econômicas da sociedade através da "ausência" do Estado.

A Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de Covid-19 no Brasil apresentou no contexto nacional uma derrocada das medidas para garanti-la. Como debatido anteriormente, as estratégias institucionais não foram suficientes para o combate à fome no país neste período, decorrente também do projeto de desmonte de políticas públicas características de governantes anteriores de oposições políticas do governo atual.

Ainda que a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar sejam apresentadas intrínsecas à uma noção de Soberania do Estado-nação e suas instituições de garantia dos respectivos objetivos, as ações de Soberania Alimentar se desenham em outras articulações táticas e estratégicas. Então ontem elas estavam? As ações de Soberania Alimentar se apresentaram neste período no cotidiano da população, nas articulações dos movimentos sociais organizados em escalas locais, regionais e nacionais, em busca de promover os objetivos do conceito mobilizador de práticas. Oriunda dos movimentos sociais, as ações identificadas em defesa da Soberania alimentar durante o período de combate à pandemia de Covid-19 no Brasil igualmente se originaram de demandas populares, organizadas de distintas formas, porém, se apresentam no cotidiano em ações que, por vezes, não são identificadas pelos órgãos institucionais que rastreiam a situação alimentar e as táticas cotidianas de sobrevivência desenhada no período.

Na realidade cotidiana, as diversas ações de combate à fome e de defesa dos direitos sobre a alimentação, gestão dos recursos naturais e da segurança justa sobre a produção, acesso e consumo de alimentos surgem através destes movimentos mas, igualmente, das ações de apoio mútuo e solidariedade através da "flexibilidade tropical" e "da arte da sucata" (CERTEAU, 1998; SANTOS, 2017). A compreensão da dimensão das estratégias e táticas de busca de Soberania Alimentar não se alcança caso os objetivos e as pautas intrínsecas à Soberania Alimentar não sejam pauta de investigação ou de políticas. Ou seja, estas ações cotidianas que buscam, propositadamente ou não, a Soberania Alimentar e, conseqüentemente, a Segurança Alimentar, não são identificadas nas diversas pesquisas em torno do acesso à alimentação visto que as relações por trás das relações da produção, escoamento e consumo dos alimentos não são prioritárias para as políticas públicas que visavam a seguridade da alimentação.

Identificar os diferentes arranjos cotidianos estabelecidos na produção do espaço requer o entendimento de que a realidade possui diferentes possibilidades em torno da relação entre os sistemas de ações e objetos. A investigação destas ações deve compreendê-las enquanto modificadoras de associações em diversas escalas. Visto isso, a ação desta pesquisa sobre as relações estabelecidas até aqui compreende a não neutralidade científica durante o processo,

⁵¹ Alguns destes apontamentos foram feitos no segundo capítulo da presente dissertação, porém, novos detalhes associados principalmente às estratégias de imunização relacionam-se às questões políticas e econômicas e de rede *fake news*, investigadas em Comissão Parlamentar de Inquérito intitulada como CPI da Pandemia. O relatório final confirmou as suspeitas de estratégias da gestão do governo Bolsonaro de superfaturamento de medicamentos e vacinas nas tratativas durante a pandemia. Para mais detalhes ver em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>;

onde as vivências construídas antes, durante e depois deste processo possuem posições políticas militantes. Acerca deste processo entende-se enquanto uma investigação militante, que trabalha com "[...]uma relação multidimensional e multiescalar (em termos espaciais e temporais) de ciclos maiores e menores que constantemente (re)relacionam prática e teoria" (BARTHOLL, 2018, p.24). Enquanto a compreensão multiescalar espacial, pretende-se aqui as relações estabelecidas entre a Baixada Fluminense e o contexto nacional, porém, a apreensão da pesquisa enquanto ação militante que conecta a sua prática e a teoria e suas diversas faces possui premissas que englobam os objetivos da pesquisa e da ação prática.

Enquanto ciência, a Geografia precisa seguir paradigmas que a ratifique enquanto tal: definição de objeto, método, metodologia da pesquisa elaborada pelos sujeitos. Entretanto, como serão estabelecidas as relações entre eles cabe a ser abordada, principalmente na relação do sujeito-pesquisador com o seu "objeto" e como se estabelece esse diálogo. De acordo com Bartholl (2018, p.115), "ao pôr as Geografias em movimento e investigar em ação, entramos em diálogo com uma diversidade de sujeitos e saberes, e ganha importância numa perspectiva emancipatória, qual relação estabelecemos entre esses saberes", o que se expressa na forma que compartilhamos e geramos os saberes. Esta compreensão nos permite apreender igualmente que a diversidade encontrada ao se estabelecer uma pesquisa militante é que, através dela, também é preciso se estabelecer diálogos não hierárquicos neste processo para que assim haja a perspectiva emancipatória. Sobre esta perspectiva, o autor explicita seu objetivo no seguinte trecho

Pensar e teorizar com o desejo e objetivo de contribuir com processos (auto)emancipatórios significa conectar-se com esse amplo campo de (auto)críticas *sem* com isso e muito mais *para não* reproduzir a supervalorização do saber científico, ocidental-dominante em geral e independente de sua natureza, crítica ou não, para superar relações de dominação e colonialidade do saber (BARTHOLL, 2018, p.119)

Para uma ruptura do paradigma de dominação do saber científico na ação da pesquisa é necessário o exercício não apenas da crítica sobre o contexto ao qual se pesquisa, mas da própria do(a/e) próprio(a/e) na ação enquanto sujeito(a/e)-pesquisador(a/e). Primeira apresentada enquanto "movimento de desconstrução" da superioridade do saber científico e rompimento de paradigmas dominantes, Bartholl aponta para um "movimento de abertura" e contextualiza

De certa forma, uma consequência possível do primeiro [movimento de desconstrução], desconstruindo a (auto)supervalorização de nossos saberes acadêmicos, podemos nos propor ao encontro (des-hierarquizado[r]) de saberes populares, saberes periferizados. Se uma forma pela qual a ciência produz conhecimento impede o diálogo, é preciso desconstruir esta forma e construir uma outra em seu lugar, um movimento de des-reconstrução para possibilitar a geração de saberes científicos que estão abertos ao diálogo. É um movimento onde ativamente propiciamos e participamos de encontro com saberes que são invisibilizados e que vão continuar a sê-lo pelo olhar dos saberes das classes dominantes, dos centros (e nossa intenção certamente não é a de torná-los visíveis e facilmente decifráveis diante deste olhar, mas de buscar formas de diálogo que possam fortalecer estes saberes e suas práticas) (BARTHOLL, 2018, p.124)

A construção de saberes científicos que possibilitem o diálogo entre os diferentes saberes periferizados dos espaços de dominação, acadêmico e econômico, deve ser pautada em um diálogo para que fortaleçam as ações estipuladas no cotidiano, tática e estrategicamente. O diálogo entre os saberes, dentre eles os saberes das zonas dos saberes e dos não-saberes, ou seja, do que é considerado zonas de produção de saberes e conhecimentos e aqueles que não o são, respectivamente, se apresenta como possibilidade mais através do aprendizado das zonas

do ser (universidades) com as zonas do não ser (os quais pesquisamos) do que ter o que ensinar e, segundo o mesmo o encontro de epistemes, que envolve o “movimento de aproximação/abertura”

[...] não se dá de forma natural e não vai ser meramente por boa vontade ou através de boas palavras que estabeleceremos uma outra relação entre saberes. É algo que podemos defender na escrita e na fala, como ideia, mas que se materializa somente uma vez buscando a prática.

O lugar do encontro horizontal e aberto entre saberes, assim, é o próprio movimento de luta, é a luta em movimento, em processos coletivos e nos movimentos sociais. Saberes emancipatórios somente o são onde há (e quando propiciam/reforçam relações emancipatórias, onde nos encontros e nos debates cada um(a) tem seu momento de fala e opinião e onde todas e todos decidem juntos(as) sobre os rumos a serem tomados juntos(as), enquanto coletivo/movimento, e não há ninguém que decida sobre o rumo do outro (BARTHOLL, 2018, pp.128-129)

O movimento de aproximação entre estes saberes, enquanto pesquisadora militante em defesa da alimentação enquanto ação política, com os agricultores da Baixada Fluminense como investigação da pesquisa se dá nesse sentido. Durante a reaproximação com os movimentos sociais da agricultura na Baixada foi perceptível de início a diferença entre estas aproximações. O afastamento se deu primeiramente devido ao isolamento físico da pandemia de Covid-19 e, em seguida da tentativa de conciliar a pesquisa com a vida profissional enquanto professora-pesquisadora no Brasil, ambos de comum conhecimento sobre suas dificuldades de se harmonizar no atual contexto do país. A reaproximação com os agricultores aos quais eu já havia estabelecido relações de afeto e apoio das lutas se deu aos poucos com a flexibilização das atividades públicas das feiras agroecológicas, principalmente da Feira da Roça de Nova Iguaçu.

É preciso aqui frisar que o retorno do contato com os agricultores ficou restrito principalmente às atividades associadas à Universidade, visto que, devido à pandemia, as atividades presenciais da instituição ficaram restritas até o início de 2022, o que impactou no contato direto com os agricultores da Feira da Agricultura Familiar do Instituto Multidisciplinar, que retornou à sua atividade somente no mês de setembro de 2022. Além disso, o contato com os agricultores que participam da Feira da Roça de Nova Iguaçu foi novamente restrito devido aos conflitos de horários do trabalho, da pesquisadora e dos agricultores. Ainda que com encontros agendados com o Sr. Elias, coordenador da Feira, o contato com os agricultores foi limitado diretamente pela dinâmica da feira, sempre agitada e com trabalho a ser feito, o estabelecimento do diálogo foi delimitado pela dinamicidade do espaço urbano.

Entretanto, a aproximação com novos movimentos sociais aos quais não havia contato anterior à pandemia ocorreu de forma cautelosa, porém, através do diálogo com o Coletivo Terra, formado por agricultores do Assentamento Terra Prometida, localizado entre os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, se estabeleceu aberta ao que eles poderiam me ensinar sobre suas vivências. A aproximação com o Coletivo Terra Prometida ocorreu através do contato durante o encontro com uma de suas integrantes, Bia, na Festa do Agricultor em 28 de julho de 2021 (IMAGEM 8), que ocorreu na Feira da Roça de Nova Iguaçu, onde ela passou o contato do Coletivo através do *site* de encomenda de cestas dos seus produtos. Através deste, contatei o coletivo através do seu *WhatsApp* e assim pude marcar o encontro em 2022 com o Coletivo.



Imagem 8: Festa do Dia do Agricultor.
Data: 28 de julho de 2021. Fonte: Autoria Própria.

No dia do encontro, devido ao incidente do tombamento do trator, os integrantes do coletivo precisaram se ausentar da sede para recuperar o equipamento. Fui recebida pela Mariana e Thiago, integrantes jovens recentes do coletivo, sendo a primeira a qual estabeleceu o contato comigo por meio virtual, sendo também a representante da Comunicação do Coletivo. Ela me apresentou a sede do Coletivo e sua parte do terreno (IMAGEM 9) e contou sobre os projetos de recuperação da área degradada devido às atividades de extração de areia, da implementação de sistemas agroflorestais e do plano de construir sua casa através de técnicas de bioconstrução e sobre o interesse na existência de algum projeto da Universidade sobre esta técnica.



Imagem 9: Lago formado por extração de areais.

Data: 20 de abril de 2022. Fonte: autora.

Logo após fui apresentada ao Amaro, jornalista e um dos primeiros agricultores fundadores do Assentamento Terra Prometida. Ele é o representante de Relações Públicas do Coletivo e o responsável em resolver as questões entre o público e o Coletivo. Amaro fez diversas perguntas sobre meu interesse em conhecer e contatar o Coletivo. Entendendo que o “enquanto acadêmicos/universitários, um problema é de onde estamos vindo, centros de produção de saberes institucionalizados e hierarquizadores, e o nosso grande desafio é aprender a escutar antes de falar e ser ouvido” (BARTHOLL, 2018, p.130), assim como foi solicitado, contei sobre a minha trajetória enquanto geógrafa e professora, minha interação com outros agricultores da Baixada e como foi o despertar do meu interesse pela agricultura na Baixada Fluminense. Igualmente apresentei meu projeto da dissertação, expliquei sobre as burocracias da pesquisa associadas à instituição, os objetivos da pesquisa e a proposta de entrevistas com os agricultores do coletivo (ANEXO A). Ele me indagou igualmente sobre a metodologia a qual eu havia escolhido para endossar a pesquisa e manifestei a ele sobre a inspiração na compreensão da pesquisa militante (BARTHOLL, 2018), apresentada igualmente aqui. Fui questionada sobre como conciliaria com meu trabalho e me dispus a participar em dias específicos, o que me fez refletir sobre as possibilidades e limitações das minhas ações durante a pesquisa.

Após sanar todas as dúvidas a respeito das intenções sobre a pesquisa, Amaro começou a contar sobre a história do Coletivo e eu o escuto, pois, a partir disso se inicia de fato a ação da pesquisa militante uma vez que,

Neste mesmo sentido, nosso saber científico continuamente tenderá a hierarquizar, a se ver num lugar de saber mais potente ou mais relevante, e precisamos construir relações entre sujeitos e saberes em movimento que permitam detectar estas tendências e destituir seus efeitos hierarquizadores a cada etapa de um processo de ação e reflexão, de prática e investigação; precisamos, sempre, reaprender a dialogar para poder contribuir com um diálogo de saberes.

[...] Somente a abertura do saber teórico, portanto, pode tornar possível um diálogo de saberes, no qual o saber científico entra em uma relação de “saber entre saberes”, um “saber-com”: (BARTHOLL, 2018, p. 131- 133)

A abertura teórica que propõe-se aqui envolve igualmente propor reaprender o diálogo com os responsáveis pela luta pela Soberania Alimentar multiescalar, em prol de um objetivo nacional e internacional, porém agindo igualmente no cotidiano e nas diversas escalas dentro da Baixada Fluminense e além da mesma. O diálogo de saberes aqui convida a construção de elos entre os “saberes-fazer” e os “saberes-com”. Segundo Bartholl (2018, pp.134-137), os

saberes-fazerem são aqueles que “dão conta do real” de forma específica e contextualizada, que nascem da ação em comum ou do acompanhamento próximo e horizontal de fazeres, enquanto os saberes-com se constituem através do diálogo com os saberes-fazerem emancipatório. Porém, não são um saber da autoemancipação, pois somente se estabelecem enquanto autoemancipatórios quando “gerado diretamente na ação das classes periféricas em luta, com saber prático e vivo” (BARTHOLL, *ibid*, p.137). O entendimento dos saberes enquanto emancipatórios se apresenta nas práticas dos agricultores da Baixada Fluminense e, através do diálogo de saberes, pretende-se transformar os saberes construídos na presente pesquisa em saberes-com que colaborem com a construção enquanto e de saberes emancipatórios.

3.3 Estratégias e táticas dos agricultores no contexto de pandemia: a organização dos agricultores sobre a questão alimentar na Baixada Fluminense

A agricultura na Baixada Fluminense constituiu-se através das lutas camponesas, urbanas e periurbanas, pelas famílias e pelo direito de existir nos territórios. As lutas cotidianas pela produção agroecológica de alimentos, pela gestão dos recursos naturais, da garantia dos direitos, do reconhecimento das mulheres na Agroecologia e na alimentação, são algumas lutas que não surgem na discussão sobre a Segurança Alimentar ou enquanto fatores indispensáveis nas estratégias de fornecimento de alimentos seguros na lógica nutricional e sanitária, para uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável (CAMPOS, 2014; SILVA, 2020; COSTA, 2021; REZENDE, 2022, p.89).

Estas ações cotidianas, táticas e estratégicas, são indispensáveis para assegurar os alimentos, porém, como foi abordado anteriormente, a Segurança Alimentar prevê maior neutralidade de viés político para suas ações estratégicas. Apesar disto, não há dissociação destas lutas do seu objetivo político: a defesa dos direitos do povo visto que, a defesa pela decisão sobre suas existências é indissociável das decisões políticas para a execução destas ações que se dão no cotidiano.

A Soberania Alimentar, enquanto o direito da manutenção e do desenvolvimento da própria capacidade do povo de produzir alimentos em bases camponesas, respeitando a diversidade cultural e os métodos de produção (FABRINI, *ibid*, p.63), se vincula às ações cotidianas táticas e estratégicas dos agricultores da Baixada Fluminense como propósito dos seus objetivos coletivos multiescalar. Compreender a diversidade cultural e os métodos de produção dos agricultores(as) é compreender a diversidade dos saberes-fazerem e saberes-com que dialogam no espaço da Baixada Fluminense através das rel(ações) do cotidiano dos mesmos e, desse modo, buscam promover a Soberania Alimentar nele. Deste modo, o diálogo de saberes, tecido no espaço, constrói não somente a presente pesquisa mas igualmente as ações táticas e estratégicas dos agricultores da Baixada, que produzem o espaço através da associação com os sistemas de objeto.

Entretanto, vemos que os dados institucionais trazidos aqui não nos mostram as referidas ações táticas e estratégicas estabelecidas pelo cotidiano. Isso decorre do ponto de partida e de vista do olhar da constituição do saber-sobre, de dominação, e qual transformação se vislumbra como base enquanto sujeitos em movimento (BARTHOLL, *ibid*, p.138). Ou seja, o saber constituído por diversas vezes na pesquisa e no levantamento dos dados se constrói enquanto um saber de dominação sobre algo, através de uma visão de “cima”, de Estado, descolado da realidade cotidiana e do território, que é abstrato e fragmenta a mesma realidade. Porém, a existência destes saberes possibilita a formulação de práticas de resistências às mesmas e, assim, a construção de saberes-com emancipatórios e autoemancipatórios, isto significa que impulsiona a construção de saberes orientados pela prática, de autoconhecimento e

reconhecimento para a emancipação, de modo interdisciplinar, localizado e integrado à coletividade e às subjetividades (BARTHOLL, *ibid*, pp.138-139).

O diálogo de saberes estabelecido no espaço do cotidiano enriquece a concepção de diversos saberes intrínsecos às práticas das ações táticas e estratégicas dos agricultores da Baixada Fluminense. Visto isso, a proposta de estabelecer o diálogo de saberes na perspectiva da construção de saberes-com em busca da elaboração conjunta de saberes-com emancipatórios na presente pesquisa busca igualmente romper com a reprodução da formação dos saberes-sobre, que reproduzem colonialidades do saber e na consequente desvalorização dos saberes e experiências locais (CUNHA, 2017). A concepção da construção do saber geográfico através do diálogo de saberes é posta no seguinte trecho

Geografias em movimento buscam contribuir com os movimentos sociais através da construção de saberes-com espaciais, espacializados e que espacializam (olhares, saberes, práticas), que podem ajudar a sensibilizar os sujeitos em movimento pela importância na compreensão da geografia de suas lutas, se fazer presentes no espaço e se utilizar dele como um aliado nas lutas de resistência, construindo territórios da (auto)emancipação. (BARTHOLL, 2018, p.140)

Ao estabelecer o contato em diálogo com os agentes das táticas e estratégias do espaço cotidiano, com os movimentos sociais, é possível compreender e ajudar na produção deste espaço a partir da busca de estabelecer a Soberania Alimentar, a geografia desta luta na Baixada Fluminense aliada às lutas de resistência. Como meio para facilitar o diálogo foi elaborado um roteiro de perguntas, colocado em anexo, que seriam feitas a eles (as) durante o diálogo, o qual foi apresentado previamente, para gravação consentida por meio de uma autorização escrita individual para cada agricultor(a).

Os agricultores que se dispuseram a compartilhar seus cotidianos e saberes fazem parte de dois segmentos da agricultura na Baixada: agricultores/feirantes da Feira da Roça de Nova Iguaçu e agricultores do Coletivo Terra Prometida. Os agricultores da Feira da Roça são em grande maioria agricultores da zona rural e periurbana do município de Nova Iguaçu. A Feira da Roça, estabelecida na Praça Rui Barbosa no Centro do município, possui uma posição estratégica de localização para visibilizar a presença perseverante da agricultura na Baixada. Estratégica em articulações avaliadas desde o início, a Feira possui lugar cativo na praça desde 2009 após pressões e organização dos agricultores associados à Feira para assegurar o direito de ocupar o espaço da praça para a realização da venda dos alimentos. A Associação é formada por agricultores familiares, assentados agrícolas e pequenos agricultores do município de Nova Iguaçu e devem praticar, pelo regimento, modelos agroecológicos e vender produtos de produção direta.⁵²

O Coletivo Terra Prometida é formado principalmente por agricultores e agricultoras do Assentamento rural Terra Prometida, localizado na zona rural entre os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. No Coletivo há agricultores também que não são assentados rurais, mas produtores dos sítios da região, onde a associação enquanto coletivo é uma estratégia tecida pelos mesmos para facilitar principalmente a organização coletiva para a venda dos alimentos e seu escoamento. De acordo com o relato dos agricultores, a história do assentamento começa em Miguel Pereira, caminha para o bairro de Santa Cruz no município do Rio de Janeiro, de

⁵² Alguns detalhes sobre a história da Feira da Roça vem da convivência com os agricultores que participavam da mesma e da FAF-Instituto Multidisciplinar e da pesquisa realizada desde a graduação, trabalhados no trabalho de Monografia para conclusão do curso em Licenciatura Plena em Geografia. A aproximação com os agricultores se iniciou quando comecei a participar do projeto da FAF na Universidade, primeiro como bolsista e depois como colaboradora voluntária do projeto.

onde foram remanejados pelo Incra⁵³ para a localização atual devido a destinação da antiga área do que o acampamento ocupava para o assentamento pelo governo estadual para a instalação da indústria Thyssen Krupp CSA entre 2005 e 2006. A ocupação e infraestrutura da atual área foi construída principalmente através do trabalho do próprio Coletivo, abrindo estradas para o deslocamento dos alimentos e das pessoas, investindo na rede de energia para iluminação pública, fornecimento para as casas e pressionando aos órgãos institucionais o cumprimento dos acordos estabelecidos para a remoção do assentamento de Santa Cruz. O trabalho coletivo se manteve igualmente no período da pandemia de Covid-19 na organização para as vendas e doações destes alimentos.

Estas informações são explicitadas nos relatos dos agricultores que fizeram e fazem parte da edificação do Coletivo Terra Prometida, como é o caso da Rafaela, agricultora de 23 anos, e do Cláudio Amaro, agricultor de 61 anos, que compartilharam comigo suas histórias que se entrelaçam com a do Assentamento.

Desde pequena, sempre tive contato [com a agricultura]. Mas de pegar o meu lote tem uns 5 ou 6 anos. Lote com coisas já plantadas, manga, jaca, perto da serra. O assentamento iniciou em Miguel Pereira e eu tinha meses. De lá foi para Santa Cruz e em 2005, 2006 veio para NI. Daqui de NI que foi feita essa divisão que as fazendas que tinham lá não comportavam a quantidade de famílias que tinham lá. (Rafaela, 21 de abril 2022)

Lá em Miguel Pereira eram 167 famílias. De lá fomos para Santa Cruz com 75 famílias e para cá com 70 famílias. Deu uma diminuída! Veio caindo porque é um processo muito longo. Bota lona, fica esperando, aí vai desistindo da luta. Eu costumo dizer que é uma filtagem: só fica ali quem precisa, quem quer mesmo! Quem não quer não fica! Mas também tinha gente que não queria terra pra plantar, queria especular! Assentamento rural. Sempre rural! Vou te contar um pouco da história do Terra Prometida: a gente ocupa a Fazenda Santana em Miguel Pereira e o INCRA simplesmente vai lá e dá a terra como produtiva e não era produtiva. De lá nós fomos deslocados para Santa Cruz para uma terra que era do INCRA e esse detalhe é bom narrar porque essa terra quando nós fomos é a terra que foi desapropriada na década de 1960 para fazer a Usina Nuclear. Só que ficava próximo à base de Santa Cruz e perto da comunidade. E aí conclusão: a base e a comunidade não deixaram fazer e aí a Usina vai para Angra e a terra fica abandonada desde então e o INCRA direciona essa terra para nós. Ali era bem perigoso pois perto tinham quatro comunidades: uma era o Terceiro Comando, no outro o Comando Vermelho, no outro o ADA e no outro acho que era Terceiro Comando⁵⁴ de novo. Conclusão: era só atravessar a rua que a gente tava no risco! Houveram vários episódios que aconteciam as coisas e não podíamos fazer nada. Não tinha o que fazer! Então a gente vivenciou isso durante um bom tempo. A gente era contra, mas você ia brigar com o tráfico? Se você é amigo de um ou outro... Mas nós acabamos ganhando o respeito porque a gente não se misturou e delimitamos um espaço. Onde nós morávamos eles não entravam. Como a gente não vai lá se meter no território de vocês, vocês não vêm para cá se meter com o nosso. Mas a gente via os conflitos.

Quando é em 2004 nós somos surpreendidos com uma situação: quando o Anthony Garotinho era então governador ele tem contato com a ThyssenKrupp CSA e ela tentou antes se instalar em Pernambuco em um assentamento e eles lá expulsaram eles de lá. Então eles estavam procurando um território para se instalar. Então eles procuram o estado que foi a Brasília e negocia por cima e nós somos surpreendidos com os caras medindo a terra para poder colocar lá a companhia. E aí a gente tentou fazer a negociação para tentar impedir mas aí já era tarde demais! O que nos restou foi tirar o máximo deles! O máximo que conseguimos foi fazer eles comprarem uma terra para

⁵³ Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁴ Milícias atuantes no Brasil, são facções criminosas com conexões com instituições de poder do Estado e atuam como poder paralelo ao mesmo.

a gente e infraestrutura básica que não tem até hoje. Compraram a fazenda mas não tem a infraestrutura básica. Tanto é que vai ter a Audiência Pública aqui que nós vamos cobrar isso deles. (Claudio Amaro, 21 de abril de 2022)

A trajetória do Assentamento Terra Prometida nos demonstra que a formação de espaços de resistência é de negociações constantes, táticas cotidianas e estratégias resultantes de organizações coletivas, associadas também aos movimentos sociais, pois, de acordo com os agricultores, o Assentamento começou fortemente associado à luta do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)⁵⁵. A organização do Coletivo se reestrutura com os impactos da Covid-19 sobre as famílias dos agricultores, no entanto, ela surge através de ações igualmente planejadas para o fortalecimento coletivo, como ocorreu também com os agricultores associados à Feira da Roça.

Com a pandemia, a Feira da Roça de Nova Iguaçu precisou seguir os direcionamentos do município com a interrupção das atividades presenciais como estratégia de diminuição de canais de transmissão do vírus. O fechamento da Feira pelo isolamento físico colocado pelos órgãos institucionais impactou diretamente na renda dos agricultores. Isso é colocado pelo Elias, agricultor de 56 anos e presidente da Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu, em nosso diálogo quando perguntei sobre os impactos da pandemia em suas produções

“A pandemia não impactou só no nosso trabalho mas no mundo todo, né. A nossa Feira aqui ficou fechada por quase 4 meses e depois retornamos com número reduzido. Depois da pandemia ficou muito mais difícil a gente vender por causa da situação financeira que se encontra o país. E a pandemia nos veio, assim, para tirar um pouco do que a gente tinha, a gente já não consegue vender tudo. Financeiramente nós fomos afetados.” (Elias Benício da Silva, 27 de abril de 2022)

A compreensão das dificuldades que se desenharam com o início da pandemia no Brasil explicita igualmente que esta impactou diretamente sobre a sobrevivência financeira dos agricultores de acordo com os mesmos. As feiras agroecológicas são o principal meio de escoamento dos seus produtos e da sua fonte de renda e a inatividade das mesmas gerou problemas financeiros para os agricultores da Feira pois, segundo Elias, a maioria dos agricultores recorreram durante a pandemia o Auxílio Emergencial pois estavam contemplados através do DAP⁵⁶ e do CadÚnico⁵⁷.

Apesar do isolamento físico estabelecido pelas barreiras sanitárias, o isolamento social não foi algo que se concretizou enquanto isolar as ações coletivas entre os associados da Feira como os mesmos compartilharam

o número de vendas voltou reduzido. Teve mês que nós não vendemos nada. Teve vez que chegamos e tinham 4 agricultores e esses eram responsáveis em trazer os produtos daqueles que não podiam vir: com mais de 60 anos, tinham alguma doença, não podiam se expor por causa da Covid. Então a gente ficou isolado e com a união da Feira da Roça, da associação, a cada semana eram escaladas 4 pessoas para vir vender as mercadorias. (Elias Benício da Silva, 27 de abril de 2022)

A organização de escalas dos agricultores na Feira da Roça de NI se apresenta aqui enquanto estratégia cotidiana uma vez que os agricultores agiram de forma estruturada para retornar às suas atividades e resguardar os seus entes conhecidos e protegê-los da exposição à

⁵⁵ A vinculação do Coletivo ao MST aparece de forma dúbia, pois, em alguns relatos os agricultores afirmavam que o Assentamento era vinculado ao movimento social e outros afirmavam o contrário.

⁵⁶ Declaração de Aptidão ao Pronaf do Governo Federal;

⁵⁷ Cadastro Único do Governo Federal.

letalidade do vírus, principalmente a parcela considerada de risco, como idosos, hipertensos, diabéticos e imunodeficientes.

As estratégias tecidas pelo Coletivo Terra Prometida são acionadas com ações diferentes, porém, como dito anteriormente, com o objetivo de fortalecer a coletividade. Os agricultores que participam do Coletivo relataram que, durante o período mais crítico da pandemia, entre 2020 e 2022, eles organizaram o escoamento dos seus produtos a partir do fornecimento de cestas com os alimentos que produziam, para vender e para o fortalecimento de ações solidárias do cotidiano, associada a outros coletivos, como a Coalizão Negra Por Direitos Humanos⁵⁸, e solidariedades coletivas cotidianas. Os relatos das agricultoras Rafaela, 23 anos, e Marilza, 55 anos, explicam com propriedade a importância destas ações para os envolvidos

[Sobre o impacto da pandemia para a Agricultura] Assim, tem sempre vantagens e desvantagens. Ano passado a gente teve essa experiência de entrar no projeto junto com a Coalizão Negra e o Movimenta Caxias⁵⁹ que eles estavam fazendo doação de cestas nas favelas do Rio de Janeiro para auxiliar até mesmo nesse momento de dificuldade. E a gente pode participar levando nossos produtos para a mesa dessas pessoas. Assim, foi muito complicado nessa pandemia a gente conseguir se adaptar, mas a gente conseguiu mais ou menos seguir bem, né. (Rafaela, 21 de abril de 2022) Teve muita doação do assentamento para pessoas que não tinham. Eu na época consegui bolsas de alimentos para os meus filhos, que meus filhos passaram apertados. Na época meu filho tinha duas crianças e minha filha também tinha duas e na época ele tinha só um serviço que ele faz no dia a dia e não é um serviço fixo. Então conseguimos ajudar a todos no período que precisou. (Marilza, 21 de abril de 2022)

Estas estratégias organizadas pelos agricultores buscam a garantia dos seus objetivos e direitos enquanto movimentos sociais, em defesa da garantia do acesso de famílias pobres aos alimentos, da preservação cultural, e de hábitos alimentares, e com eles os diferentes saberes-fazer e saberes-com utilizados nos seus modelos agrícolas, imprescindíveis para o alcance da Soberania Alimentar, associada à autonomia em definir sua política agrária e alimentar baseadas na preocupação igualmente nos preceitos ecológicos destes, que aqui aparecem enquanto prática, ciência e movimento: Agroecologia⁶⁰.

A Agroecologia é um tema recorrente no discurso e na prática dos agricultores da Baixada Fluminense. Enquanto tema que abrange a diversidade das práticas agrícolas promovidas na agricultura da Baixada, associando saberes-fazer nas vivências na lavoura, com a família, pelo diálogo com outros agricultores e igualmente e com os ditos saberes científicos. Estas relações ficam explícitas nas falas dos agricultores

a gente não usa agrotóxicos, usa apenas esterco que a gente aprendeu a trabalhar na Agroecologia. Na escolinha de Agroecologia na EMATER que nos ensinou a trabalhar com material só da própria terra, sem químicos. (Elias Benício da Silva, 27 de abril de 2022)

Sim, quando eu me insiro no grupo Semente da Terra a questão da saúde tá muito ligada à questão do meio ambiente. Muitas pesquisas que já foram feitas com ervas medicinais foram encontrados resíduos de agrotóxicos na planta. E aí uma coisa que seria para curar tá carregado de substâncias nocivas. Aí eu comecei a questionar: como é que a gente consegue? Porque a saúde holística abrange várias áreas e a ambiental é uma delas. Tanto é que, citando o Leonardo [Boff], eu sou muito apaixonada por ele,

⁵⁸ Ver em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>.

⁵⁹ Ver em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/organization/movimenta-caxias-collective>.

⁶⁰ Ver o primeiro capítulo.

“a gente tá doente porque a terra está doente!” Então com isso eu tive a oportunidade de fazer o curso ambiental pela Fiocruz, pela Escola Politécnica. Eu fiz o “Saúde Ambiental”. Nesse curso de saúde ambiental a gente já trabalhava com técnicas agroecológicas. Na verdade, a gente é agroecológico e não sabe! E quando você aprende é que você sabe o que é. Foram 2 anos e nesse ínterim, os movimentos sociais já lutavam através do PRONERA, para Rural lá de Seropédica aceitar os agricultores para terem uma formação dentro do programa de Ensino da Reforma Agrária. E a gente fazia parte desse processo pela CPT de diálogo pela Universidade. Só que tinha que ter professores que abraçassem a causa que topasse assumir o ensino. Foi aí que com a Roberta Lobo, com a Marília, que também são da FAF, aceitaram abrir uma turma. E aí eu já tinha essa formação da saúde ambiental e também como um manifesto contra a Universidade. Porque, assim: era uma Universidade Rural mas não tinha filho de agricultor, a não ser de fazendeiro, como foi no fundamento. Então os filhos dos agricultores queriam esses direitos. Então o meu interesse em fazer a Educação do Campo com habilitação, que naquela época já era cara a habilitação em Agroecologia, foi para também uma questão política de peitar a Universidade. Tanto é que as professoras tiveram muita dificuldade porque a gente já vinha com esse conhecimento prático. A gente não tinha uma formação teórica em relação à nossa prática, mas a gente na prática já era agroecológico! Tinha um conhecimento, uma prática. Foi aí que a gente começou a fazer essa ponte e isso enriqueceu muito a gente para teorizar a nossa prática. Tanto é que a nossa pesquisa de extensão foi feita a partir de nossas práticas que a gente já tinha na área. E aí dos professores trazerem e adaptar essa metodologia para uma prática, porque era ao contrário né. Porque a Universidade fazia o contrário. E aí foi nesse processo de querer entender como é que a gente entende esse processo mais amplo da saúde. Como é que a gente usa uma substância de uma planta e não cuida do ambiente que eu vivo? Não procura cuidar de um rio, de um lixo e de uma prática que seja saudável para o meio ambiente e ampliar para o horizonte.

(Deborah, 22 de fevereiro de 2022)

A gente não tem muito a definição de Agroecologia mas a gente trabalha com ela. Porque a gente produz alimentos agroecológicos sem veneno, saudáveis. E aí com o tempo a gente vai aprendendo esses conceitos. Porque, assim, as agroindústrias trabalham com a questão do agrotóxico, de alimentos transgênicos na plantação. E a planta depende muito do clima às vezes, da temporada que ela tem produção. E na agroecologia a gente vai aprendendo que tem agricultura que não vai bem no frio, outra que não vai bem no calor. Então com o tempo a gente vai aprendendo. (Rafaela, 21 de abril de 2022)

Os relatos nos mostram as relações frutíferas da Agroecologia enquanto uma ciência, prática e movimento em busca da produção que respeite a natureza, a saúde e o bem estar dos agricultores e consumidores dos alimentos através dos diálogos entre os diferentes saberes que se estabelecem nos cotidianos, nas táticas e nas estratégias cotidianas dos agricultores. As diversidades dos saberes se associam aos sabores nas diferentes culturas produzidas na agricultura agroecológica da Baixada, com diferentes gêneros alimentícios que estes agricultores e agricultoras plantam em suas lavouras. Dentre estas diversidades apareceram nos relatos a produção de frutas como jaca, acerola, laranja, limão, tangerina, banana; tubérculos, principalmente as diversidades de batatas doce e aipim; leguminosas, como feijões (IMAGEM 10), hortaliças, alface, couve, bortalha, ora-pro-nóbis (IMAGEM 11); ervas medicinais e fitoterápicas e produtos de origem animal como ovos, leite, queijo, mel silvestre e manteiga artesanal.



Imagem 10: Colheita de feijão secando na sede do Coletivo Terra Periférica.
Data:21 de abril de 2022, Autoria própria



Imagem 11: Produtos do Coletivo Terra Periférica.

Data: 20 de março de 2022. Autoria: própria.

A produção da diversidade das (agri)culturas de forma agroecológica e que respeita os diferentes saberes necessários são frutos de estratégias e táticas desempenhadas no cotidiano dos agricultores e agricultoras da Baixada. Elas aparecem fundamentais para a Soberania Alimentar e para a Segurança Alimentar a partir da segurança da oferta da diversidade de alimentos nos espaços e canais de distribuição de alimentos na Baixada Fluminense. Uma estratégia que se apareceu como destaque para os agricultores e agricultoras com os quais dialoguei foi a realização da organização das cestas agroecológicas do Coletivo Terra. O Coletivo possui cadastro no *site*⁶¹ “Faz a feira” (IMAGEM 12) com a sua conta gerida por integrantes do coletivo para a oferta e recebimento de pedidos dos alimentos disponibilizados pelos agricultores de acordo com as safras que possuem para a semana. Com abrangência para entregas para a Baixada e para o município do Rio de Janeiro, vemos a multiescalaridade da luta pela Soberania Alimentar na Baixada Fluminense para além desta área.

⁶¹ Ver no link: <http://fazafeira.com/coletivoterra;>



Imagem 12: Plataforma do Site Faz a feira - Coletivo Terra.

Data: 05 de novembro de 2022. Fonte: Faz a feira

A associação das atividades da UFRRJ com os agricultores através do projeto de Extensão da Feira da Agricultura Familiar permaneceu durante a pandemia como uma forma de manter a renda dos agricultores e abastecer a população da Baixada com os alimentos agroecológicos. Durante o isolamento físico o projeto da FAF/UFRRJ de Seropédica incorporou o sistema de cestas que já era utilizado pela FAF/UFRRJ - Instituto Multidisciplinar desde 2019, projeto ao qual acompanhei junto aos agricultores da FAF-IM e a agrônoma residente, Renata Bravin, na concepção desta estratégia de escoamento de produtos. Durante a pandemia o projeto de Extensão unificou o escoamento para a encomenda através de um *site*⁶² (IMAGEM 13) gerenciado pelos residentes, e o ponto de coleta das cestas era na UFRRJ - Seropédica e, após demanda de clientes fidelizados do Instituto Multidisciplinar no ano anterior, foi organizado também o escoamento feito pelos agricultores para o ponto de coleta no Instituto em Nova Iguaçu, e aqueles que não poderiam buscar no Instituto poderiam solicitar ao Éder, motorista de aplicativo que recomendei, para entregar nas casas.

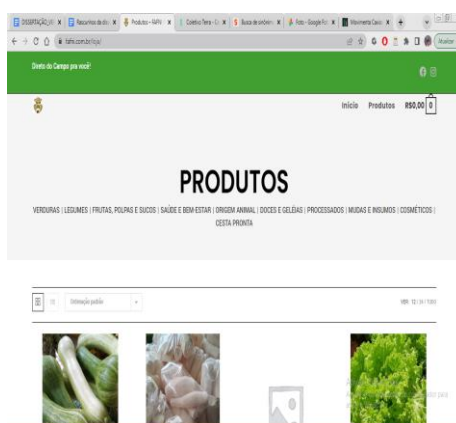


Imagem 13: Site da Feira da Agricultura Familiar.

Data: novembro de 2022. Fonte: FAF UFRRJ.

Alguns agricultores puderam contribuir com o abastecimento de alimentos para as escolas da região. Segundo relatos dos agricultores Cláudio Amaro e Marlon, o Coletivo Terra Prometida pôde fornecer em 2021 alimentos para escolas do município de Duque de Caxias através do PNAE, contribuindo com a alimentação das crianças e jovens que dependiam da

⁶² Ver no link: <https://fafni.com.br/loja/>

alimentação escolar enquanto uma ação de Segurança Alimentar. Entretanto, Marlon salientou uma questão sobre a produção agroecológica e orgânica referente à valorização do trabalho do agricultor através do valor dos produtos: devido aos problemas estruturais de transporte, energia, alagamentos, assistência técnica, ele e outros agricultores perderam muitos produtos durante a pandemia e, por diversas vezes, venderam seus produtos na Zona Sul do município do Rio de Janeiro, área central e mais valorizada do estado, por conta da valorização que seus produtos têm nela e pelo não reconhecimento pelos moradores da Baixada do valor justo cobrado sobre os produtos. Estas relações se estabelecem principalmente pela situação econômica agravada durante a pandemia que reduziu mais o poder de compra da população periférica.

Visto isso, o abastecimento dos saberes através destes alimentos produz o diálogo de saberes através deste sistema de objetos e ações. Os objetos como as vias e meios de transporte e comunicação e os próprios alimentos, que se integram às ações dos agricultores e dos consumidores, ações estas de produção, venda, escoamento e consumo, que se posicionam quanto ao tipo de alimentos que nutrem de fato a população. Ou seja, através dos canais de escoamento dos alimentos produzidos na Baixada há a promoção da autonomia popular em relação aos diversos atributos e escalas em relação à alimentação, de ordem institucional ou não que concebe a Soberania Alimentar⁶³.

Ainda que as estratégias e as táticas autônomas do Estado desempenhadas pelos agricultores da Baixada Fluminense sejam marcantes nos relatos, as presenças e as ausências do Estado também aparecem nos relatos e nas intervenções públicas dos agricultores. Em grande maioria, os agricultores e agricultoras com os quais estabeleci diálogo compartilharam que foram beneficiados pelo Auxílio Emergencial e a importância do mesmo para suprir algumas necessidades do período pandêmico para complementar a renda.

Acho que a maioria da feira que tinha DAP, certificado de registro da agricultura, tinha direito. O Cadastro Único. (Elias Benício da Silva, 27 de abril de 2022)

O Auxílio Emergencial usei para ajudar a minha família porque na pandemia minha esposa quebrou o braço. Compramos remédio pro tratamento com ele (Marlon)

Tive o Auxílio [Emergencial] do governo, do bolsa família, do que eu já tinha e mais esse auxílio emergencial. Isso me ajudou bastante. MARILZA

Entretanto, as ausências se mostraram mais “presentes” do que a presença das instituições e órgãos responsáveis pela assistência dos agricultores da Baixada. Durante a Festa do Agricultor, onde tive meu contato com o Coletivo Terra Prometida e me aproximei dos agricultores da Feira da Roça, realizada em 28 de julho de 2021, os agricultores e agricultoras fizeram do evento um espaço de trocas de afetos e saberes, através das trocas de sementes e mudas durante a mística (IMAGEM 14), e reafirmaram seu espaço na Praça como um espaço de luta, com intervenções de representantes de diversos coletivos e parceiros da luta pela agricultura e a alimentação na Baixada, representantes de diversas religiões, coletivos em defesa dos Direitos Humanos, pela vida da população negra e representantes de instituições de formação, como a UFRRJ e a Emater-RJ. Nela os agricultores pressionaram os representantes da Prefeitura de Nova Iguaçu pela atuação das secretarias na prestação dos serviços aos quais tem dever e compromisso com os agricultores, como assistência técnica, fornecimento de maquinários, investimento nas escolas das zonas rurais, estrutura das estradas, da feira...

⁶³ Fabrini, op cit, pp.63-64;

Demandas essenciais para a vida dos agricultores e para a produção e abastecimento de alimentos para suas próprias famílias e para a cidade.



Imagem 14: Mística da Festa do Agricultor.

Data: 20 de julho de 2021. Autoria: própria

Durante as minhas idas ao Coletivo Terra Prometida os agricultores estavam em organização para a Audiência Pública que seria realizada em abril de 2022 no Assentamento, de acordo com Cláudio Amaro, através de muita negociação e luta, trazida da Alerj para o Assentamento pois ali era um espaço da política também e, se eles agricultores e agricultoras, faziam política naquele território e são maioria em número, o Estado deveria ir até eles fazer sua política. As dificuldades e a ausência do estado é marcante no relato de Marilza

[Como é o trabalho na agricultura] Mais ou menos, porque a gente não tem maquinário. Eu por exemplo, que trabalho com polpa, faço colorau... É tudo artesanal. Tudo mais dificultoso porque eu não tenho maquinário. [Quais são suas expectativas na Agroecologia? São boas?] Bastante! Mas falta o governo nos ajudar com o necessário, né. [Você gostaria de deixar mais algum comentário?] Que os governantes que estão junto com a gente nos respeitem como pessoas. Porque a gente produz, a terra dá e a gente precisa de mais apoio do governo. (Marilza, 21 de abril de 2022)

às chuvas intensas de abril, a Audiência foi remarcada para maio, em um período menos chuvoso, o qual fui convidada pelo Amaro para somar à luta do Coletivo e ao qual fui participar. A audiência ocorreu no dia 20 de maio de 2021 na sede do Coletivo e foi presidido pelos deputados Estaduais Waldeck Carneiro e Dani Monteiro e atuaram na mediação com os representantes dos órgãos institucionais responsáveis pela gestão de infraestrutura do

Assentamento, com o INCRA, ITERJ⁶⁴, Secretaria de Urbanismo de Duque de Caxias, INEA⁶⁵, Emater-RJ. Além dos integrantes do Coletivo estavam presentes também e militantes da causa agrária, com representantes do MST, Movimento dos Pequenos Agricultores, Pastoral da Juventude, Movimento de Mulheres Agricultoras, o Coletivo Agroverde, Comissão de Direitos Humanos, a Sepe-Duque de Caxias⁶⁶.

A Audiência Pública começou com relatos dos agricultores do Assentamento sobre as condições estruturais que viviam desde o início da formação do mesmo e os anos que estão assentados em Duque de Caxias/Nova Iguaçu. A intervenção dos agricultores neste início veio através da cultura com uma música sobre a vida camponesa, interpretada pelo Cosme que convidava a todos a participar do canto sobre a realidade que viviam (IMAGEM 15).



Imagem 15: Intervenção cultural do Coletivo Terra.

20 de maio de 2022. Fonte: Autoria Própria

O tom harmonioso muda quando as mulheres do coletivo intervêm com suas presenças, alimentos, instrumentos de trabalho como cestos e facões, e suas vozes. Surgindo dos fundos da área destinada aos que assistiam à Audiência, elas se posicionam à frente de todos e leem em coletivo à Carta do Terra Prometida (ANEXO B), expressando suas lutas, dores e dificuldades diárias causadas pela ausência dos órgãos institucionais que se comprometeram no passado a atender com a estrutura necessária para a existência das famílias que compõe o Coletivo.

⁶⁴ Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁵ Instituto Estadual do Ambiente.

⁶⁶ Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro.



Imagem 16: Leitura da Carta do Coletivo Terra pelas mulheres agricultoras. 20 de maio de 2022. Fonte: Autoria Própria

As tensões e negociações foram presentes durante a Audiência, principalmente causada pelas questões burocráticas constantemente levantadas pelos representantes institucionais. Porém os agricultores reivindicavam ações que são de direito enquanto assentado e cidadãos que os mesmos devem atender: iluminação pública, infraestrutura básica e educação do campo nas escolas da área rural, abastecimento de água, retirada de invasores dos negócios dos Areas e lixões ilegais das terras do Assentamento, assistência de saúde na zona rural, manutenção das estradas. Ações que por anos ficaram inativas pelo alto grau de setorização das atividades, problemas internos das instituições e o conflito com os interesses do capital privado sobre os territórios, sobre os corpos daqueles que vivem cotidianamente estes problemas.

Durante o evento político foi explanado diversas vezes que os agricultores precisaram agir através de táticas cotidianas por conta própria para suprir a falta dessas atividades: manutenção das estradas, apoio mútuo em relação às crianças para garantia da segurança no trajeto para a escola, no abastecimento de água, na criação de rede elétrica. Os agricultores produzem seu cotidiano constantemente também através da flexibilidade tropical (SANTOS, 2017), porém, isso custou a eles esforços que os cansam, porém não o suficiente para tirá-los da luta. Os resultados desta Audiência (IMAGEM 17) não contemplaram as expectativas do Coletivo, mas abriu maior espaço com agendamento de reuniões com os órgãos responsáveis e o compromisso do acionamento das empresas que não compareceram pelos deputados.



Imagem 17: Audiência Pública no Assentamento Terra Prometida. 20 de maio de 2022. Fonte: Autoria Própria

A Soberania Alimentar, enquanto conceito direcionador de caminhos da produção de alimentos e da agricultura e de contraposição às políticas agrícolas neoliberais⁶⁷, não se limita a um conceito abstrato, mas às ações concretas desempenhadas no cotidiano dos espaços ocupados pela Agroecologia na Baixada Fluminense. Estas ações, estratégicas e táticas, são produzidas por uma diversidade de famílias, pessoas, compostas por corpos que trabalha, sofrem, amam e esperançam no espaço vivido que, através da Agroecologia, alimentem a si próprios e à população com seu trabalho através alimentos produzidos com base no respeito à natureza, ao bem estar das pessoas que os cultivou e ao bem estar da sociedade, que tem o direito de existir. Essas existências são carregadas de saberes, afetos, emoções, lutas e política, que dão sentido à ação de (re)existir. E para (re)existir é preciso comer!

⁶⁷ Campos *op cit*, pp.100-101.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura na Baixada Fluminense, apesar das tentativas de apagamento da sua existência, resiste na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através das lutas cotidianas dos agricultores e agricultoras, dos movimentos sociais e dos laços estabelecidos entre os diferentes agentes que produzem estes espaços. Identificar estas lutas representa compartilhar com a comunidade, acadêmica e com a sociedade, as relações entre os diferentes saberes, construídos coletivamente, responsáveis pela produção dos alimentos agroecológicos e pela reprodução da vida na Baixada.

As estratégias e táticas estão presente nos cotidianos destes agricultores enquanto resistência às imposições dos saberes do sistema-mundo moderno-colonial sobre eles, produzindo o espaço e a resistência dos agricultores e dos seus saberes. As táticas se destacam nas ações cotidianas, antes e depois da eclosão da Pandemia de Covid-19 na Baixada, através das tenacidades e da flexibilidade tropical que os espaços opacos permitem, por meio destas ações desempenhadas pelo e para o coletivo para resolução de problemas pontuais dos seus cotidianos, como as ações desempenhadas propriamente nos diversos espaços agroecológicos das feiras, de produção, através das solidariedades desempenhadas no lugar entre estes agentes.

As estratégias da Agroecologia na Baixada se apresentam como desdobramento das ações táticas dos coletivos e associações agrícolas por meio de suas auto-organizações enquanto movimentos sociais para a luta pela garantia dos seus direitos, através da construção das suas pautas políticas em comum com os interesses das diferentes identidades que compõem os grupos sociais rurais e urbanos, responsáveis pela produção justa de alimentos, ambiental e socialmente. Portanto as táticas estabelecidas no cotidiano, que produzem os saberes-fazeres, ao se articular enquanto saberes-com, através do diálogo de saberes tecido igualmente no cotidiano, se estruturam em estratégias com métodos e metodologias próprias para alcançar seus objetivos políticos coletivos, sendo o principal a relação sobre a produção, escoamento e o consumo de alimentos justos. Com isso, as Feiras agroecológicas e os espaços de produção se reestruturaram estrategicamente através da coordenação e sistematização de suas ações para a produção agroecológica e o escoamento da mesma através das escalas nas feiras, do fornecimento dos alimentos através das cestas agroecológicas, da doação de cestas associados a outros coletivos para população em situação de Insegurança Alimentar, que passava fome nas periferias do Rio de Janeiro.

Neste seguimento, a compreensão das ações dos agricultores agroecológicos da Baixada Fluminense e suas relações estabelecidas no contexto da pandemia de Covid-19 contemplam os objetivos da Soberania Alimentar, visto que, ele se propõe enquanto conceito orientador para produção de alimentos à e agricultura em contraposição às políticas agrícolas neoliberais, baseada na valorização das diversidades culturais e de modos de produção agrícolas, na articulação em defesa da conservação do ambiente e seus recursos e nos direitos das diferentes identidades rurais. Estas bases estão presentes de forma multiescalar nas lutas dos agricultores e agricultoras agroecológicos da Baixada Fluminense.

A base metodológica escolhida para embasar a pesquisa e na consistência de seus respectivos processos contemplou o objetivo geral da pesquisa, visto que ela valoriza os saberes produzidos pelos coletivos e movimentos sociais em luta, no diálogo de saberes de forma horizontal com os movimentos sociais e na perspectiva da pesquisa militante como princípios para o desenvolvimento da pesquisa Geográfica que está em movimento, junto aos sujeitos/as/es das ações do espaço. A pesquisa por intermédio de buscas em *sites* e jornais sobre a Baixada Fluminense e os dados institucionais relacionados à pandemia foi um dos processos desafiadores para pesquisa devido à inexistência de levantamentos institucionais referentes a esta área, como dados precisos da população em situação de Insegurança Alimentar na Baixada.

A reaproximação, devido ao isolamento físico da pandemia e as dinâmicas nas feiras e nos espaços de produção, também foram desafios para a pesquisa, no entanto, os principais grupos que participaram da pesquisa, o Coletivo Terra do Assentamento Terra Prometida e a Feira da Agricultura Familiar, foram receptivos com a proposta da pesquisa e consentiram por escrito em dialogar através de perguntas semiestruturadas que se estenderam diversos assuntos durante os diálogos entre os agricultores e a sujeita/pesquisadora.

O caminho do diálogo e saberes auxiliou no entendimento e da avaliação dos impactos da pandemia nas relações da produção agroecológica na Baixada Fluminense (RJ). A pandemia limitou no seu início o deslocamento dos produtos agroecológicos dos espaços de produção para os espaços de escoamento, o que impactou na renda dos agricultores. Porém, as táticas e estratégias agroecológicas se adaptaram ao contexto com o fornecimento das cestas e as estratégias das escalas com o escoamento dos produtos dos agricultores que não teriam como comparecer às feiras. O conhecimento da existência das táticas e estratégias de organização no cotidiano dos agricultores na Baixada Fluminense enquanto movimento e estabelecimento da luta pela Soberania Alimentar, se difunde através desta pesquisa como ações articuladas de forma multiescalar, com o abastecimento de alimentos para as periferias mas igualmente às áreas centrais.

Como afirmado anteriormente, estas ações em busca de preceitos da Soberania Alimentar se concretizam no cotidiano dos espaços ocupados pela Agroecologia na Baixada Fluminense, porém, são produzidas por uma diversidade de famílias, pessoas, identidades rurais, compostas por corpos que trabalham, se emocionam e esperançam no espaço vivido, em seus lugares. Estes que, através da Agroecologia e dos seus saberes, alimentem a si próprios e à população com seu trabalho com seus alimentos produzidos com base no respeito à natureza, no bem estar de quem os cultivou e ao bem estar da sociedade, que tem o direito de existir. Estes saberes se estabelecem como saberes autoemancipatórios na busca pela defesa da Soberania popular sobre as bases da agricultura e da alimentação. E estas bases, que são alimentadas pelas ações de (re)existências carregadas desses saberes, afetos, emoções, lutas e política, que dão sentido às suas vidas. E como necessidade básica de vida é preciso ter o que comer de forma justa.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. **Salário mínimo de R\$ 1.212 é promulgado.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/02/salario-minimo-de-r-1-212-e-promulgado#:~:text=A%20lei%20apenas%20reitera%20o,no%20dia%2026%20de%20maio..> Acesso em: 7 jul. 2022.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. In: _____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, pp;103-115;

BARTHOLL, Timo. Saberes e sujeitos em movimento. In:_____. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 115-149;

BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos rurais em Nova Iguaçu: pontes entre o passado e o presente. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 131-168;

BRASIL DE FATO. **Aprovado no Senado, auxílio emergencial de até R\$ 1.200 vai à sanção de Bolsonaro.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/30/aprovado-no-senado-auxilio-emergencial-de-ate-r-1-200-vai-a-sancao-de-bolsonaro>. Acesso em: 7 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família.** Acesso em: 2 de abril de 2022. Disponível em:< <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e>>

CAMPOS, M. A. Trajetória do Conceito de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional. In:_____. **Agroecologia: uma alternativa ética para garantir a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional.** Rio de Janeiro, 2014, p.99-101. Disponível em: < <http://objdig.ufrj.br/10/teses/822110.pdf>>. Acesso em: 5 de maio de 2018;

CASTRO, I. R. R. D. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-4, nov./2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2019.v35n2/e00009919/pt>. Acesso em: 7 mai. 2022.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Ed. 10, 1984

CERTEAU, Michel de. Culturas populares. In: _____. **Artes de fazer: a invenção do cotidiano.** 3 ed, Petrópolis: Vozes,1998, pp. 75-90;

_____. Fazer com: usos e táticas. In: _____. **Artes de fazer: a invenção do cotidiano.** 3 ed, Petrópolis: Vozes,1998, pp. 91-108;

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da Costa. A consolidação da Agroecologia no Brasil. In:_____. **Agroecologia no Brasil: História, princípios e práticas.** 1 ed, Expressão Popular: São Paulo, 2017, pp.57-82;

CUNHA, Antonielle Pinheiro da. Diálogos entre Geografia e Agroecologia: reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade. **Terra Livre**, ano 29, v. 2, n.43, São Paulo, 2017, pp.170-205;

FABRINI, J. E. Os Movimentos Camponeses e a Soberania Alimentar Nacional. In: **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 39, 2017, jan/abr, pp. 55-69;

FAO. **América Latina y el Caribe** : Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021. 1. ed. Chile: FAO, 2021. p. 1-62. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/es/c/cb7497es>> . Acesso em: maio de 2022.

IBGE. **Painel de Indicadores Sociais do Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html?view=default>. Acesso em: 7 mai. 2022.

IDEC. **Consea permanece extinto após a manutenção do veto de Bolsonaro**. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro#:~:text=Na%20vota%C3%A7%C3%A3o%2C%20que%20aconteceu%20no,e%20vinculado%20%C3%A0%20sociedade%20civil..> Acesso em: 7 mai. 2022.

Instituto Trata Brasil. Ranking de Saneamento Básico do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2021_v2.pdf. Acesso em: abril de 2022;

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? : A Economia Política do Programa Bolsa Família. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53-83, dez./2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/SPc7rTD3TjSprTSnGrqKJHn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 mai. 2022.

MAIA, Aline Borghoff. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 93-130;

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.); SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense**. EDUR: Rio de Janeiro, 2008;

MENDES, Renato. As paisagens culturais da Baixada Fluminense. **Boletim de Filosofia, Ciências e Letras**. Tese de doutorado em Geografia, CX, nº 4, São Paulo, 1950;

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição; LIMA, Débora Assumpção. Agroecologia: de um campo científico a uma prática anti-hegemônica. In: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (Org.). **Geografia Agrária em debate**: das lutas às práticas agroecológicas. v.42, Jundiaí: Paco Editorial, 2017, pp.167-185;

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). Histórico da Pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos.>> . Acesso em: 01 de fevereiro de 2022;

OUR WORLD IN DATA. **Vacinações contra Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>. Acesso em: 7 mai. 2022.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café & Laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1977;

PINTON, Florence; YANNICK, Sencébé. Soberania versus segurança alimentar no Brasil: tensões e oposições em torno da agroecologia como projeto. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, fev. 2019, pp. 24-46;

PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência norma(l)cho? Sob as escrituras científicas, o Androcentrismo. **Caderno de Ciências Sociais da UFRPE**, Ano 8, v. 2, n.15, jul-dez 2019, pp. 25-52;

REDE PENSSAN. **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. 2021

_____. **II VIGISAN**: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. 2022

REZENDE, Fernando. **ANNA PELIANO**: uma batalha incansável contra a fome, a pobreza e a desigualdade social. 1. ed. Brasília: IPEA, 2022. p. 1-432. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13202-livro-publicado-pelo-ipea-reune-estudos-da-sociologa-anna-peliano?highlight=WyJtYXBhIiwJ21hcGEiLCJmb211II0=>>> Acesso em: set. 2022.

ROCHA, André Santos da; SOUSA, Gustavo Mota de; FORTES, Alexandre; OLIVEIRA, Leandro Dias de. A expansão da Covid-19 na Baixada Fluminense– RJ: seus caminhos e efeitos sociais na periferia. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 38, 2021;

ROSA, Maria Conceição. Escolinha de Nova Iguaçu leva agroecologia à Baixada Fluminense. **Ângulos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-1, out./2020. Disponível em: <https://angulos.crea-rj.org.br/agroecologia-de-nova-iguacu-difunde-praticas-produtivas-sustentaveis-na-baixada-fluminense/>. Acesso em: 7 mai. 2022.

RUFINO SILVA, Marcio. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: debates sobre limites, fronteiras e territórios de uma região. In: **Espaço e Economia**, n. 19, 2020 pp. 1-46. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16343>>. Acesso em: janeiro de 2021;

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: _____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4. ed. 9. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, pp. 61- 88;

_____. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4. ed. 9. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, pp. 313-330.

SAÚDE RJ. Primeiro caso do novo Coronavírus é confirmado no Estado do Rio. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2020/03/primeiro-caso-do-novo-coronavirus-e-confirmado-no-estado-do-rio>> . Acesso em: 03 de abril de 2020

SENADO NOTÍCIAS. **Coronavírus: Senado aprova auxílio emergencial de R\$ 600**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>. Acesso em: 7 mai. 2022.

SILVA, José Graziano da. IREE Escola. **O impacto da pandemia na Segurança Alimentar: Brasil e América Latina**. 2020. Disponível em: <<https://segurancaalimentar.club.hotmart.com/>>. Acesso em: abril de 2021.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 169-204;

UNASUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20I%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia.>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

6 ANEXOS

Anexo A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa desenvolvida para titulação de Mestre em Geografia

Tema: Em busca de Soberania Alimentar: reorganizações da Agroecologia na Baixada Fluminense (RJ) no contexto da pandemia de Coronavírus

Mestranda: Mariane do Rosário Silva

Orientadora: Dr^a. Roberta Carvalho Arruzzo

1. Apresentação das credenciais do trabalho;
2. Apresentação do termo de consentimento;
3. Qual seu nome?
4. Qual a sua idade?
5. Você poderia contar um pouco da sua trajetória de vida?
6. Quando você começou a trabalhar com agricultura?
7. Como você interpreta o que é a Agroecologia no seu contexto de vida?
8. Como você enxerga o seu papel enquanto trabalhador(a) rural/urbana na sociedade?
9. Como as suas relações com outros agricultores e consumidores eram antes da pandemia? Como elas se estabeleceram durante a pandemia?
10. Você estabeleceu novas formas de conexão com estas pessoas?
11. Como a pandemia impactou no seu trabalho?
12. Você teve algum tipo de auxílio ou ajuda de âmbito governamental ou de coletivos, vizinhos neste momento da pandemia para seu trabalho? Poderia contar como foi esta experiência?
13. Durante o momento da pandemia presenciamos a nossa sociedade retornando a problemas de acesso às necessidades básicas, inclusive aos alimentos. Como você enxerga o seu papel enquanto agricultor, agricultora, produtor urbano/rural de alimentos na atual conjuntura?
14. Você acredita que, na atual conjuntura, as relações sobre a produção de alimentos para estão sendo justas para os agricultores (as)? Poderia explicar o seu ponto de vista?
15. Quais expectativas você tem para o futuro na produção agroecológica?
16. Você gostaria de acrescentar algum comentário?

Anexo B – Carta dos participantes da Audiência Pública da Alerj realizada no Assentamento Terra Prometida

CARTA DOS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ALERJ REALIZADA NO ASSENTAMENTO TERRA PROMETIDA

Nós famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais do Assentamento Terra Prometida, somos defensores da natureza e vivemos respeitando o bioma no território ao pé da Reserva Biológica de Tinguá e as margens do Rio Iguaçu. Nosso Assentamento está localizado nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias (RJ). Tornamos público através desta carta, nossos sonhos e esperança cotidiano, que nos mantem na resistência e teimosia em viver da agricultura de base agroecológica neste patrimônio ambiental.

Nossa trajetória de luta se iniciou em 1999 quando decidimos não mais viver explorados pelos senhores do dinheiro. Organizados, fomos à luta por nossos direitos, por entendemos que o direito a terra foi negado aos nossos antepassados, e que mudaríamos nossa história de vida no momento que nos tornássemos Sem Terra Organizados na luta pela Terra, Reforma Agrária e Transformação Social.

Neste movimento de luta por nossos direitos, descobrimos que o Estado e os governantes em sua maioria, trabalham aos interesses da especulação imobiliária, destruição da agricultura de tradições camponesa e destruição da natureza. Só fazem discursos que vai melhorar a vida do povo trabalhador do campo e da cidade, mas em suas ações, se dedicam a nos iludir e a nos matar.

Desejamos vida longa aos Políticos que nos acolhem, lutam por nossos direitos básicos, por dignidade humana, mantendo vivo o esperança de que um dia teremos um Estado que cuida do povo e da natureza, e constroem cotidianamente um projeto de sociedade onde ser sem terra, sem teto, sem educação, sem saúde, sem comida, seja um passado que não sentiremos falta, pois políticas públicas são direitos e não favores.

Com essas companheiras e companheiros caminhamos orgulhosos ombro a ombro, pois sabemos que esta caminhada é um jogo, uma luta, uma constante disputa de projetos, onde tem de um lado os que implementam a morte e violência, e do outro lado, nós que decidimos pela vida, e vida em abundancia, a que Deus prometeu ao povo que com muita fé, seguiu na busca da Terra Prometida.

Foram muitas as tentativas de nos derrotar. Lembramos que em Santa Cruz, numa terra em que vivíamos produzindo e lutando pela Reforma Agrária, quando houve interesse de empresas estrangeiras como a TKCSA, houve urgência do Estado para atender os senhores do dinheiro. Fomos visitados cotidianamente por agentes do Governo, até conseguirem nos remover do território, e nos trazer em 2006 para onde hoje estamos com a promessa de resolver tudo que compete a um Assentamento de Reforma Agrária em seis meses.

Teve contrato assinado, advogado, juiz, procurador, dinheiro e muitas promessas. Parecia um sonho, o Estado realizando Reforma Agrária, seríamos um Assentamento "Modelo". Mas quando acordamos no acordo, estávamos mergulhados em um pesadelo. Tudo não passou de promessas que já se vão 16 anos jogados a própria sorte.

CARTA DOS PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ALERJ REALIZADA NO ASSENTAMENTO TERRA PROMETIDA

Nós famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais do Assentamento Terra Prometida, somos defensores da natureza e vivemos respeitando o bioma no território ao pé da Reserva Biológica de Tinguá e as margens do Rio Iguaçu. Nosso Assentamento está localizado nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias (RJ). Tornamos público através desta carta, nossos sonhos e esperançar cotidiano, que nos mantem na resistência e teimosia em viver da agricultura de base agroecológica neste patrimônio ambiental.

Nossa trajetória de luta se iniciou em 1999 quando decidimos não mais viver explorados pelos senhores do dinheiro. Organizados, fomos à luta por nossos direitos, por entendemos que o direito a terra foi negado aos nossos antepassados, e que mudaríamos nossa história de vida no momento que nos tornássemos Sem Terra Organizados na luta pela Terra, Reforma Agrária e Transformação Social.

Neste movimento de luta por nossos direitos, descobrimos que o Estado e os governantes em sua maioria, trabalham aos interesses da especulação imobiliária, destruição da agricultura de tradições camponesa e destruição da natureza. Só fazem discursos que vai melhorar a vida do povo trabalhador do campo e da cidade, mas em suas ações, se dedicam a nos iludir e a nos matar.

Desejamos vida longa aos Políticos que nos acolhem, lutam por nossos direitos básicos, por dignidade humana, mantendo vivo o esperançar de que um dia teremos um Estado que cuida do povo e da natureza, e constroem cotidianamente um projeto de sociedade onde ser sem terra, sem teto, sem educação, sem saúde, sem comida, seja um passado que não sentiremos falta, pois políticas públicas são direitos e não favores.

Com essas companheiras e companheiros caminhamos orgulhosos ombro a ombro, pois sabemos que esta caminhada é um jogo, uma luta, uma constante disputa de projetos, onde tem de um lado os que implementam a morte e violência, e do outro lado, nós que decidimos pela vida, e vida em abundância, a que Deus prometeu ao povo que com muita fé, seguiu na busca da Terra Prometida.

Foram muitas as tentativas de nos derrotar. Lembramos que em Santa Cruz, numa terra em que vivíamos produzindo e lutando pela Reforma Agrária, quando houve interesse de empresas estrangeiras como a TKCSA, houve urgência do Estado para atender os senhores do dinheiro. Fomos visitados cotidianamente por agentes do Governo, até conseguirem nos remover do território, e nos trazer em 2006 para onde hoje estamos com a promessa de resolver tudo que compete a um Assentamento de Reforma Agrária em seis meses.

Teve contrato assinado, advogado, juiz, procurador, dinheiro e muitas promessas. Parecia um sonho, o Estado realizando Reforma Agrária, seríamos um Assentamento "Modelo". Mas quando acordamos no acordo, estávamos mergulhados em um pesadelo. Tudo não passou de promessas que já se vão 16 anos jogados a própria sorte.